



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA

Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde

MARÍLIA DI VITO MANAIA CARNEIRO

**INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

SANTOS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA

Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde

MARÍLIA DI VITO MANAIA CARNEIRO

**INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de Ciências da Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Perosa Saigh Jurdi

SANTOS

2015

C288i

Carneiro, Marília Di Vito Manaia, 1985-
Inclusão de jovens com deficiência no mundo do
trabalho: análise da participação familiar. / Marília Di Vito
Manaia Carneiro ; Orientador: Profa. Dra. Andrea Perosa
Saigh Jurdi. – Santos, 2015.
115 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade
Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista,
Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências da
Saúde, 2015.

1. Terapia ocupacional. 2. Família. 3. Deficiente
intelectual. 4. Trabalho. 5. Inclusão social. Jurdi, Andrea
Perosa Saigh, Orientador. II. Título.

CDD M610

MARÍLIA DI VITO MANAIA CARNEIRO

**INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO
TRABALHO: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

BANCA EXAMINADORA

DATA DE APROVAÇÃO: ___/___/___

Profa. Orientadora: Andrea Perosa Saigh Jurdi – Universidade Federal de São Paulo – Professora do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade

Profa. Dra. Celina Camargo Bartalotti – Centro Universitário São Camilo – Professora do Departamento do curso de graduação de Terapia Ocupacional

Profa. Dra. Carla Cilene Baptista da Silva - Universidade Federal de São Paulo – Professora do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade

Profa. Dra. Lígia Maria Castelo Branco Fonsêca - Universidade Católica de Santos – Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Saúde

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado a vida e ter colocado o desejo no meu coração para realizar esta pesquisa sobre família.

Ao meu esposo por sempre estar ao meu lado nos momentos que mais precisei. Com suas palavras doces, me incentivou e me fez enxergar que eu tinha capacidade de passar no teste de proficiência e alcançar o título de mestre.

Aos meus pais e minhas irmãs por me apoiarem e estarem ao meu lado em todas as conquistas. Agradeço por toda paciência e amor que tem pela minha vida.

A minha equipe de trabalho do CEB 30 de Julho por me fazerem acreditar que juntos temos mais força. Houve momentos de discussão que foram de extrema importância para a reflexão e concretização deste estudo.

Aos professores do mestrado profissional da UNIFESP pelos ensinamentos.

A minha orientadora Prof^a. Andrea Jurdi por todo apoio, ensinamentos e dedicação.

“Descobrir não é medir ou julgar, muito menos comparar; descobrir é desvelar a existência do outro, seus relacionamentos, seus interesses, suas estratégias de adaptação, suas histórias.” (BETTI, 2011)

RESUMO

O trabalho é visto como uma condição necessária para subsistência do homem e também como um elemento importante de produção. Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram excluídas do campo laboral, pois a sociedade entendia que, devido às condições físicas, sensoriais e/ou mentais, essas pessoas precisariam de assistência e não eram capazes de produzir. Com a criação da Lei 8.213 em 1991, então denominada Lei de Cotas, o Estado passa a garantir a contratação dessas pessoas por meio de cotas. Em relação às pessoas com deficiência intelectual, estas têm uma porcentagem pequena de inserção no mercado de trabalho comparado as demais deficiências. A partir de algumas experiências profissionais, percebe-se que esses jovens, muitas vezes, vivem em ambientes familiares superprotegidos, que dificultam a aquisição de independência e autonomia. Entende-se que essa imaturidade pode ser um fator dificultador na inserção destes no mercado de trabalho. Sob esse ponto de vista, compreende-se que a família tem importante função de suporte e apoio à pessoa com deficiência intelectual. Esse estudo teve por objetivo analisar a participação das famílias de jovens e adultos com deficiência intelectual que fazem parte do Programa Ser Eficiente do Centro Espírita Beneficente (CEB) “30 de Julho”, localizado no Município de Santos, durante o processo de inclusão no mundo do trabalho. A metodologia utilizada foi baseada em estudo de caso. A amostra escolhida foram famílias que participam do Programa há mais de um ano, no período de 2010 a 2013. O levantamento foi realizado através do prontuário dos jovens/adultos para identificá-los. Após esse levantamento, selecionamos as famílias de jovens que estão dentro dos critérios de inclusão. O estudo foi de caráter qualitativo, realizado através de narrativas das famílias referentes ao processo de inclusão no mercado de trabalho. Utilizou-se a análise de discurso para avaliar o material coletado. Os resultados encontrados apontaram que de quatro famílias entrevistadas, duas delegam à instituição os cuidados de seus filhos, ausentando-se desse processo, e duas são conscientes das necessidades do filho, acompanham e o auxiliam nesse processo, tomando para si essa responsabilidade. Nesse sentido, observou-se que os jovens e adultos com deficiência intelectual quando são acompanhados pela família amadurecem mais rápido, dentro de seus limites. Para que aumente a participação familiar nesse processo foi proposto a criação de espaços para discussões e reflexões em grupo com temas relacionados a superproteção, infantilização e conquista de autonomia no mundo do trabalho.

Palavras chave: terapia ocupacional; família; deficiente intelectual; trabalho; inclusão

ABSTRACT

The work has been seen as a necessary condition for subsistence of man and also as an important element of production. Throughout history, people with disabilities were excluded from labor field, since society understands that due to physical, sensory and / or mental conditions, those people need assistance and were not able to produce. Regarding people with intellectual disabilities, they have a small percentage of participation in the labor market compared to the other disabilities. When the 8213 Act was designed in 1991, called then Quota Law, the state started to ensure the hiring of those people through quotas. From some professional experience, it is realized young people with intellectual disabilities often live in over-protected family environments which interfere in the acquisition of independence and autonomy. It is understood that this immaturity may be a complicating factor in the integration in the labor market. From this point of view, it is understood that the family has an important role and support to people with intellectual disabilities. This study aimed to analyze the participation of families of young people and adults with intellectual disabilities during the process of inclusion in the world of work which is part of the "Being Efficient Program in Centro Espírita Beneficente (CEB) "July 30", located in the City of Santos. It was used a methodology based on the case study and the sample chosen were the families who participate in the Program for more than a year, from 2010 to 2013. The survey was conducted through the records of young people / adults in order to identify them. After this survey, we selected four families of young people who are in the inclusion criteria. A qualitative study was conducted through the narratives of families for the inclusion process in the labor market. It was used the speech analysis to evaluate the material collected. The results showed that two out of four families interviewed delegate to the institution the care of their children, being absent of this process and the other two are aware of the child's needs, follow up and assist in this process, taking the responsibility to themselves. In this sense, it was observed that young people and adults with intellectual disabilities, when followed up by the family, mature faster, though within their limits. In order to increase family participation in this process, it was proposed the creation of spaces for discussion and reflection in groups targeting issues related to overprotection, infantilization and achievement of the autonomy in the world of work.

Keywords: occupational therapy; family; intellectual disability; work; inclusion

LISTA DE SIGLAS

CEB	CENTRO ESPIRITA BENEFICENTE
CIF	CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNDIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE
CIT	CURSO DE INICIAÇÃO AO TRABALHO
CMAS	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNAS	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNS	CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
FMDCA	FUNDO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FNAS	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOAS	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MSD	MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NOB	NORMA OPERACIONAL BÁSICA
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PET-TRAMPOLIM	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AO TRABALHO – TRAMPOLIM
PIP-FIES ITAU	PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM PROGRAMAS SOCIAIS – FUNDO ITAÚ DE EXCELÊNCIA SOCIAL
PNAS	PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

SEAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUAS

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

CAMINHOS PERCORRIDOS PROFISSIONALMENTE E INQUITAÇÕES GERADAS AO LONGO DESTE PERÍODO.....	1
1. ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL.....	5
2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NESSE PROCESSO.....	9
2.1 A relação das pessoas com deficiência intelectual com o mundo do trabalho.....	16
3. INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA: ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	25
4. FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES.....	33
5. METODOLOGIA.....	39
5.1 Tipo de pesquisa.....	39
5.2 Local.....	39
5.3 Sujeitos da pesquisa.....	40
5.4 Aspectos éticos.....	40
5.5 Coleta de dados.....	40
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
8. PRODUTO FINAL	57
9. REFERÊNCIAS.....	59
10. ANEXOS.....	65
11. APÊNDICE.....	111
Apêndice A: Roteiro de entrevista.....	111
Apêndice B: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	112
Apêndice C: Autorização da instituição.....	114
Apêndice D: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	115

Caminhos percorridos profissionalmente e inquietações geradas ao longo deste período

Ao iniciar esta pesquisa, foi preciso retomar os caminhos que trilhei até o momento e relatar quais foram os motivos que me levaram ao aprofundamento do tema sobre a importância do papel familiar no processo de empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual.

Minha formação na área da terapia ocupacional há sete anos me proporcionou passar por duas Organizações Não Governamentais (ONG's) e, a partir daí, iniciar meu aprofundamento sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Na primeira instituição me deparei com a realidade e as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual na busca por um emprego. Todas as ações eram voltadas apenas ao sujeito, não havia aproximação da família nesse processo. Já na segunda instituição, a população atendida são jovens e adultos com deficiência intelectual, com uma aproximação intensa do contexto familiar da pessoa atendida. Comecei a entender que cada tipo de deficiência tem suas particularidades. A pessoa com deficiência intelectual muitas vezes não tem autonomia sobre suas escolhas, devido à concepção de que elas têm dificuldades para tomar decisões, pensar sobre si e o mundo e ser independente. Alguns são interditados judicialmente — ou seja, familiares ou parentes próximos detêm a tutela sobre eles e tomam decisões em seu nome. Outros, por falta de estímulo da família ou superproteção, também são desconsiderados em suas opiniões e necessidades.

Esta segunda instituição que me refiro será meu campo de estudo e talvez aquele que mais me gerou inquietações em relação ao acompanhamento familiar.

Percebo, ao longo desta minha experiência, que quando falamos em trabalho para pessoas com deficiência intelectual existem muitos pré-conceitos estabelecidos pela sociedade. Me refiro como sociedade os seguintes atores: empresa, família, profissionais da área da saúde e educação. Na maioria das vezes, os discursos deles são voltados mais para as limitações do que as potencialidades desse indivíduo, tornando-se uma barreira quando nos

referimos ao processo de inclusão escolar e futuramente ao mercado de trabalho.

A instituição na qual estou inserida como terapeuta ocupacional já desenvolvia ações voltadas para a preparação dos jovens e adultos ao mercado de trabalho por meio de oficinas de produção, assim chamadas pela instituição, confeccionando produtos e passando pelas oficinas de marcenaria, pintura, costura e culinária. Entende-se que essas oficinas trabalham questões de rotina laboral, controle de entrada e saída dos jovens, comportamento dos mesmos em relação aos demais colegas, trabalho em equipe, higiene, limpeza e organização do espaço.

No momento em que iniciei meu trabalho, percebi que somente essas ações não eram suficientes para prepará-los para o mercado de trabalho, mobilizando a equipe para ir em busca de cursos de qualificação e estratégias para melhorar essa preparação.

Quando iniciei o acompanhamento dos jovens que já estavam trabalhando na época, compreendi que não foram estimulados a pensar junto da família sobre o que fazer com o salário que recebem e o sentido de seu trabalho. Isso trouxe, ao longo do tempo, frustração ao jovem trabalhador, pois seu intuito e motivação para o trabalho era saber que teria um salário e que teria condições de comprar aquilo que quisesse. Houve situações relatadas por um desses jovens onde um membro da família tirava o dinheiro do banco, pagava todas as contas e o dava apenas R\$30 para passar o mês. Ele achava um absurdo, pois apesar de não ter a compreensão de valor, percebia que era muito pouco e não conseguia fazer quase nada com que lhe era dado.

Comecei a desenvolver um projeto separadamente com aqueles que já estavam trabalhando porque compreendi que esta era uma situação comum a todos. Desenvolvi uma planilha de gastos e custos mensal: o jovem e sua família teriam que, juntos, marcar o valor do salário total e quais os gastos gerados naquele mês para entendermos qual era a necessidade real da família e podermos pensar em estratégias de como administrar melhor esse dinheiro. Porém, ao longo deste acompanhamento, observei que algumas vezes o jovem não queria relatar os valores corretos ou, às vezes, não faziam o combinado. Nesse processo compreendi que a família tem um papel fundamental no

processo de empregabilidade do jovem com deficiência intelectual. O apoio ao trabalho, à independência e autonomia adquirida pelo jovem com seu trabalho são fatores importantes para auxiliá-lo nesse processo. Porém, muitas vezes não vi essa participação acontecer, o que gerou inquietações e angústias sobre essa relação familiar e como a família participa desse acompanhamento.

Durante esse percurso tenho observado que existem muitos discursos de profissionais culpabilizando a família da pessoa com deficiência por não conseguir desenvolver um trabalho melhor e pela falta de evolução da mesma, dificultando ainda mais o processo de empregabilidade. Ao culpabilizarmos, afastamos as famílias e responsabilizamos os profissionais e as instituições que os atendem. Compreendo que é necessário que haja escuta e respeito aos interesses tanto da pessoa com deficiência como da família em si.

Ao longo desses anos, acompanhei mais de 10 jovens com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Realizei o acompanhamento de todo processo de contratação e desenvolvimento deles nas empresas que os contrataram. Tenho me deparado com algumas situações durante esse acompanhamento que se repetem, tais como: a família faz toda a administração do salário do jovem; a família incentiva no início da contratação por conta do salário, mas depois de um ano da contratação do jovem a família apresenta certo descontentamento por seu filho não ter promoções e aumento de salário; mães relatam insegurança quando o filho deseja mudar de emprego por conta própria sem consultar os profissionais que o ajudaram no começo; após os jovens estarem trabalhando, muitas vezes se desligam da escola ou já concluíram o ensino médio e a família insiste que ele volte a estudar, fazer cursos profissionalizantes para ocupar o tempo de alguma maneira; entre outras situações.

Isso me gerou algumas inquietações em relação ao processo de autonomia e independência desses jovens após a conquista de um trabalho. Até que ponto eles tem autonomia para tomar decisões? Por exemplo, o que fazer com o salário que recebem mensalmente? Para agendar o período de férias é preciso da opinião familiar ou decidem sozinhos? Existe algum processo de interdição? E como a família e o jovem reagem frente a isso?

Enfim, meu interesse é investigar como se estabelecem as relações entre a família, a pessoa com deficiência e o trabalho.

No primeiro capítulo relatarei as ações da terapia ocupacional na área do trabalho.

No segundo capítulo farei uma contextualização sobre a história da deficiência intelectual, como as terminologias foram se transformando e quais processos de inclusão foram ocorrendo, principalmente em relação ao trabalho da pessoa com deficiência.

No terceiro capítulo abordarei uma instituição especializada em deficiência intelectual no Município de Santos, quais os programas que ela desenvolve e como ocorre a articulação de um desses programas dentro do município sobre a temática da empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual no mundo do trabalho.

No quarto capítulo tratarei sobre a família e suas relações com a sociedade, como ocorre a formação de um núcleo familiar a partir da história e apresentarei qual o papel da mesma em relação aos processos de inclusão que a pessoa com deficiência intelectual passa ao longo da vida.

No quinto capítulo relatarei o tipo de metodologia utilizada, o local onde foi feita a pesquisa de campo, os sujeitos que participaram desta pesquisa e os dados coletados no decorrer deste estudo.

No sexto capítulo será feita a análise dos resultados e a discussão em cima de todo material coletado.

No sétimo capítulo será o fechamento da pesquisa com as considerações finais.

No oitavo capítulo, farei uma proposta de intervenção no local onde foi feita a pesquisa, a partir dos resultados encontrados, como produto final deste estudo.

1. ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

O trabalho assume um papel central na constituição da identidade individual e possui implicações diretas nas diversas formas de inserção social dos indivíduos. Portanto, o trabalho pode ser visto como fundamental na constituição de redes de relações sociais e de trocas afetivas e econômicas, base da vida cotidiana das pessoas (LANCMAN, 2007).

Essa constituição é compreendida como um processo que ocorre ao longo da vida de todo indivíduo. É a partir do olhar do outro que o sujeito se constitui como sujeito, é na relação com o outro que ele se reconhece, num processo de busca, de semelhanças e diferenças (LANCMAN, 2007).

O trabalho é parte intrigante do que se constitui chamar 'vida adulta', e em nossa realidade define uma concepção do que é ser membro da 'sociedade adulta': para ser parte da sociedade é preciso ser um membro produtivo dela, e isso quer dizer trabalhar, produzir riqueza, pagar impostos, consumir. Aquele que por um motivo qualquer, não se encaixa nesse esquema produção-consumo é relegado a condição de marginalidade. Acredita-se ser essa uma das mais fortes justificativas para que se trabalhe a profissionalização da pessoa com deficiência mental: não é possível, dentro de uma estrutura social existente, falar em inclusão social sem falar em trabalho (BARTALOTTI, 2007 p. 297).

As ações da terapia ocupacional iniciam voltadas às práticas em saúde e trabalho com o objetivo de prevenir adoecimentos, tratar, reabilitar e criar condições para o retorno de indivíduos afastados por adoecimentos ligados ao trabalho.

Segundo Lancman (2007, p. 276), diversas teorias, como a Saúde Coletiva, a Ergonomia e a Psicodinâmica do Trabalho, promoveram avanços nos estudos dessa área ao desvendarem as relações entre os processos de trabalho e os adoecimentos e a complexidade das relações homem-trabalho.

Atuando historicamente na colocação e recolocação do trabalho no contexto produtivo, a terapia ocupacional utiliza os princípios da simplificação do trabalho como principal ferramenta de intervenção para identificar e eliminar os fatores de risco de acidentes ou incapacidades no local de trabalho. Focada nas habilidades e capacidades funcionais dos trabalhadores, nem sempre

considerando o contexto da produção e as tendências socioeconômicas, torna a necessidade de intervenção no trabalho evidente quando as demandas ambientais e da tarefa são maiores do que as capacidades do trabalhador. (NUNES, 2007)

Uma das alternativas possíveis para se pensar a inclusão de pessoas num mercado de trabalho cada vez mais restrito tem sido as cooperativas, que emergem dentro da concepção da economia solidária.

Com as cooperativas criam-se espaços coletivos e facilitadores de inclusão social, uma vez que permitem superar a exclusão, o isolamento e mesmo o adoecimento que pode estar presente também nas relações de trabalho (GHIRARDI, 2007).

De acordo com Ghirardi (2007 p. 291) a economia solidária no Brasil ocorre inicialmente como forma de organização em resposta às sucessivas crises econômicas que abatem o país a partir de meados da década de 70 do século XX e ressurge na década de 80, tomando impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 90. Essa proposta econômica inspira-se na ideologia do socialismo e busca estabelecer alternativas ao capitalismo, negando a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, constituindo-se um modo de produção que preconiza a propriedade coletiva do capital e o direito a liberdade individual.

Ghirardi (2004) sugere que a desqualificação social que as pessoas com deficiência estão submetidas pode ser ilustrada por quatro elementos que estão encadeados em suas vidas: escolarização precária e os dispositivos de formação e reabilitação profissional inadequados as demandas de empregos disponíveis que impede o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

A profissionalização é considerada parte integrante dos programas de que atendem pessoas com deficiência intelectual, geralmente desenvolvida em instituições especializadas, por meio de programas chamados de “oficinas” (pedagógicas, pré-profissionalizantes e profissionalizantes), proporcionando ao jovem uma aprendizagem gradativa dos aspectos pertinentes ao mundo do trabalho, culminando em uma inserção no mercado ou em espaços de trabalho abrigado (BARTALOTTI, 2007).

Partindo do pressuposto de que não só a pessoa com deficiência deve se desenvolver através de programas educacionais e terapêuticos, mas também a sociedade deve se transformar para acolher todas as pessoas, a terapia ocupacional promove intervenções que possibilitam espaços de inserção de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, mercado este considerado capitalista, marcado pela competitividade e voltado ao lucro.

Dentro desta perspectiva, os terapeutas ocupacionais têm papel fundamental, desenvolvendo ações em vários âmbitos: diretamente com a pessoa com deficiência mental e sua família, junto a instrutores e professores de programas de profissionalização e com a comunidade. O terapeuta ocupacional no âmbito do trabalho, intervém na relação do trabalhador com seu trabalho visto de maneira contextualizada no meio em que se desenvolve, tendo a avaliação e a análise das atividades de trabalho como um recurso fundamental (BARTALOTTI, 2007 p. 298 apud WATANABE e NICOLAU, 2001).

Para Bartalotti (2007) o terapeuta ocupacional ao elaborar um projeto de acompanhamento de jovens com deficiência em processo de profissionalização, deve considerar alguns aspectos, tanto em relação ao jovem como em relação a sua família. Em relação ao jovem, é necessária uma avaliação para verificar as condições em termos de desenvolvimento global, focando aspectos motores, perceptivos, cognitivos e psicossociais, suas habilidades, seus interesses e suas expectativas com reais condições de inserção em situação de trabalho. A partir dessa avaliação, o terapeuta ocupacional elabora uma proposta de intervenção que possibilite o desenvolvimento de habilidades necessárias. Esse trabalho precisa envolver também a família (ou responsáveis por esse jovem), de forma que estes possam compreender e apoiar o processo, tornando-se parceiros. O trabalho faz parte do mundo adulto e a forma como a família lida com seu membro com deficiência é central para que este possa perceber-se como adulto e tomar atitudes compatíveis com essa fase da vida. Trabalhar com a família a superação de atitudes de proteção e infantilização é parte integrante do processo, e envolve ações relacionadas ao cotidiano familiar, tais como o oferecimento de oportunidades para assumir responsabilidades no lar.

A partir deste olhar, este estudo retrata como as relações de trabalho

ocorrem ao longo da vida da pessoa com deficiência intelectual, contextualizando alguns fatores como: a pessoa com deficiência, a família, os profissionais que as atendem e as empresas que as recebem.

2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NESSE PROCESSO

Historicamente, a pessoa com deficiência intelectual sempre ocupou o lugar da diferença, do desviante. Esses indivíduos foram e continuam sendo desacreditados socialmente, reduzidos a uma falta (a falta da inteligência) e inscritos em um destino pré-determinado, esvaziado do que pertence à sua personalidade e subjetividade.

As pessoas com deficiência intelectual foram relegadas ao abandono, vivendo situações de exclusão social. Segundo Pessotti (1984, p. 4), em Esparta as crianças com deficiência física ou intelectual eram consideradas sub-humanas, o que legitimava o abandono ou sua eliminação, justamente porque os ideais eram de categoria moral, e a sociedade clássica e classicista da época valorizava a perfeição humana. Já na Idade Média, a deficiência era concebida como um fenômeno metafísico e espiritual devido às influências importantes da Igreja, portanto para uma pessoa com deficiência era atribuída identidades de “divina” ou de “demoníaca”. Esta influência religiosa possibilitou a atribuição de almas às pessoas com deficiência, que não eram mais eliminadas, mas eram direcionadas a instituições de caridade e religiosas para sua salvação.

Na época da inquisição, entendia-se que mães de pessoas com deficiência somente os tinham porque pactuavam com o demônio, justificando então a queima de ambos – mãe e criança. Aqui, se instaura novamente a eliminação das pessoas com deficiência, mas com o apoio divino (da Igreja), deixando de caracterizar qualquer tipo de crime ou pecado e se configurando como a salvação do povo. Com o cristianismo, o deficiente ganha alma e, como tal, não pode ser eliminado ou abandonado, pois acreditava-se que o dono dessa alma tornava-se filho de Deus, como os demais seres humanos (PESSOTTI, 1984).

A deficiência desde sempre foi entendida e tratada como incapacidade, como desviante da normalidade, e constitui-se como objeto permanente de práticas de vigilância e isolamento social. E o isolamento das pessoas com

deficiência em asilos, internatos e hospitais representa a materialização deste desvio social (MARQUES, 2001, p. 51).

Desta forma, as instituições de caridade e religiosas abrigavam essas pessoas para sua salvação. Embora alimentadas e abrigadas, as pessoas com deficiência continuavam sem atendimento educacional. Acreditava-se que eram inúteis para a lavoura e o artesanato, e também considerados consumidores improdutivos da renda familiar, as pessoas com deficiência não tinha outro destino senão o asilo, onde se protegiam do raio e da chuva, ganhavam alguma alimentação e deixavam em santa paz a família e a sociedade (PESSOTTI, 1984, p. 23).

No século XV, com o início da Revolução Burguesa, há uma intensa modificação no pensamento sobre o homem e sua relação com o mundo do trabalho. Nesse momento histórico, a derrubada das monarquias, a queda da hegemonia da Igreja Católica e uma nova forma de produção representada pelo mercantilismo provocaram uma nova divisão social do trabalho. Nesse contexto, eram vistos como deficientes os indivíduos não produtivos e que oneravam a sociedade no que se refere ao seu sustento e manutenção (ARANHA, 2003).

A autora refere que além dessas mudanças sociais, econômicas e políticas, o avanço da medicina favoreceu uma visão organicista da deficiência: demência e amênia passam a ser vistas como problemas médicos e não mais como problema teológico e moral. Surgem os primeiros hospitais psiquiátricos que tinham o objetivo de confinar, mais do que tratar.

Aranha (2003) refere que nos séculos XVII e XVIII multiplicaram as leituras sobre a deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional. A mudança na concepção de deficiência de um fenômeno metafísico para um fenômeno biológico, aliada à prática de confinamento de pessoas diferentes, instituiu as bases do primeiro paradigma que passou, gradativamente, a caracterizar formalmente as relações das sociedades ocidentais com o segmento populacional constituído pelas pessoas com deficiência: o Paradigma da Institucionalização.

Para Aranha (2003), esse paradigma retirava as pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e as mantinha em instituições

residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente localizadas em locais distantes de suas famílias. As pessoas com retardo mental eram mantidas em isolamento a título de proteção, de tratamento ou de processo educacional.

No século XIX fortalece-se o modo de produção capitalista e a educação ganha certo destaque, pois era preciso formar cidadãos produtivos e mão de obra necessária para a produção. Começam a surgir no Brasil instituições destinadas estritamente para o atendimento de pessoas com deficiência. Em 1854 há a criação do Instituto dos Meninos Cegos e, em 1857, do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ainda no período Imperial, em Salvador, na Bahia, foi fundada a primeira instituição para atendimento médico pedagógico das pessoas com deficiência mental, em 1874, cuja denominação atual é Hospital Juliano Moreira (JANNUZZI, 1992).

No início do século XX, a teoria e prática relacionadas à deficiência intelectual estão fortemente influenciadas pela crença eugênica, segundo o qual a classe dos “inadaptados” era irremediavelmente vítima da hereditariedade, colocando em risco a eugenia de outras classes sociais. Esse pensamento teve grande influência nas duas primeiras décadas do século XX (JURDI, 2004).

Nesse movimento surgem os testes de inteligência, usados como recurso para diagnosticar crianças que não se adequavam às demandas escolares, trazendo como consequência o diagnóstico da deficiência mental passível de verificação, a origem orgânica e a incurabilidade da condição. Nesse momento histórico, a importância dada aos fatores orgânicos levou a um descuido com os fatores ambientais e o atendimento às pessoas com deficiência intelectual era praticamente desenvolvido por grandes hospitais, para o cuidado custodial e para as classes especiais nas escolas regulares (JURDI, 2004).

Sasaki (1997, p. 29-35) aponta que estas práticas advêm do modelo médico da deficiência que, embora tendo grandes avanços para a época, ainda é responsável pelas criações dos grandes centros de habilitação e reabilitação, que até os dias de hoje continuam com seus serviços especializados. O autor refere que esta especialização por deficiências tem maior estruturação a partir

da década de 60 quando há a tentativa de um novo modelo que permitisse a chegada das pessoas com deficiência à sociedade. Este modelo foi chamado de integração social, que consistiu na continuidade do uso de verbas públicas, basicamente para garantir “diagnóstico, tratamento e cura”.

O capitalismo moderno, financeiro, característico no século XX, provocou um contingente populacional de excedentes do mercado de trabalho, sem contar com oportunidades reais de mudança. Nesse contexto social e histórico, multiplicaram-se as leituras sobre deficiência. Conviveram nesse período o modelo metafísico, o modelo médico, o modelo educacional, o modelo de determinação social e, mais no final do século, o modelo sócio-histórico. Para Aranha (2003), apesar da leitura da deficiência ser feita em diferentes dimensões, a origem do fenômeno continua sendo de natureza sócio-política-econômica.

Em meados do século XX, especialmente após as duas grandes guerras, criou-se um grande contingente de pessoas com deficiência. Aliado a isso, o movimento de defesa dos direitos humanos e as críticas severas às consequências da institucionalização determinaram um questionamento das relações mantidas pelas sociedades ocidentais com as pessoas com deficiência (ARANHA, 2003).

A autora relata que especialmente nos países mais atingidos pelos efeitos da guerra, o número de cidadãos que passaram a necessitar de assistência e de condições para reassumir uma ocupação rentável aumentou. Por outro lado, o retorno desses cidadãos ao mundo do trabalho propiciou uma demonstração do potencial de trabalho das pessoas que apresentavam uma deficiência. Além de fortalecer a convicção de que as pessoas com deficiência poderiam trabalhar e queriam exercer voz ativa na sociedade, provocou uma reação dos Estados que começaram a reconhecer sua responsabilidade no cuidado a esse segmento populacional, no que se referia a suas necessidades de educação e saúde (ARANHA, 2003).

Observa-se que durante as mudanças de paradigmas – médico x inserção x inclusão social – sempre se buscou modificações nas ações, propiciando o entendimento da exclusão para o exercício da inclusão das pessoas com deficiência. Sendo assim, a International Association for the

Scientific of Intellectual Disabilities (AAIDD) tentou, em 2002 propor uma modificação do termo retardo mental, porque em diferentes lugares do mundo, como, por exemplo, no Brasil, muitas instituições e profissionais passaram a utilizar o termo “deficiência mental”.

A AAIDD de 2002 classifica a deficiência intelectual como um fator que acomete as pessoas antes dos dezoito anos de idade e caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas. As limitações são compreendidas a partir de uma perspectiva multidimensional, proposta em cinco dimensões: habilidades intelectuais; comportamento adaptativo; participação, interação e papéis sociais; saúde física e mental e contextos relacionados ao ambiente e condições sócio-culturais (CARVALHO; MACIEL, 2003).

Desta forma, a deficiência intelectual deixa de ser identificada como um traço absoluto manifestado pela pessoa e classificada com base em níveis de coeficiente de inteligência (leve, moderado, severo e profundo), passando a ser compreendida como expressão da interação entre o indivíduo e o meio ambiente em que vive e avaliada a partir de níveis de apoio ou suporte necessários ao desempenho e exigências ambientais (CARVALHO; MACIEL, 2003).

A definição de deficiência intelectual reconhece a importância do ambiente sobre o funcionamento do indivíduo. O diagnóstico, então, não fica restrito ao indivíduo, ressaltando uma avaliação das suas necessidades e do ambiente para que haja melhoria na sua qualidade de vida na comunidade em que está inserido. Nessa perspectiva, faz-se necessário distinguir o que resulta da enfermidade e o que é decorrente da deficiência no encontro entre as dificuldades advindas do déficit e as normas sociais.

A Declaração de Montreal divulgada em 2004 trouxe algumas modificações na maneira de entender a pessoa com deficiência mental. O termo “deficiência mental” foi renomeado para “deficiente intelectual”, pois há a compreensão que é uma pessoa que possui limitações específicas, na área cognitiva. A modificação foi proposta na tentativa de minimizar o estereótipo e o estigma da deficiência, permitindo que estes indivíduos sejam encarados como pessoas participativas e com possibilidades de se auto representar no universo

dos direitos e deveres (NEVES; ROSSIT, 2006, p.36).

A definição de deficiência intelectual muda e passa a analisar a importância do ambiente sobre o funcionamento do indivíduo, não se restringindo apenas ao diagnóstico, avaliando o ambiente e as necessidades do indivíduo, promovendo melhor qualidade de vida na comunidade em que está inserido.

Como estratégia de inclusão das pessoas com deficiência, o governo brasileiro foi construindo políticas públicas no campo da saúde, educação e assistência social para facilitar e garantir o acesso delas aos serviços oferecidos nessas três áreas.

Na educação, vem sendo construídas diretrizes desde a década de 60 até os dias de hoje, contando com ações de inclusão escolar que favorecem o acesso ao conhecimento desse segmento populacional. Estas ações necessitam de articulação entre o conhecimento e a diminuição dos espaços de exclusão, priorizando a entrada da pessoa com deficiência nas escolas e sua participação efetiva. De acordo com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 14), aponta-se a efetivação da educação de qualidade e gratuita para pessoas com deficiência, que tenha como características a eliminação de barreiras, favorecendo o acesso a todos.

Na saúde, a garantia dos direitos da pessoa com deficiência advém da Constituição Federal de 1988. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência é o resultado da junção de diferentes momentos e movimentos nacionais e internacionais, estabelece ações de prevenção, reabilitação e proteção da saúde. Suas diretrizes de implementação nas três esferas governamentais incluem a promoção da qualidade de vida, prevenção de deficiências, atenção integral à saúde, melhoria dos mecanismos de informação, capacitação de recursos humanos e a organização e funcionamento dos serviços (BRASIL, 2010, p. 7).

Outro recurso fundamental utilizado pela saúde, no entendimento do funcionamento e favorecendo a equiparação de oportunidades e do ambiente, advém da CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, proposta pela ONU em 2001. Este modelo de classificação tem o

objetivo de ampliar a linguagem mundial sobre deficiências, reabilitação e inclusão social da pessoa com deficiência. A CIF representa uma mudança de paradigma ao propor pensar que deficiência e incapacidade são determinadas também pelo contexto ambiental onde as pessoas vivem. Constitui-se um instrumento importante para avaliação das condições de vida e promoção de políticas de inclusão social.

Outra política construída foi a Política de Assistência Social (PNAS), dentro da categoria da Seguridade Social. Em 2004, foi publicada sua configuração como política na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 (LOAS), que mantém em sua descrição a inclusão desta população, garantindo o direito à assistência, à reabilitação, à habilitação e ao convívio familiar e comunitário. De acordo com a PNAS/NOB-SUAS (BRASIL, 2005, p. 35-38), tanto na proteção básica quanto na proteção especial, a pessoa com deficiência e seus familiares tem garantido seu acompanhamento, com vistas não somente a sua proteção, mas a possibilidade da construção de projetos de vida e inclusão familiar e comunitária.

A PNAS ainda define a necessidade da construção de um Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que se organiza em níveis de assistência, sendo estes de caráter básico ou especial, de acordo com as necessidades da população relativas à proteção social proposta, implementando ainda o entendimento mais aprofundado da vulnerabilidade e do risco social, e do direito à cidadania.

Estas categorizações estão diretamente ligadas às necessidades da população, portanto, os serviços de baixa complexidade são os chamados serviços de Proteção Social Básica ou Especial. De acordo com a PNAS, a intenção no momento atual é fazer com que as pessoas possam compreender que o SUAS não é um programa, mas sim uma nova ordenação da gestão pública que garanta a universalização do direito, em qualquer parte do país (BRASIL, 2008, p. 42).

Os programas de Proteção Social são voltados para resguardar cidadãos contra riscos pessoais e sociais de acordo com seus ciclos de vida, contexto histórico, situações conjunturais e estruturais, individuais ou coletivas (BRASIL, 2008, p. 44-45).

Além desta nova forma de entendimento e proposta de trabalho de acordo com a complexidade dos sujeitos, o SUAS, enquanto inovação política, prevê diretrizes da universalidade, da equidade e da promoção dos serviços socioassistenciais, e contribui substancialmente para formas de sistematização do serviço através da matricialidade sociofamiliar, territorialização, descentralização político administrativa, co-financiamento nas três esferas de governo, relação democrática entre governo e sociedade civil, participação do controle social, recursos humanos mínimos e de referência, e sistematização da gestão a partir do monitoramento e da avaliação contínuos (DE ANDRADE, 2011, p. 33).

Em meio a estes movimentos, surge o Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2013, p. 7-8), lançado em 17 de novembro de 2011 como Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a partir do Decreto 7.612, a fim de equiparar oportunidades em todo o país entre os anos de 2011 e 2014, promovendo às pessoas com deficiência o acesso a diferentes serviços de forma igualitária por meio da articulação de diferentes políticas públicas. Este plano é o resultado também das diferentes apostas nas melhorias necessárias, imprimindo assim, avanços importantes não somente para as pessoas com deficiência, como para as pessoas envolvidas nos diferentes processos, recursos e procedimentos.

Nesse sentido, diversas estratégias de cuidado têm sido articuladas para propiciar qualidade de vida, saúde, educação e acesso igualitário aos serviços de apoio e ao exercício de cidadania às pessoas com deficiência.

Apesar das políticas públicas e avanços na esfera dos direitos das pessoas com deficiência, os processos de exclusão das pessoas com deficiência intelectual impostos pela sociedade ao longo da história têm dificultado o acesso desse segmento populacional a bens essenciais como educação, saúde e trabalho. A baixa escolaridade, dificuldades de inserção social, pouca participação social e comprometimento para desempenhar as atividades profissionais são os problemas decorrentes desse processo histórico (TOLDRÁ, 2010).

2.1 A relação das pessoas com deficiência intelectual com o

mundo do trabalho

O tema da empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual tem tido grande destaque nos últimos anos, principalmente devido ao incentivo e apoio ao processo de inclusão social de pessoas com deficiência.

Para Ghirardi (2004), no trabalho existe uma base concreta de comunicação e se estabelecem redes de negociação e de trocas, as quais possibilitam que as relações com a alteridade sejam mais complexas. O trabalho proporciona ao indivíduo a expansão de relacionamentos, condições econômicas para sanar suas necessidades e autonomia para tomar decisões.

Estar incluído em nossa sociedade pode, então, ser também traduzido pelo potencial de produção e consumo que cada sujeito demonstra. Ser um sujeito social significa também estar em condição de participar da rede de produção / consumo da coletividade. É a possibilidade de produzir valores de troca reconhecidos socialmente; é ter condições para ampliar ou ter garantido o seu poder de realizar contatos sociais (GHIRARDI, 2004).

O trabalho é visto como uma condição necessária de subsistência do homem e também como elemento importante de produção. Porém, para as pessoas com deficiência intelectual que foram historicamente excluídas do campo laboral, a inserção no ambiente de trabalho pode romper com práticas excludentes.

A integração social surge para eliminar a prática da exclusão social que as pessoas com deficiência eram submetidas. A exclusão ocorria porque as pessoas não participavam de qualquer atividade, e eram consideradas inválidas, incapazes de trabalhar (SASSAKI, 2007).

As instituições especializadas que surgem na década de 60 eram destinadas a atender pessoas de acordo com o tipo de deficiência que apresentavam. O objetivo era promover serviços que o Estado não realizava para atender essa demanda.

Segundo Sasaki (2007, p. 31), a partir do final da década de 60, o movimento pela integração social começou a procurar inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais de modo geral, como: a educação, o trabalho, a família e o lazer. Fica evidente que, aos poucos, as pessoas com deficiência vão se empoderando de sua condição de vida e buscam por meio de direitos a

garantia de trabalho como qualquer outra pessoa.

Ao se analisar o contexto do trabalho na história, é possível identificar diferentes categorias de grupos que foram excluídos, estigmatizados, vivendo às margens da sociedade. Esses aspectos podem estar relacionados a qualquer público que tenha sido privado de seus direitos sociais e, nestes termos, também se enquadram à pessoa com deficiência (FERNANDEZ, 2012).

Nas últimas décadas ocorreram mudanças sociais que refletem na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Houve ampliação do debate acerca dos direitos desses indivíduos e criação de legislações específicas para a inclusão social e no mercado de trabalho (TOLDRÁ et al, 2010).

Nos últimos anos ganharam posição de destaque, no cenário nacional, as medidas que visam à inclusão desses indivíduos no mercado formal e informal, decorrentes da política de cotas pela Lei 8.213/91, a qual surgiu como um facilitador para inserção de pessoas com deficiência no setor privado. Esta lei prevê que as empresas que possuem 100 ou mais empregados são obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência (BRASIL, 2007).

Essa lei também é conhecida como “Lei de Cotas”, e é importante que ela seja mencionada pois, apesar da mesma ter mais de 20 anos de existência, ainda é considerada um assunto atual e com muitos desafios, promovendo mudanças de paradigmas tanto das empresas como da sociedade de modo geral. A Lei de Cotas (nº 8.213, de 24 de julho de 1991) surge como uma ação afirmativa para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, havendo um percentual de vagas a serem preenchidas por pessoas com deficiência em empresas do setor privado e também em setores públicos.

A legislação estabeleceu que as empresas que possuem 100 ou mais empregados tem de preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, ou seja, empresa com até 200 empregados, deverá preencher 2% de suas vagas; de 201 a 500 trabalhadores com 3%; de 501 a 1.000 com 4%; e finalmente, de 1.000 em diante, 5%. Para o setor público a Lei nº 8.112/90, artigo 5º § 2º define que até 20% dos cargos públicos em concursos sejam destinados às pessoas com deficiência (TOLDRÁ, 2009, p. 111).

Segundo o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (2012, p. 243), o artigo 27 da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas reconhece que pessoas com deficiência têm o direito de trabalhar, de fazer suas escolhas de maneira livre ou de ser aceita no mercado laboral em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível.

No Brasil, a maioria da população com deficiência ainda encontra-se em posição de desvantagem no mercado de trabalho por várias razões, entre elas: a proteção familiar, a baixa escolaridade e resistência de empresas.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2009), “os deficientes físicos representam 55,24% dos trabalhadores com deficiência. Em seguida estão os deficientes auditivos, com 24,65%; e os visuais, com 3,86%. Os mentais representam 3,37% e os portadores de deficiências múltiplas, 1,09%. Na situação de reabilitados foram declarados 11,78% dos deficientes com vínculo trabalhista”. Interessante observar que os homens têm maior representatividade em todos os tipos de trabalhadores com deficiência.

A partir dos dados mencionados acima, observa-se que há uma porcentagem pequena de pessoas com deficiência intelectual inseridas no mercado de trabalho se comparado com as demais deficiências. Acredita-se que esse fator seja em consequência da maneira como eram vistas historicamente.

Hoje, pode-se dizer que as pessoas com deficiência intelectual tem direito a um trabalho, porém existem algumas fragilidades relacionais nesse processo. Dentre elas, citaremos três exemplos para demonstrar como isso vem ocorrendo: o primeiro é a interferência/opinião familiar em relação ao tipo de trabalho, salário e deslocamento entre a casa e a empresa; o segundo são empresas que disponibilizam vagas que não exijam muita capacidade intelectual para exercer as funções necessárias, normalmente generalizando que toda pessoa com deficiência intelectual não sabe ler e escrever, pode ter surtos e tomam medicação de uso contínuo; e o terceiro é a discriminação salarial em relação a pessoa com outro tipo de deficiência, visto que existem empresas que contratam com um salário inferior, independente da função que será exercida.

Esses três exemplos citados mostram que existem grandes desafios enfrentados pela pessoa com deficiência intelectual, em relação à conquista de um trabalho, quando falamos de modelos inclusivos.

Bartallotti (2004, p. 24), afirma que esta é uma concepção a ser superada pelas propostas inclusivistas e vê a inclusão como uma possibilidade de abertura de espaços sociais, uma garantia do direito de cada cidadão ter acesso aos recursos de sua comunidade. No entanto, muitas vezes, esse discurso aparece carregado de sentimentos “caridosos”, como se atrás da busca de garantias dos direitos se escondesse, na verdade, uma tentativa de redenção da sociedade, uma afirmação do caráter democrático de nossas instituições.

A mesma autora ilustra o processo de inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar e diz que:

... grandes são as discussões sobre a especificidade destas crianças que acabam por encobrir questões de base da escola, centrando-se a preocupação com a inclusão em uma categoria específica, eleita como “os excluídos”. Reduzir a questão da exclusão na escola à questão da criança com deficiência seria, a partir da análise proposta por Castel, deslocar a problemática do centro para a periferia, detendo-se em aspectos pontuais de uma crise que, na verdade, é bem mais ampla (Bartallotti, 2004, p. 24).

Castel (1994) traz importantes contribuições para discutir o tema da exclusão na medida em que propõe uma reflexão a partir dos eixos integração/não integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais. A precariedade e a instabilidade dos vínculos do mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários. No mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e a solidão.

Na visão de Castel (1994, p. 21), eram vistos como excluídos da sociedade os indigentes, deficientes, mendigos, vagabundos, velhos e doentes sem recurso, crianças sem pais, mães e viúvas sem proteção, camponeses sem terra, cidadãos sem domicílio, operários sem emprego, abandonados por conta do crescimento e feridos pela civilização, marginais de toda espécie. Acrescenta ainda que poderiam fazer parte deste grupo os “novos pobres”, as

“famílias monoparentais”, os desempregados de longa duração e os jovens em busca de um primeiro emprego.

Para Castel, o processo de desfiliação refere ao estado de pobreza que gera dissociação do vínculo social. Ele trabalha o conceito de desfiliação na conjunção de dois vetores: um eixo de integração/não integração pelo trabalho e o eixo de inserção/não inserção em uma sociedade sociofamiliar.

Segundo este modelo, as populações suscetíveis de destacar intervenções sociais estão não somente ameaçadas pela insuficiência de seus recursos materiais como também fragilizadas pela labilidade de seu tecido relacional; não somente em vias de pauperização mas também em processo de desfiliação, ou seja, em ruptura de vínculo social. Ao final do processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional isolamento (CASTEL, 1994 p. 23).

Estar dentro da *zona de integração* significa que se dispõe de garantias de um trabalho permanente e que pode mobilizar suportes relacionais sólidos. Por outro lado, a *zona de vulnerabilidade* associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional; e a *zona de desfiliação* conjuga ausência de trabalho e isolamento social (CASTEL, 1994, p. 30).

A desfiliação se alimenta na zona da vulnerabilidade, sobretudo se a precariedade do trabalho estiver associada à fragilidade relacional e aumenta em função da conjuntura econômica.

Para Castel (1994), a vulnerabilidade tem sido produzida na conjunção da precariedade do trabalho e da fragilidade do vínculo social. O autor afirma que, do ponto de vista do trabalho, existe, evidentemente, há mais de quinze anos, a explosão do desemprego. Este é apenas o signo mais visível da desestruturação do mercado de trabalho. Na sequência de uma longa evolução acelerada pela industrialização massiva, depois pelo desenvolvimento do setor terciário, o mercado de trabalho foi e é ainda caracterizado pela generalização do assalariado e pela preponderância dos contratos com duração indeterminada. Esta situação conduziu a uma aceleração da rotatividade de mão de obra e o mercado de trabalho se encontra fragmentado, com uma crescente disparidade de situações, de estatuto e de remunerações (CASTEL, 1994, p. 35-36).

Após uma lenta maturação através de um século de crises e de conflitos,

uma condição salarial estável impunha sua quase-hegemonia, uma reviravolta se produzia. O que é então abalado, não é somente a segurança do emprego e o risco corrido, não é exclusivamente o desemprego. Uma condição salarial forte desempenhava um papel integrador fundamental na sociedade e assegurava a proteção dos indivíduos contra os riscos sociais maiores (CASTEL, 1994, p. 38).

O autor faz um recorte de duas linhas de desprendimento para retratar quais fatores afetam o trabalho e a inserção relacional. Estão evidentemente associados aos índices clássicos da degradação social: o baixo nível escolar, a baixa qualificação profissional, a ausência de alojamento/domicílio próprio (mesmo sob a forma de uma sublocação) e idade.

Observa-se que atualmente esses mesmos fatores ainda permeiam a vida daqueles que se encontram “excluídos” da sociedade, principalmente de pessoas que estão em busca de um trabalho.

Bartallotti (2004, p. 25), a partir do referencial teórico produzido por Castel, refere que existem três formas de exclusão: a primeira forma de exclusão seria a supressão completa daquele sujeito ou categoria da comunidade, através do banimento ou da eliminação; a segunda forma de exclusão consiste na construção de espaços fechados e isolados da comunidade, dentro desta mesma comunidade (a construção de manicômios, guetos, aldeias de leprosos, prisões). Nesta forma de exclusão podemos incluir as instituições asilares para pessoas com deficiência que, durante muito tempo, constituíram-se em uma modalidade socialmente aceita para atender a esta parcela da população; a terceira forma de exclusão é aquela na qual determinadas categorias da população “... se veem obrigadas a um status especial que lhes permita coexistir na comunidade, mas com privação de certos direitos e da participação em certas atividades sociais” (CASTEL, 2000, p. 39).

Essa forma de exclusão é mais próxima do que se observa na relação da sociedade com as pessoas com deficiência intelectual, cujo direito à escolarização regular e ao trabalho é, geralmente, negado. As pessoas com deficiência intelectual, historicamente, tem buscado a garantia do direito à participação social através de instituições que tenham programas de

reabilitação e instituições especializadas.

A partir disso, é consolidada uma prática e um conhecimento científico academicamente aceito pela sociedade, legitimando-se “lugares especiais para pessoas especiais”.

Portanto, existem formas de exclusão e inclusão. Um dos lugares de inclusão são as instituições especializadas para atender crianças com deficiência intelectual, por exemplo.

A maioria dos conhecidos trabalhos de reabilitação em instituições especializadas investem na tentativa de “minimizar” a diferença para que estas pessoas possam ser aceitas na sociedade, e esse processo ocorre de maneira segregada. É comum acreditar que pessoas com deficiência são muito diferentes e necessitam de formas especiais de serem tratadas. Algumas vezes esse discurso é reforçado pelas próprias instituições especializadas que, com o objetivo de conseguir ajuda financeira, não hesitam em colocar seus clientes no lugar de “pobres coitados”, que necessitam de ajuda. De igual modo, assumem o papel de “bons samaritanos” que ajudam essa clientela a superar suas dificuldades para que possa, aí sim, conviver em sociedade (BARTALOTTI, 2004, p. 31).

Essa forma de intervenção, focada na criança e, mais particularmente, na patologia, está baseada no conceito de reabilitação que, segundo o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência (ONU, 1983): “... é um processo de duração limitada e com um objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa deficiente alcance um nível físico, mental e/ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe assim os meios de modificar a própria vida. Pode incluir medidas destinadas a compensar a perda de uma função ou uma limitação funcional (por meio, por exemplo, de aparelhos) e outras medidas destinadas a facilitar a inserção ou a reinserção social” (p. 31).

A inclusão é um processo que envolve a construção de cidadania, precisa transformar um modo de pensar não só da pessoa com deficiência como também da sociedade. A construção de uma sociedade inclusiva vai além da escola, envolve todos os segmentos sociais, ao transformar um modo de ser, pensar e agir. Esse processo é uma via de mão dupla que todos os atores implicados precisam se modificar.

Ao focalizar os espaços vitais das pessoas com deficiência em processo de desfiliação, privilegia-se a rede de trocas e de relações humanas que

acontece no cotidiano. Assim, novas propostas de intervenção tem buscado privilegiar, não mais a clínica e o espaço terapêutico individual, mas os espaços do cotidiano e seu contexto. Nessa perspectiva, o trabalho é um dos cenários do cotidiano e permite delinear movimentos e percursos da complexidade da inserção social dos sujeitos com deficiência intelectual (GHIRARDI, 2004).

Os jovens com deficiência intelectual ainda vivem uma realidade que não está pautada pelos paradigmas da inclusão social. Ainda é constatado que no processo de transição para a vida adulta, o término da escolaridade não garante a entrada no mundo do trabalho. Comum a todos os jovens, o processo de entrada no mundo do trabalho é um período de conquista e independência, muitas vezes negada a indivíduos que por possuírem uma marca, uma distinção, acabam por sofrer limitações no mundo do trabalho.

Para Oliveira (2012), a transição da escola para o mundo do trabalho do jovem com deficiência intelectual deve implicar a participação do aluno, o envolvimento das famílias, a coordenação de todos os serviços envolvidos e uma estreita colaboração com o setor de emprego.

Porém, a realidade aponta para práticas de reabilitação e habilitação que remetem ao paradigma da integração, com vistas a preparar o indivíduo com deficiência intelectual para o mercado de trabalho. Nessas práticas, os jovens com deficiência intelectual participam de programas educativos que nem sempre correspondem aos seus interesses e necessidades. A preparação vocacional encontra-se, muitas vezes, desconectada das reais práticas de emprego. Na maioria das vezes, essas formações se dão em espaços segregados e nem sempre são orientados para profissões mais complexas.

Essas práticas perpetuam a fragilidade das redes relacionais desses indivíduos e de precarização dos vínculos de trabalho, mantendo a pessoa com deficiência eternamente na zona de desfiliação e vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, deixa de lado outros atores que poderiam fazer parte desse momento de transição: o próprio jovem, a família e os empregadores.

3. INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA: ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A instituição escolhida para discutir com este estudo foi o Centro Espírita Beneficente (CEB) “30 de Julho”, considerada uma ONG, fundada em 1947, que iniciou seu trabalho distribuindo alimentos na época do Natal e enxovais para recém-nascidos.

Com a evolução dos trabalhos e atendendo a uma necessidade da comunidade local, suas ações foram direcionadas para a área Educacional, definindo atendimento de educação especial gratuito a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e suas famílias, baseando-se na Política Nacional de Assistência Social.

Em 1964, a Instituição funda a Escola “30 de Julho” – Atendimento Educacional Especializado, que oferece aos atendidos: Estimulação e intervenção precoce, estimulação sensório-motora, educacional com suporte pedagógico para inclusão, oficinas pedagógicas e atividades físicas, mantendo um trabalho sério de inclusão e dando suporte aos alunos para que tenham as mesmas oportunidades que qualquer cidadão, utilizando recursos provenientes do Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do Município de Santos, conveniada à Secretaria de Educação e com recursos próprios, captados através de sócios contribuintes e eventos sociais.

No ano de 2006, o presidente da instituição junto com a diretora pedagógica relata que devido o aumento da procura de empresas que precisavam contratar pessoas com deficiência pela “Lei de Cotas”, viram a necessidade de criar o Programa Ser Eficiente, com o objetivo de promover orientação entre jovens e adultos com deficiência intelectual, famílias e empresas, em relação a esse processo de inclusão no mercado de trabalho.

O Programa desenvolve atividades para qualificação de jovens com deficiência intelectual ao mercado de trabalho, promovendo cursos de iniciação para o trabalho, cujos temas abordados são: relacionamento interpessoal; como montar um currículo; questões comportamentais relacionadas ao trabalho

– assiduidade, pontualidade, justificativa de faltas, responsabilidade, compromisso; entre outros.

Em 2011, a equipe inicia a busca por parcerias com o SENAC e a Escola SENAI para garantir uma certificação de qualificação profissional no currículo dos jovens atendidos.

Como principal ação deste Programa vem sendo a construção do planejamento, avaliação e monitoramento das atividades elencadas acima. Esta construção ocorre de maneira coletiva, contando com os colaboradores, familiares e jovens envolvidos, buscando superação dos desafios apresentados no decorrer do processo de aprendizagem, a fim de atingir o objetivo final que é a integração do jovem deficiente intelectual no mundo do trabalho.

Desde 2008 o Programa Ser Eficiente vem seguindo as normatizações legais, porém sem parâmetros para saber se a metodologia estava de acordo com o que vinha sendo trabalhado em todo território nacional. Desta forma, a equipe técnica escreveu o Programa em alguns editais e recebeu duas premiações.

Após a premiação do PIP FIES Itaú – Programa de Investimento em Programas Sociais / Fundo Itaú Excelência Social nos anos de 2009 e 2012, e foi reconhecido como uma Tecnologia Social pelo Banco do Brasil em 2011 e 2013. O serviço começa a criar forças políticas e se voltar para a PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

Esta política vem sofrendo nesta última década transformações importantes como a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que se trata de um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais por nível de proteção e complexidade. Um dos documentos norteadores da PNAS é a resolução nº 109/2009, aprovada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, que se trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Todos os serviços socioassistenciais são encontrados nesta resolução, divididos por nível de proteção e complexidade: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Após esta resolução, ocorreram várias discussões no cenário nacional

sobre serviços que não entraram na Tipificação e que vários atores sociais identificaram como sendo Serviço Socioassistencial. Em novembro de 2011, após ampla discussão no cenário nacional, foi deliberado pelo CNAS os artigos de nº 27, 33 e 34.

O art. nº 27 se caracteriza por ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, o art. nº 33 define a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos, e o art. nº 34 define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos.

A partir desses artigos, o Programa Ser Eficiente torna-se em 2011 um Serviço Socioassistencial, com cofinanciamento do FNAS, pautado na Política da Assistência Social. O monitoramento do Serviço é realizado pelo CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e pela SEAS – Secretaria de Assistência Social do Município de Santos, que informa ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) o preenchimento do Censo SUAS por meio de relatórios mensais e anuais enviados a SEAS.

Um dos fatores importantes que o Programa se depara é a mudança de paradigma da sociedade (empresa, família, profissionais etc) quando se fala em colocação da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

Hoje, com a Lei 8.213, conhecida como “Lei de Cotas”, também é um direito garantido que empresas precisam contratar pessoas com deficiência. Segundo Simonelli e Camarotto (2011), na lei “nada se fala a respeito da responsabilidade social destas”.

Os sistemas de cotas seduziram os governantes que superestimaram o poder da lei. Países como a Inglaterra, por exemplo, a partir de fracos resultados alcançados pela implantação do sistema de cotas isoladamente, abandonaram esse sistema e implantaram a lei antidiscriminação. Outros, como França e Alemanha, acoplaram às cotas as contribuições compensatórias destinadas aos fundos de apoio para pessoas com deficiência, pelo mesmo motivo (SIMONELLI; CAMAROTTO apud MOMM, 2011).

Acredita-se que o nosso papel como cidadão e profissional da área é lutar pela garantia de direito dessa população, sensibilizando gestores, familiares e a sociedade de forma geral para que não seja necessária uma lei de antidiscriminação como o autor coloca acima.

Apesar de alguns avanços na Política da Assistência Social, ainda é preciso, enquanto instituição, fortalecer as ações na capacitação dos jovens com deficiência e na sensibilização da sociedade para atender as políticas de habilitação, reabilitação e inclusão no mundo do trabalho.

Notamos que durante este processo enfrentamos grandes desafios por parte dos jovens, empresas e familiares.

O Programa Ser Eficiente conta com uma equipe multiprofissional: uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, duas assistentes sociais e duas pedagogas. Atende a demanda de 120 jovens e adultos com deficiência intelectual, na faixa etária de 14 a 35 anos. Dos 120 jovens, 94 estão inscritos na escola, aproximadamente 40 desses frequentam desde crianças e desenvolvem atividades tanto pedagógicas como em oficinas de costura, marcenaria, artes, culinária e teatro; e 26 são da comunidade, não são atendidos pela escola e nem pelas oficinas, apenas frequentam o Ser Eficiente na busca de qualificação para ser incluído no mercado de trabalho.

Qualquer pessoa com deficiência intelectual pode se inscrever no Ser Eficiente. Ela precisa residir na Baixada Santista, ter idade acima de 16 anos e apresentar um laudo médico atestando sua deficiência. Depois de feita a ficha de inscrição, a pessoa passa por um processo de triagem com a psicóloga, assistente social e terapeuta ocupacional para identificar o perfil e o motivo que a levou a procurar o serviço.

Dentre os serviços que são oferecidos, as oficinas desenvolvem o papel de identificação de habilidades e avaliam se existe possibilidade vocacional do jovem em alguma dessas áreas. Enquanto isso, o jovem é acompanhado pelo Programa Ser Eficiente, passando pelo CIT (Curso de Iniciação ao Trabalho) e SENAC (Programa PET-Trampolim) para serem orientados sobre o que é o trabalho, quais direitos possuem e se há interesse pelo mesmo e pela sua família em trabalhar. Em seguida, é feita uma avaliação psicológica por meio de alguns testes para identificação das áreas que tem mais habilidade. Desta forma, a equipe acredita que consegue diminuir as possibilidades de erro no momento de incluí-los no mercado de trabalho. Como por exemplo: não é possível incluir um jovem em uma loja de departamento para verificar peças no provador se sua habilidade é cozinhar e auxiliar na cozinha.

Depois de identificadas as habilidades e as dificuldades, os jovens são orientados pelas pedagogas por meio dos cursos propostos pela instituição.

Uma das estratégias encontradas para capacitá-los foi a busca por uma certificação desses jovens. Acreditava-se que o curso PET-Trampolim (Programa de Educação para o Trabalho – Trampolim) oferecido pelo SENAC seria importante para estimular os jovens em ambientes externos a instituição. A parceria com esse projeto se iniciou em 2012. O curso aborda conteúdos parecidos com o que já existia no CIT, porém em outro espaço, promovendo visitas em empresas, atividades práticas de empreendedorismo, entre outros conteúdos. A proposta inicial era que os jovens, assim que terminassem esse curso, poderiam participar de cursos profissionalizantes ou do Programa Jovem Aprendiz pelo SENAC e haveria um convite às empresas que o SENAC tem parceria para um encontro no qual seria abordado temas relacionados a deficiência intelectual e o perfil dos jovens que concluíram o curso, com a finalidade desses jovens serem inseridos no mercado de trabalho. Porém, no final do ano de 2013 houve mudança de coordenação do curso e a visão passa a ser outra. O coordenador tem um olhar de superproteção, afastando a família do processo de aprendizagem. Por outro lado, quando ocorria alguma intercorrência com um dos jovens é o contexto familiar que era investigado, colocando a família em um papel de coadjuvante na profissionalização do mesmo.

Passados três anos, a equipe fez uma avaliação dessa parceria e percebeu que havia replicação de conteúdo que já era desenvolvido pela instituição e um dos únicos avanços que os jovens tiveram foi em relação ao treinamento de independência para ir e vir sozinhos de suas residências até o SENAC e, ao concluírem o curso, retornavam novamente para a instituição sem nenhuma proposta posterior. Desta forma, foi rompida a parceria por entender que, ao invés de estimular os jovens na conquista de sua autonomia na busca de um emprego, estavam colocando-os em outro ambiente protegido e segregado, pois as turmas do curso são formadas apenas por jovens e adultos com deficiência intelectual.

Outra parceria estabelecida foi com a Escola SENAI nos cursos de Recepção e Portaria, pois muitas empresas diziam que os jovens não tinham

nenhum tipo de qualificação profissional. A equipe do Ser Eficiente entendia que poderia ser uma possibilidade importante para o jovem ter um certificado em uma escola de nome como o SENAI. Ao longo de dois anos, percebe-se que 80% dos jovens que se formaram nos cursos não conseguiram trabalho na área em que se capacitaram. Avaliando esse contexto, a equipe percebe que, muitas vezes, é ela quem decide o que é melhor para o jovem. Nesta reflexão busca novas possibilidades de cursos, pois entende que o curso de Portaria envolve questões de segurança, agilidade e atenção, habilidades estas que dificilmente um jovem com deficiência intelectual tenha.

Durante esse período observa-se que alguns jovens começam a ir em busca de trabalho sozinhos e iniciam em buffet para serem monitores de crianças e garçons. A partir dessas ações dos jovens, a equipe constata que esta pode ser outra área para incluí-los e troca o curso de Portaria pelo curso de Auxiliar de Eventos para o ano seguinte (2015).

Houve momentos que a equipe pensou em criar um curso de habilidades voltado para área de supermercado, pois alguns mercados da região estavam em busca de jovens para serem empacotadores e repositores de produtos em prateleiras. Foi interessante essa experiência, pois identificou muitos que não gostariam de trabalhar nesta área e outros que teriam competência para desenvolver esta atividade sem nenhum problema.

Todas as estratégias encontradas são na tentativa de auxiliar melhor os jovens para ingressarem no mercado de trabalho, porém as propostas partem sempre da instituição e não dos jovens e suas famílias. Nos anos de 2013 e 2014, a equipe conseguiu incluir aproximadamente 20 jovens em um processo lento, porém de muitas reflexões em suas ações.

Outra questão encontrada ao longo deste processo é falta da participação familiar no acompanhamento do jovem durante os cursos e na preparação da busca por um emprego. Quando o mesmo está disputando uma vaga de emprego, a família demonstra satisfação e orgulho e, muitas vezes, não se importa pelo salário/benefícios que os jovens receberão, a função que irão exercer e dizem apenas ser importante ele estar trabalhando independente do que faça. A partir do momento que o mesmo passa na seleção e inicia seu trabalho, tanto os jovens como suas famílias procuram a equipe e expressam o

desejo de conciliar o horário de trabalho com as atividades proporcionadas pela instituição. Às vezes é possível fazer o contra turno, mas existem jornadas de trabalho fixas e ele deve optar por uma coisa ou outra.

Quando o jovem perde o trabalho, automaticamente ele retoma as atividades que executava anteriormente. Com isso, percebemos que existe uma relação de dependência do serviço e fica explícita a dificuldade de saída da instituição, pois tanto a instituição precisa desses jovens para conseguir recursos financeiros e manter o Programa, como os jovens precisam da instituição para manter-se “ocupados”, segundo a família.

Na gestão anterior, a família tinha pouco envolvimento com as atividades desenvolvidas pelo Programa Ser Eficiente. Após a premiação do PIP FIES Itaú em 2009, a equipe precisou refletir sobre suas ações e buscar solução para resolvê-las. Uma dessas ações foi a aproximação de familiares dos atendidos, pois perceberam que havia temas importantes para serem trabalhados, como: superproteção, infantilização, interdição total e parcial, conquista de autonomia (o jovem passa a ter direito de escolha), fortalecimento da relação familiar (verificar se havia diálogo com o filho). De modo geral, a proposta era entender como a família via seu filho. Esses temas foram trabalhados durante duas reuniões semestrais que ocorriam ao longo do ano. Porém, a equipe técnica sempre esteve à disposição da família para esclarecer dúvidas e refletir sobre alguma situação que ela mesma estava enfrentando no momento.

Em relação às empresas, ainda existe muito desconhecimento sobre a contratação de pessoas com deficiência, principalmente o que faz uma pessoa com deficiência intelectual. A equipe já recebeu diversas ligações de empresas que querem escolher o tipo de pessoa que desejam. Quando ocorre abertura por parte da empresa, por meio de uma conversa é agendada uma visita no local para esclarecer dúvidas e ajudá-la na busca por uma vaga adequada. Esse serviço é prestado na tentativa de auxiliar a empresa na escolha da pessoa com o perfil da vaga.

Muitas vezes a contratação ocorre de maneira imediata porque a empresa está sendo autuada pelo Ministério do Trabalho e pagará multa se não cumprir o prazo determinado. Quando as contratações são feitas desta

maneira, o tempo de permanência do jovem na função é muito menor, pois observa-se que o jovem passa por duas situações: discriminação ou superproteção de alguns colegas de trabalho.

Ao longo desses anos, constatou-se que normalmente os jovens com um ano de contratação demonstram insatisfação em seu trabalho e procuram a equipe para auxiliá-los na busca por outro trabalho, que pague mais e que seja em função diferente da que está, além de pedir ajuda para pesquisar cursos de qualificação.

É interessante observar que, apesar de mudanças e modificações nos programas existentes, o papel da instituição permanece como mediadora entre o jovem e suas famílias e com a sociedade de modo geral, em todos os contextos que nela existem como, por exemplo, o trabalho.

4. FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES

A ideia de família foi sofrendo alteração ao longo da história. Na visão de Ariès (2006), historiador francês, o sentimento de família assume a configuração e a importância que é dada hoje a partir do final do século XVIII e início do século XIX. O autor refere que a consciência da particularidade infantil (quando a criança passou a ser diferenciada do adulto, originando a ideia de que esta necessitava de cuidados para seu desenvolvimento, de disciplina e educação) trouxe à cena a igreja e a família para esta tarefa. Os laços familiares passaram a ser revestidos de reconhecimento social e à família passou a ser atribuída a responsabilidade de criação e educação dos filhos.

A família passou a se organizar em torno da criança, na medida em que foram erguidos os muros da vida privada. A necessidade de intimidade e identidade passa a ser uma das marcas da família moderna. Assim, tanto a ideia de criança como a de família são socialmente construídas (CAVALCANTE, 2003).

Ao falar de jovens/adultos com deficiência intelectual, normalmente remete-se a questões de cunho familiar. Há referências à família como um fator que pode influenciar no processo de conquista de independência e autonomia dessa pessoa. Alguns estudos mostram os enfrentamentos que normalmente a família passa quando recebe a notícia de que seu filho é deficiente.

Para Rosa e Denari (2013), desde o nascimento de uma pessoa com deficiência, estas famílias vivem uma realidade distinta, onde os pais são forçados a um desligamento abrupto da criança sonhada, surgindo sentimentos de culpa, ruptura de planos e desgosto diante dos desafios impostos pela nova condição.

São muitas adaptações impostas a esta família, elas vão desde transformações internas, de cunho afetivo, temporal, econômico, até as relações externas que podem surgir com falta de oportunidades, rótulo e atitude preconceituosas. Tais situações podem levar muitas famílias ao isolamento social, esse isolamento pode levar a família a reforçar mecanismos de superproteção (...) pode tomar proporções exageradas, prejudicando sua independência e autonomia de forma que a própria estrutura familiar se volta quase exclusivamente para os cuidados, em detrimento inclusive dos cuidados com os demais integrantes da família. (ROSA; DENARI, 2013).

A notícia de uma criança com alterações é recebida com perplexidade pelos pais. Sua reação passa pelos estágios de negação, raiva, negociação, depressão e aceitação, a qual nem sempre ocorre. Estes também se utilizam de mecanismos de enfrentamento como o afastamento e o sentimento de culpa (KENNER, 2001).

Além das alterações naturais pelo nascimento de um novo membro, a inesperada notícia de uma criança com algum tipo de incapacidade provoca não só o abalo nas expectativas geradas sobre o filho como também as alterações nos planos traçados para este e para todos os que com ele convivem, desencadeando na família um processo semelhante ao luto. Muitos veem na doença uma espécie de punição por algum mal cometido (FIAMENGHI, 2007).

Percebemos que para a superação deste luto, a família tem buscado ajuda de profissionais para receberem orientações sobre as necessidades especiais de seus filhos. Assim, a relação entre a família e profissionais acaba se tornando vertical, na qual o que menos é levado em consideração é a opinião da mesma quanto à melhor forma de lidar com o problema da criança (BRASIL, 2004).

Constata-se a falha da escuta profissional quando esta aponta a família (mãe ou pai) como culpada pelas dificuldades que o jovem/adulto apresenta. Observa-se o quanto é necessário desenvolver uma relação de troca, incentivando a família na busca da autonomia de seu filho, permitindo que ele trabalhe e conquiste seu papel como qualquer cidadão dentro desta sociedade que vivemos.

O trabalho faz parte do mundo adulto e a forma como a família lida com seu membro com deficiência é fundamental para que o jovem se perceba como adulto e tome atitudes compatíveis a essa fase da vida. Acredita-se que o envolvimento familiar durante o processo de conquista de autonomia é importante para a superação de atitudes de proteção e infantilização (BARTALOTI, 2011).

Desta forma, considera-se que a família tem importante função de suporte e apoio a pessoa com deficiência intelectual.

A partir de experiências profissionais observa-se que jovens com

deficiência intelectual, muitas vezes, vivem em ambientes familiares superprotegidos, que dificultam sua independência, autonomia e experiências de responsabilidade e autocuidado. Acredita-se que essa imaturidade pode ser um fator que dificulta a inserção desses jovens com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

Um fato comum que tem chamado a atenção no processo de empregabilidade do jovem com deficiência intelectual é a interdição. Muitos deles encontram-se interditados judicialmente e este ponto revela as bases da relação que se estabelece entre o jovem e sua família.

Durante este estudo teve-se acesso à Cartilha – Interdição Parcial e à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta cartilha é explicativa e foi elaborada com o objetivo de esclarecer dúvidas de familiares em relação ao processo de interdição e também auxiliar juízes e profissionais que atendem esta mesma demanda.

A mesma aborda assuntos como: o que é interdição; quem pode ser interditado; se a pessoa interditada pode trabalhar, casar e ter carteira de habilitação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, adota a regra do reconhecimento igual perante a lei, devendo ser asseguradas as pessoas com deficiência medidas adequadas para o exercício da capacidade legal. Somente quando necessário é que a capacidade legal (civil) da pessoa poderá ser limitada.

A curatela leva à interdição parcial da pessoa desde que sua aplicação respeite os direitos, a vontade e as preferências dela. Interdição é o nome que se dá ao processo judicial no qual um juiz analisa o nível de compreensão de uma pessoa adulta e decide se ela pode ou não praticar sozinha atos da vida civil, ou se precisará de apoio para isso. As pessoas a partir dos 18 anos podem praticar sozinhas todos os atos da vida civil, tais como comprar e vender imóveis, casar, trabalhar, etc. Se, por algum motivo, as pessoas com deficiência intelectual e mental, com 18 anos ou mais, não tiverem o discernimento necessário para praticar algum ato de vida civil, principalmente o que põe em risco as suas finanças e patrimônio, elas poderão ser interditadas e apoiadas nas decisões pelo curador.

A pessoa interditada pode ter carteira de trabalho e trabalhar, independente se há interdição total ou parcial, pois o trabalho é um direito fundamental e todos têm o direito de exercê-lo. No caso da interdição parcial, a própria pessoa interditada poderá assinar recibos e contratos, cabendo ao curador tão somente dar quitação das verbas da rescisão do contrato. Se a interdição for total caberá ao curador assinar os contratos, recibos e outros documentos.

É possível a pessoa interditada ter carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, desde que a pessoa se submeta e seja aprovada nos exames específicos de habilitação e demonstre que preenche os requisitos no Código de Transito que são, basicamente, saber ler e escrever, ser plenamente imputável (ou seja, se cometer um crime, ter consciência da ilegalidade que praticou e que pode ser punido).

As pessoas com deficiência intelectual e mental interditadas podem casar, se ambos os nubentes tem discernimento para os atos da vida civil, dentre eles do casamento, e livremente expressam suas vontades, mesmo estando interditadas parcialmente, podem sim se casar (BRASIL, 2014).

O processo de interdição ainda é considerado um tema em discussão para as famílias de pessoas com deficiência intelectual, juízes que precisam sentenciar impedindo ou não que esta pessoa responda por seus atos civis e empresas que precisam contratar pessoas com deficiência. Muitas empresas apresentam dúvidas em relação a contratação de pessoas interditadas. Houve experiências com empresas que não contrataram jovens que tem interdição total. Justificaram que se a pessoa cometesse alguma coisa dentro da empresa quem se responsabilizaria pelo fato? O tutor ou curador? Mesmo explicando que essa pessoa responderia e que a mesma tem o direito de trabalhar, pois está dentro da convenção este direito, a empresa não o contratou.

Outro fator observado também são famílias que interditaram totalmente seus filhos, sendo que os mesmos tem condições de responder pelos seus atos em algumas áreas de suas vidas, sem precisar de um tutor/curador para isso.

Para abordar esse tema nota-se que quando se fala de dependência, independência e autonomia sempre nos referimos na relação do sujeito com o

outro, seja adulto ou criança. A relação de dependência, por exemplo, normalmente aparece quando nos referimos a criança, pois esta necessita de ajuda para sobreviver, entretanto esse mesmo grau de dependência no adulto seria inaceitável. Desta forma, o movimento da dependência para independência aparece como uma das principais metas de socialização do ser humano.

Uma das dificuldades das pessoas com deficiência intelectual é avaliar criticamente as situações, impedindo-as, muitas vezes, de tomar decisões mais complexas sobre suas vidas. Esta capacidade amadurece durante a vida do indivíduo. Algumas pessoas perdem esta capacidade total ou parcialmente devido a doenças, distúrbios mentais ou circunstâncias que severamente restrinjam a liberdade. O respeito a este sujeito pode requerer sua proteção na medida em que amadurecem ou enquanto estiverem incapazes.

Isso tem gerado certo conflito, pois ao mesmo tempo em que esse sujeito tem direito de exercer seu papel como cidadão, ele tem sido impedido de tomar decisões. Para ilustrar, observou-se o caso de um jovem que começou a trabalhar e estava namorando. Ele queria apenas sair aos finais de semana sem ter hora para voltar, falava em casamento com a namorada e sobre seu desejo de dirigir. Sua mãe lhe contou que ele é interditado e que ela responderia por ele caso acontecesse alguma coisa e, assim, limitou seu retorno para casa até às 23h, não incentivou o casamento e estava com dificuldade para lhe dizer que nunca poderia tirar carteira de habilitação. Ele justifica que está trabalhando, ganhando seu dinheiro e já pode fazer o que quiser. E mesmo assim acaba sendo impedido de fazer o que quer e do jeito que deseja.

Através deste exemplo observa-se que o jovem atinge um nível de autonomia, pois conquistou um trabalho e não consegue compreender o motivo de ser impedido de realizar seus sonhos.

Assim como este caso existem outros cuja dificuldade maior está na relação que a família estabelece com seu filho. É possível compreender que ambos os lados têm suas razões, pois as limitações da deficiência intelectual chamam mais a atenção que as singularidades e as potencialidades individuais. Vista pela família, desde a infância, como um filho que necessita de

auxílio para as atividades mais simples da vida diária, a pessoa com deficiência intelectual é, muitas vezes, superprotegida. Tal fato coloca obstáculos no percurso de vida dessa pessoa que, mesmo tendo sucesso em suas atividades de trabalho, segue desacreditada em seu potencial.

Brunello (2007, p. 312) traz algumas reflexões sobre esse assunto. A autora coloca que as crianças que possuem deficiência dependem muito da iniciativa da família para realizar atividades que enriqueçam o seu cotidiano, como frequentar ambientes públicos, ir à escola, usar a rua como espaço de circulação e de encontro social, participar de atividades não vinculadas a sua deficiência. Assim, todo afastamento pode ficar justificado a partir de sua deficiência, atrelando sua inclusão social somente a espaços específicos a sua diferença, frequentando as chamadas classes especiais, grupos especiais e atividades especiais.

As famílias podem acabar se organizando dentro desta dinâmica, numa postura de negação, de afastamento ou de superproteção, com o qual contribuem, mesmo que não o desejem, para o afastamento do filho do meio social. Muitas vezes, as atividades e as relações dessas famílias estão tão cristalizadas e determinadas pelos preconceitos da sociedade, que se torna difícil propor mudanças reais em relação a forma de organização do cotidiano. São casos em que a deficiência passa a ocupar o lugar do significado no núcleo familiar e não o indivíduo (BRUNELLO, 2007).

Não há a pretensão de depositar apenas na família a responsabilidade dessa situação, mas sim partir do pressuposto de que se pode trabalhar junto com elas numa proposta de mudança e maior conscientização de seu cotidiano. É possível ajudá-las a romper os vínculos que as impedem e a seus filhos de participar e circular pelas várias esferas da vida social, contribuindo com uma qualidade de vida satisfatória, colocando-se de forma mais ativa perante a vida e ressignificando o lugar da deficiência e do lugar no mundo (BRUNELLO, 2007).

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em estudo de caso. O instrumento de coleta de dados foi a narrativa das famílias de jovens/adultos com deficiência intelectual e a análise do material coletado foi realizado por meio da análise de discurso.

Concorda-se com Minayo (2012, p. 65) que “é por meio de entrevistas também que realizamos pesquisas baseadas em narrativas de vida, igualmente denominadas ‘histórias de vida’, ‘histórias biográficas’.”

Para Galheigo (2009, p. 9), “narrar é: expor, contar, relatar, referir, dizer: por em memória, registrar, historiar.” A autora estabelece uma marcação, entre o fato e o valor, a pessoa conta algo pelo valor e significado que ela atribui. E o indivíduo escolhe o que contar, por qual caminho a seguir, que significado destacar.

Cada sujeito tem sua história e cada história seu contexto. Assim, as narrativas possibilitam justamente a manifestação da pluralidade dos modos de vida; enfim, a manifestação da diversidade (GALHEIGO 2009, p.10).

O levantamento foi feito através do prontuário dos jovens/adultos para identificá-los. Após esse levantamento, selecionamos as famílias de jovens que estão dentro dos critérios de inclusão.

Os critérios de inclusão: famílias de jovens/adultos com faixa etária de 18 a 30 anos, que participam a mais de 1 ano do Programa Ser Eficiente.

Os critérios de exclusão: famílias de jovens/adultos que participam a menos de 1 ano do Programa Ser Eficiente e famílias que não assinarem o TCLE.

5.2 Local

Esse projeto de pesquisa foi realizado no Centro Espírita Beneficente “30 de Julho”, entre maio de 2013 a outubro de 2013, situado na cidade de Santos.

5.3 Sujeitos da pesquisa

Quatro (04) famílias que participaram do Programa Ser Eficiente dentro da instituição CEB “30 de Julho” no período de 2010 à 2013, cujos filhos estavam na faixa etária entre 18 a 30 anos e trabalhando a mais de 1 ano, para colher informações referentes ao processo de inclusão desse jovem/adulto no mercado de trabalho.

O convite para participar da pesquisa foi feito através de contato telefônico ou eletrônico, e agendando duas entrevistas com duração de uma hora cada, que ocorreram na instituição mencionada acima. A primeira entrevista foi para aproximação desta família com a pesquisa, esclarecimento de dúvidas, assinatura do TCLE e coleta de relatos de como a família chegou ao Programa. Na segunda entrevista, foram coletadas narrativas sobre a visão familiar em relação ao processo de conquista do trabalho do jovem/adulto com deficiência intelectual e como a família participou deste processo. Ambas as entrevistas foram gravadas para auxiliar a coleta e a análise dos resultados desta pesquisa.

5.4 Aspectos éticos

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram obedecidos os aspectos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

O projeto foi aceito em 28 de junho de 2013 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo sob o número 045006/2013. Todos os sujeitos desta pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (APENDICE).

5.5. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas. O Programa Ser Eficiente, nesse período, atendeu o total de 121 jovens/adultos nas faixas etárias que variam de 14 e acima de 30 anos, sendo: 34 jovens na faixa etária de 14 a 17 anos; 72 jovens na faixa etária de 18 a 29 anos e 15 adultos acima de 30 anos.

Através dos prontuários, foi coletado que durante esse período apenas

cinco jovens nessa faixa etária estavam trabalhando e eram acompanhados pelo Programa Ser Eficiente a mais de 1 ano.

Desta forma, as cinco famílias foram convidadas conforme relatado na população de estudo. Apenas uma família recusou-se a participar desta pesquisa.

Após feito o convite, foi agendado um horário com cada família para início da coleta de narrativas. Teve duração de 1 hora em cada encontro, variando de acordo com a necessidade de cada família.

Antes de iniciar a coleta de dados, todas as famílias assinaram o TCLE e foram instruídas de que a entrevista seria gravada para facilitar na transcrição dos relatos e análise dos dados. Todas aceitaram a gravação.

As entrevistas tiveram 05 perguntas norteadoras para direcionar aos objetivos desta pesquisa. As perguntas foram:

- Como você chegou / conheceu o Programa Ser Eficiente?
- Como seu filho (nome do jovem) arrumou esse trabalho (nome da empresa)?
- Vocês apoiaram o jovem (nome do jovem) nessa escolha?
- Vocês ajudam o jovem a administrar o seu salário?
- Ele tem algum sonho?

A partir dessas perguntas foi feita a tabulação dos dados coletados em uma tabela por temas e relatos de cada família para facilitar a compreensão deste estudo no momento da análise dos resultados.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise será feita por meio da análise de discurso. Segundo Rocha e Deusdará (2005), o objetivo da pesquisa da análise do discurso é analisar em que perspectiva a relação social de poder o plano discursivo se constrói.

Para Caregnato e Mutti (2006), o discurso é produzido pela fala sempre tendo relação com o contexto sócio-histórico.

A análise de discurso a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva construída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo discurso já foi dito antes (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

A partir dos discursos trazidos por cada família foi observado como ocorre a relação entre os jovens e adultos com deficiência intelectual e seus familiares quando o assunto é a conquista de um trabalho.

Optou-se por fazer uma análise geral das quatro famílias por meio de cada pergunta feita durante o período da entrevista.

Segue abaixo os resultados obtidos:

- *Como você chegou / conheceu o Programa Ser Eficiente?*

Nesta pergunta percebe-se que apenas uma família (mãe de M.) foi em busca de um programa de profissionalização pensando na questão do emprego, porque seu filho tinha dificuldade de passar nas entrevistas.

As demais famílias relataram que seus filhos participavam das atividades da escola, e foi apresentado por meio de uma reunião a proposta de cursos com a finalidade de incluí-los no mercado de trabalho. Nota-se através dos relatos que apenas a mãe de Y. participou da reunião e acompanha seu filho desde o início dos cursos. A mãe de H. fica contente que o filho esteja se preparando para o trabalho, mas não esteve presente nas reuniões para acompanhá-lo mais de perto. E segundo relato da madrasta de L.A. durante a entrevista, ela já estava com o pai do jovem no momento que ele inicia os cursos, porém não recorda como ficou sabendo da existência do Ser Eficiente.

Ele sempre teve dificuldade nas entrevistas de emprego, não consegue. Você olha pra ele, ele é normal. Mais assim... o raciocínio

dele é lento, lento, parece que ele não acompanha (mãe de M.).

Foi pela escola mesmo, logo depois que ele entrou (...) H. chegou nos contando que estava participando de um curso que treinava para o trabalho (mãe de H.).

Fiquei sabendo por intermédio da escola. Mais de 3 anos que ele estava estudando aqui, elas chamaram as mães, fizeram uma reunião e foi falado que ia ter (...) cursos que iam estudar dentro do 30 de Julho (...) Foi chamado todas as mães, principalmente as crianças de 16 anos pra cima que estava fazendo o supletivo, ou fazendo o ginásio ou o colegial, né?! Aí foi chamado e avisado se podia fazer esse tipo de estágio dentro da escola mesmo. Eu achei bom (mãe de Y.).

Eu não sei, porque não foi do meu tempo. Acho que quem correu atrás disso aqui (30 de Julho) foi o pai dele (madrasta de L.A.).

É possível observar que a preparação para o trabalho apresenta-se como mais um projeto institucional e em continuidade ao percurso escolar na instituição. Nesse sentido, as famílias delegam à instituição os cuidados de seus filhos e algumas se ausentam desse processo.

Fato esse encontrado no relato da mãe de M., o jovem chega à instituição com uma necessidade específica em relação ao trabalho em busca de uma autonomia maior. A família, mais consciente das necessidades do filho, acompanha e o auxilia nesse processo, tomando para si essa responsabilidade, cabendo à instituição sanar uma dificuldade que se apresenta. Nesse sentido, é possível observar que o jovem e adulto, quando é mais estimulado pela família, amadurece mais rápido, dentro de seus limites. Fica mais claro observar esta evolução em atividades práticas como da administração do salário, por exemplo.

- *Como seu filho (nome do jovem) arrumou esse trabalho (nome da empresa)?*

Todos os jovens foram indicados pelo Programa Ser Eficiente nas

empresas que estão trabalhando e foram acompanhados durante todo período que permaneceram na empresa. Com exceção de um dos jovens que foi em busca sozinho de outro emprego com o objetivo de ganhar mais.

Conforme relatos, a mãe de M. conta sobre o período que o jovem trabalhou na TV Tribuna, no setor da copa: preparava café, lavava e enxugava a louça, servia café para os diretores e colaboradores da empresa, realizava limpeza das máquinas de café existentes em cada andar e fazia a reposição de copos descartáveis dos bebedouros. O processo seletivo foi feito por meio de estágio, participaram três jovens com deficiência e M. foi escolhido e contratado pela empresa. Após dois anos trabalhando nesta empresa, vem o desejo dele de mudar para outra empresa.

Ah, uns dois anos atrás. Ele fez dois anos, desde de 2010, ficou lá. Gostou, e eu achei bacana porque não foi uma entrevista, né? Foi um... como é que fala? (...) Um estágio, e o que se saísse melhor é que seria contratado, né? (...) E acho que eram quatro pessoas, cada um ficaria uma semana em teste, e logo que ele entrou. (...) ele ficou contente acho que ele viu assim... nossa num (sic) precisei nada que tenha que escrever, acho que ele pensou... acho que entrei pelo meu esforço, né? Consegui. (mãe de M.).

Observamos que a família de H. não esteve presente auxiliando o filho na busca de emprego.

A família relata que o jovem sempre consegue os trabalhos por conta própria. A mãe acredita que ele tem um carisma, (...) nunca o ajudaram na busca pelo emprego (entrevista com mãe e irmã de H.).

A mãe de Y. disse que o jovem passou a falar mais depois dos cursos do Ser Eficiente e entende-se que a partir desse desenvolvimento ele conseguiu chegar ao mercado de trabalho.

(...) o desenvolvimento foi mais aqui na escola 30 de Julho. Depois que ele começou a fazer esse cursinho. Pra mim foi ótimo, pra ele foi mais ainda. Porque ele desenvolveu mais, o Y. era mais caladão, ele não falava muito com as pessoas, nem com os alunos mesmo da

salinha dele. Ele sempre foi muito quieto, separado. Esse desenvolvimento dos cursos foi quem ativou mais ele a falar (mãe de Y.).

E a madrasta de L.A. relata que a equipe do Ser Eficiente ligou perguntando se poderia encaminhar o jovem e a família aceitou, sentiu que poderia ser uma possibilidade para o crescimento de L.A.

Acho que foi aqui no colégio que ligou pra gente perguntando se deixava. Aí conversei com o pai dele e ele disse: — Meu, deixa, porque pelo menos ele vai se desenvolver mais. E realmente, depois que ele começou a trabalhar, ele desenvolveu bastante (madrasta de L.A.).

De acordo com Oliveira (2012), a transição da escola para o mundo do trabalho do jovem com deficiência intelectual deve implicar a participação do aluno, o envolvimento das famílias, a coordenação de todos os serviços envolvidos e uma estreita colaboração com o setor de emprego.

Por meio desses relatos comprova o que Ghirard (2004) aponta quando diz que no trabalho existe uma base concreta de comunicação, e se estabelecem redes de negociação e de trocas, as quais possibilitam que as relações com a alteridade sejam mais complexas. O trabalho proporciona ao indivíduo a expansão de relacionamentos, condições econômicas para sanar suas necessidades e autonomia para tomar decisões.

- *Vocês apoiaram o jovem (nome do jovem) nessa escolha?*

Considera-se apoio familiar quando a família auxilia seu filho durante o processo de aprendizagem tanto em cursos como no ambiente laboral; que pede ajuda aos técnicos do Ser Eficiente quando há necessidade e participa das reuniões que o Ser Eficiente realiza semestralmente. Assegurando a manutenção e a promoção do jovem tanto em um ambiente laboral como na própria vida.

Constata-se que as quatro famílias apoiam seus filhos para ingressar no mercado de trabalho, e que todas os auxiliam de alguma maneira, seja esse

acompanhamento numa relação mais distante ou mais próxima.

No relato da mãe de M. nota-se a preocupação do filho não conseguir passar na entrevista da outra empresa. Ela apresenta insegurança e medo durante o processo de transição do filho de uma empresa para outra, pois na empresa anterior ele era acompanhado pela equipe do Ser Eficiente, trabalhava quatro horas por dia e estava mais próximo de sua residência, sua mãe tinha mais controle sobre ele. Na empresa seguinte, o jovem passa a não ter mais esse acompanhamento, a trabalhar 8 horas por dia e em outro município. Ela fala de suas angústias e fica claro a questão da superproteção, o medo dele não conseguir passar na entrevista e permanecer no outro local de trabalho. Esta relação entre o jovem e a família é pautada de conversas e aconselhamentos da parte da mãe, mas M. não deixa de ser escutado e ter a liberdade de escolha.

No começo eu fiquei com medo, eu fiquei. Eu fiquei com medo, porque assim, mãe que tem seus filhos com problema, sempre quer proteger. Aí eu fiquei, meu Deus, ele vai sair, mas como ele vai se ajeitar? Porque ele não vai passar. Porque eu me preocupo, uma hora você vai tomar consciência de que você não é capaz de passar na entrevista. E como que vai ser? (...) as pessoas são muito cruéis. Se pra gente que já, vamos dizer perfeita, normal, é difícil, imagine pra eles (mãe de M.).

A família de H. percebe que o jovem tem se desenvolvido e que a cada trabalho aprende coisas novas. Esta relação familiar ocorre apenas quando o jovem relata que conseguiu um emprego. Acredita-se que esse relacionamento familiar ocorre de maneira mais distante, a mãe só o auxilia quando necessário.

O H. chegou nos contando que estava participando de um curso que treinava para o trabalho. (...) nós apoiamos (...) ele mexia com arquivo, ia ao banco com outro funcionário. Sempre de um emprego para outro ele aprendia coisas que o ajudavam no trabalho seguinte. Por exemplo: Organizar um arquivo (Indaiá) e tem que organizar os jornais (Jornal A Tribuna). (mãe e irmã de H.).

A mãe de Y. faz a comparação entre os filhos, e diz que Y. deve seguir o

mesmo exemplo da irmã. É uma relação aberta entre eles e ocorre sempre a base de muita conversa.

Sim. Era só eu e a irmã dele, né. O pai já não tava mais, era falecido (...) eu adorei e a irmã também. A irmã já trabalha desde os 15 anos, ela tá (sic) com 25 (...) ele só tem 22. Aí ela falava é assim, assim, você não se junta com muito rapazinho ou menina da sua idade pra ficar batendo papo, faz todo serviço, sempre procura saber, olha tô (sic) sem fazer nada, eu posso fazer (...) sempre andando pra ver se tem algum serviço (mãe de Y.).

A madrasta de L.A. apenas coloca que a família apoia o jovem. Porém nota-se que nesta relação L.A. não tem o poder de tomar decisões.

Fica evidente que o apoio dado pelas famílias aos jovens acontecem de modo diferenciado. Para a mãe de M. o apoio se dá ao procurar ajuda para uma dificuldade específica do filho, ensiná-lo a lidar com seu próprio dinheiro e as transações bancárias básicas que necessita saber para ser mais autônomo.

Ao reconhecer as limitações do filho (raciocínio lento e dificuldade de compreensão), o ajuda na tentativa de ensiná-lo a superar essas dificuldades.

Já a mãe de H. relata que o filho consegue os empregos por conta própria e a família pouco participa dessas decisões. Reconhece suas dificuldades, inclusive a dificuldade em lidar com o próprio dinheiro.

A mãe de Y. relata avanços do filho a partir do projeto. Ele conversa mais, conseguiu um emprego, aprendeu a andar sozinho de ônibus e o ensinou a realizar as transações bancárias básicas. Relata que o filho tem uma poupança na qual deposita dinheiro todo mês.

Já a família de L.A. apoia sua participação no projeto, porém pouco o auxilia a superar suas dificuldades. O pai fica com o dinheiro do salário e compra as coisas que o filho necessita. Acreditam que o filho não tem condições de aprender a administrar seu próprio dinheiro.

As limitações que a deficiência intelectual apresenta chama mais a atenção que as singularidades e as potencialidades individuais. Vista pela família, desde a infância, como um filho que necessita de auxílio para as atividades mais simples da vida diária, a pessoa com deficiência intelectual é, muitas vezes, superprotegida. Tal fato coloca obstáculos no percurso de vida

dessa pessoa que, mesmo tendo sucesso em suas atividades de trabalho, segue desacreditada em seu potencial.

Não há a pretensão de depositar apenas na família a responsabilidade dessa situação, mas partir do pressuposto de que se pode trabalhar junto com elas numa proposta de mudança e maior conscientização de seu cotidiano. É possível ajudá-las a romper os vínculos que as impedem, e a seus filhos, de participar e circular pelas várias esferas da vida social, contribuindo com uma qualidade de vida satisfatória, colocando-se de forma mais ativa perante a vida e ressignificando o lugar da deficiência e do lugar no mundo (BRUNELLO, 2007).

- *Vocês ajudam o jovem a administrar o seu salário?*

O trabalho é parte intrigante do que se constitui chamar 'vida adulta', e em nossa realidade define uma concepção do que é ser membro da 'sociedade adulta': para ser parte da sociedade é preciso ser um membro produtivo dela, e isso quer dizer trabalhar, produzir riqueza, pagar impostos, consumir (BARTALOTTI, 2007).

Interessante observar como cada família faz o acompanhamento do jovem na administração do salário.

A mãe de M. mostra ao filho que todas as coisas que consome tem um custo a ser pago no final do mês. Por exemplo, tomar banho demorado significa pagar mais caro a conta de luz. Para que o jovem sinta este processo, a família pede que ele contribua pagando algumas contas. O jovem percebe que o salário não é suficiente para pagar as contas e ainda bancar algumas saídas aos finais de semana com seus amigos e, sendo assim, decide ir em busca de um novo trabalho que pagasse mais. A mãe o apoia nesta decisão e orientou o jovem em todo momento.

(...) ele começou a perceber que o salário não tava (sic) sendo o suficiente. Se ele tinha que me ajudar, pagar o aparelho, (...) a luz e a internet, (...) sobrava uns 20 ou 30 reais para ele poder ir no cinema com os amigos. (...) Aí, ele começou a falar que ia procurar uma coisa por fora. (...) ele conseguiu, agora ele ta na Coca. Eu falei pra ele não sair sem estar certo a contratação. Aí ele veio, comunicou que ele

entrou pela lei de cotas, né?!

(...) nossa ele ficou tão feliz quando pegou o primeiro salário da Coca. Porque assim, com todos os descontos você pegar R\$219,00 e quando você mudou de emprego você pegar R\$700,00. Olha que diferença! Nossa, ele sorria toda hora. Ele queria um relógio, ele comprou (...)

Ele sabe mexer (administrar), mais geralmente como ele tá (sic) no horário de trabalho ele deixa o cartão em casa e fala: — Oh, mãe já caiu o pagamento, vai lá e paga a minha fatura, e saca o dinheiro. Ou, esse mês que passou ele mesmo fez, ele mesmo que pagou a fatura e sacou o dinheiro e trouxe pra mim... eu ensinei pra ele e ele faz direitinho (mãe de M.).

A família de H. relata que o jovem não tem essa independência para administrar o próprio salário, não entende o valor do dinheiro, mas também não o ajuda a entender como se faz essa administração. Durante a entrevista com a mãe e a irmã de H., percebe-se que o dinheiro proporciona ao jovem o poder de escolha, como por exemplo, pagar o transporte mesmo tendo a carteira de gratuidade da passagem; gastos desnecessários, segundo a família.

H. não consegue administrar seu próprio dinheiro, ele tem muita dificuldade. Todo mês ele deposita um dinheiro na poupança, gosta de ver que está crescendo sua poupança. (...) Ele não pode ter dinheiro na mão que voa. Se ele entrar no ônibus, não quer mais apresentar a carteira de deficiente ou o cartão de transporte (empresa), faz questão de pagar. Quando pergunto o por que pagou? Ele diz: é mais fácil. Ensinei ele ser cavalheiro e agora ele é cavalheiro demais, tudo ele quer pagar (mãe e irmã de H.).

Quando o jovem Y. inicia uma atividade laboral, sua mãe o orienta de como ter controle do dinheiro recebido todo mês e, sem saber muito como ajudá-lo, ela cria estratégias treinando o jovem a ir ao banco, utilizar o caixa eletrônico para sacar o salário e guardar parte desta quantia em uma poupança, pensando no futuro do mesmo.

(...) Ele fala: — Mãe, hoje é dia de eu receber, e eu vou tirar tanto. Eu sempre falo pra ele não tirar tudo, não é por nada. Porque no início ele tinha um cartão especial, depois que ele começou a ir direto pra

Tribuna, ele não quis mais usar o cartão (*transporte*), adivinha? (...) ele disse: — Mãe, eu não sou especial.

(...) nos primeiros meses (4 meses) eu fui junto pra ele vê (sic) como deposita, porque ele leva o dinheiro, e deposita ali na frente, então eu fui, falei com a moça ali, outro dia com um rapaz ali na frente dele e ele todo mês tá (sic) depositando no Bradesco. (...) ele vai sozinho, mais ele não sabia nada disso (mãe de Y.).

A família de L.A. traz duas questões importantes: uma é o jovem não sabe e nunca vai saber como administrar o seu salário, e a outra é em relação a segurança dele, pois a família mora em uma comunidade e tem medo que os outros “meninos” vejam que ele tem dinheiro e se aproveite da situação. Observa-se por meio do discurso que L.A não é estimulado e nem orientado em relação ao valor do dinheiro, tudo o que deseja ter ele pede ao pai e o pai compra para ele, dificilmente tem autonomia de compra.

O salário dele quem recebe pra ele é o pai dele. Como eu te falei, ele ajuda um pouco em casa, compra as coisas pra ele. Ele (L.) diz: — Quero isso aqui. O pai vai e compra pra ele. E depois dá um dinheiro pra ele (L.) e diz: — Óh, toma esse dinheiro, mas não gasta tudo. Mas é como não falar, né! Porque no outro dia ele já tá pedindo dinheiro de novo (risos). Por isso que a gente tem medo de entregar o cartão na mão dele. O pai dele queria entregar, e eu falei: — Não faça isso. Porque se os moleques vê que ele tá com dinheiro, vão mandar ele ir tirar dinheiro (madrasta de L.A.).

A partir dos relatos nota-se que duas famílias investiram na aprendizagem do filho ensinando-o a ir ao banco, fazer depósito, tirar dinheiro e saber lidar com o dinheiro. As outras duas acreditam que administrar o dinheiro do filho é sua responsabilidade.

Percebe-se a diferença da família que investe no filho, acreditando ser homem (adulto) e outra que acha que o filho não terá condições de ser. Porém esse jovem pode aprender a partir de suas capacidades, não que a família tenha que fazer tudo por ele sempre. A família só precisa estar disposta a orientar e ensinar o jovem durante este processo de autonomia.

- *Ele (jovem) tem algum sonho?*

Quando foi feita esta pergunta, foi pensado no motivo o qual a família estimula o jovem a guardar parte do salário. Porém, observa-se que a mãe de Y. fala de ter uma casa melhor,

Primeiro ele tem um sonho de que a gente tenha uma casinha melhor, porque a nossa não é muito boa, é só sala, cozinha, banheiro, e uma área. Aí nós tamo (sic) fazendo essa junta de dinheiro, pra ver se um dia a gente levanta a parte de cima, entendeu? Nunca foi assim, eu sempre morei em casa de aluguel, e aí COHAB cedeu um terreno pra nós (sic), pra mim, nós fomos sorteados pela COHAB, só que quem fez, foi nós (sic) morador, entendeu? (mãe de Y.).

E a madrasta de L.A não soube relatar, talvez porque este jovem nunca foi estimulado a pensar em conquistar alguma coisa. Seu único desejo é viajar para o Norte, provavelmente para encontrar com sua família que mora lá.

Não, não (...) ele nunca falou. O único lugar que ele pede pra ir assim, é pro Norte, né! Ele fala que tá (sic) com saudades das tias. Ele tá (sic) até fazendo uns planos pra ir agora aí em janeiro, que tá (sic) todo mundo de férias (madrasta de L.A.).

Já a mãe de M. e H. trazem questões dos jovens, da possibilidade de fazer uma faculdade, e tirar a carteira de habilitação.

(...) ele falou pra mim: — Não, mãe, eu quero mudar de emprego, e além de poder ajudar melhor e ter minhas coisas, quem sabe mais pra frente eu não possa fazer a faculdade. Esse é o projeto dele, fazer uma faculdade ou algum curso mais específico na área de gastronomia (mãe de M.).

A mãe diz que ele vem falando muito de tirar a carteira de motorista e ter um carro. Ela está um pouco preocupada com isso, pois acha que ele não tem condições de dirigir. E outro sonho é fazer uma faculdade (mãe e irmã de H.).

Interessante observar como cada família participa dos momentos de conquista do jovem. O trabalho traz questões importantes para o crescimento dos jovens/adultos levando-os a tomar decisões como: tirar carteira de habilitação, fazer uma faculdade, viajar, coisas estas que não eram refletidas com os mesmos antes de estarem empregados.

Os sonhos e desejos emergem quando há a possibilidade financeira de obtê-los. Ciente de seu novo papel social (trabalhador), o jovem com deficiência aspira outra vida, outras formas de obter mais autonomia e independência. Na pesquisa realizada surgem questões vistas anteriormente: o jovem não aceita mais o uso gratuito da carteira de transporte, outro jovem quer namorar e se casar, constituir família, mudar de emprego, enfim, sonhos de mudar de vida, mudar seu papel social e ter a oportunidade de viver como outro jovem de sua idade.

Observa-se que as famílias têm pouca disponibilidade para aceitar essas manifestações de mudança ou reconhecê-las como possíveis de acontecer na vida de cada um deles.

Ao longo da história, a família busca ajuda de profissionais para receberem orientações sobre as necessidades de seus filhos. E essa relação entre a família e profissionais devem ser pautada em um diálogo levando em consideração a opinião da mesma quanto à melhor forma de lidar com o problema da criança (BRASIL, 2004).

Observa-se o quanto é necessário desenvolver uma relação de troca, incentivando a família na busca da autonomia de seu filho, permitindo que ele trabalhe e conquiste seu papel como qualquer cidadão dentro desta sociedade que vivemos.

Independente de a deficiência ser congênita ou adquirida ao longo da vida, as adaptações que serão impostas a esta família serão muitas; elas vão desde transformações internas, de cunho afetivo, temporal, econômico, até as relações externas que pode surgir como a falta de oportunidades, rótulo e atitude preconceituosa. Tais situações podem levar muitas famílias ao isolamento social, e esse isolamento pode levar a família a reforçar mecanismos de superproteção (ROSA; DENARI, 2013 apud GLAT, 2004).

Identifica-se nas quatro famílias estudadas que existem mecanismos de

superproteção e cuidado para que o jovem/adulto não sofra nenhum tipo de preconceito ou passe por situações de conflito, como por exemplo, não passar em uma entrevista de emprego.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história as pessoas com deficiência intelectual foram excluídas da sociedade, eram vistas como seres incapazes de produzir. Com o passar dos anos, percebe-se que essas pessoas, apesar de suas limitações, têm condições de ter uma vida produtiva, iniciando então o movimento pela integração social. Em seguida, criam-se leis que garantam o acesso dessa população nos sistemas sociais de modo geral, como: a educação, o trabalho, a família e o lazer. Fica evidente que, aos poucos, as pessoas com deficiência vão se empoderando de sua condição de vida e buscam por meio de direitos a garantia de trabalho e ter uma vida produtiva como qualquer outra pessoa. Apesar desse movimento ocorrer desde a década de 60, ainda vivemos resquícios desse passado de abandono e, depois, de superproteção.

A conquista de um trabalho é um dos temas que tem sido muito discutido atualmente, segundo Bartalotti (2011), o trabalho faz parte do mundo adulto e a forma como a família lida com seu membro com deficiência é fundamental para que o jovem se perceba como adulto e tome atitudes compatíveis a essa fase da vida. Acredita-se que o envolvimento familiar durante o processo de conquista de autonomia é importante para a superação de atitudes de proteção e infantilização.

O trabalho é parte intrigante do que se constitui chamar 'vida adulta', e em nossa realidade define uma concepção do que é ser membro da 'sociedade adulta': para ser parte da sociedade é preciso ser um membro produtivo dela, e isso quer dizer trabalhar, produzir riqueza, pagar impostos, consumir. Aquele que por um motivo qualquer, não se encaixa nesse esquema produção-consumo é relegado a condição de marginalidade. Acredita-se ser essa uma das mais fortes justificativas para que se trabalhe a profissionalização da pessoa com deficiência mental: não é possível, dentro de uma estrutura social existente, falar em inclusão social sem falar em trabalho (BARTALOTTI, 2007, p. 297).

A profissionalização é considerada parte integrante dos programas de que atendem pessoas com deficiência intelectual, geralmente desenvolvida em instituições especializadas, por meio de programas chamados de "oficinas" (pedagógicas, pré-profissionalizantes e profissionalizantes), proporcionando ao jovem uma aprendizagem gradativa dos aspectos pertinentes ao mundo do trabalho, culminando em uma inserção no mercado ou em espaços de trabalho

abrigado (BARTALOTTI, 2007).

A realidade aponta para práticas de reabilitação e habilitação que remetem ao paradigma da integração, com vistas a preparar o indivíduo com deficiência intelectual para o mercado de trabalho. Nessas práticas os jovens com deficiência intelectual participam de programas educativos que nem sempre correspondem aos seus interesses e necessidades. A preparação vocacional encontra-se, muitas vezes, desconectada das reais práticas de emprego. Na maioria das vezes, essas formações se dão em espaços segregados e nem sempre são orientados para profissões mais complexas.

Essas práticas perpetuam a fragilidade das redes relacionais desses indivíduos e de precarização dos vínculos de trabalho, mantendo a pessoa com deficiência eternamente na zona de desfiliação e vulnerabilidade.

Por meio deste estudo verificou-se que a participação familiar de jovens e adultos com deficiência intelectual ocorrem de diversas maneiras, ora existe uma aproximação desta para acompanhar o desempenho de seu filho, ora um distanciamento.

De quatro famílias entrevistadas, duas delegam à instituição os cuidados de seus filhos, ausentando-se desse processo, e duas são conscientes das necessidades do filho, acompanham e o auxiliam nesse processo, tomando para si essa responsabilidade.

Nesse sentido, observou-se que os jovens e adultos com deficiência intelectual, quando são acompanhados pela família, amadurecem mais rápido, dentro de seus limites.

A mãe de M., apesar de sua insegurança, ao mesmo tempo que superprotege, acredita no potencial de seu filho, apoiando-o em suas decisões, e se mostra sempre presente quando ele precisa.

A família de H. reage de forma mais distante no acompanhamento do jovem em seu ambiente laboral, e só manifesta interesse quando é chamada pela equipe do Ser Eficiente para conversar sobre o comportamento do filho. Percebe-se que ela tem dificuldade em lidar com algumas situações como: dar autonomia ao jovem para administrar seu salário; orienta-lo sobre a deficiência e a gratuidade do transporte, pois ele não se sente mais deficiente; e o desejo do mesmo para tirar carteira de habilitação.

A mãe de Y. participa das reuniões feitas semestralmente pela equipe do Ser Eficiente, está sempre presente orientando o jovem em suas atividades diárias e práticas. Quando não consegue, pede ajuda do Ser Eficiente para orientá-lo.

A madrasta de L.A de acordo com os relatos diz apoiar o jovem e ajudá-lo naquilo que precisa, porém o contato com essa família é difícil, não participam das reuniões e pouco estão presentes no acompanhamento dele no ambiente laboral. Traz questões de infantilização e superproteção, principalmente quando o assunto é o salário do jovem.

Desta forma, como a instituição muitas vezes assume o papel de mediadora entre os jovens/adultos, as famílias e as empresas sugere-se que os profissionais do Ser Eficiente criem espaços para discussões e reflexões em grupo (jovens, familiares ou responsáveis e técnicos) com temas relacionados a superproteção, infantilização e conquista de autonomia no mundo do trabalho, como estratégia de acompanhamento dessas famílias desde de o momento que o jovem entra no Programa Ser Eficiente até ser incluído no mercado de trabalho.

8. PRODUTO FINAL

Como os jovens com deficiência intelectual ainda vivem uma realidade que não está pautada pelos paradigmas da inclusão social, constata-se que, no processo de transição para a vida adulta, o término da escolaridade não garante a entrada no mundo do trabalho. Comum a todos os jovens, o processo de entrada no mundo do trabalho é um período de conquista e independência, muitas vezes negada a indivíduos que por possuírem uma marca, uma distinção acaba por sofrer limitações no mundo do trabalho.

De acordo com os resultados encontrados observa-se que a instituição tem sido um lugar de tutela, pois quando o jovem e adulto perde o emprego ele retorna novamente para o Programa, as famílias voltam para esse lugar de apoio porque ali consideram um lugar de proteção. Tanto os jovens como as famílias precisam encontrar portas de saída, precisam ser autônomos, se sentirem empoderadas para lidarem com as dificuldades do próprio filho. Sob esse ponto de vista, a instituição deveria ser um local de passagem, no qual essa família vem com o jovem quando tem uma dificuldade pontual e pode receber auxílio e apoio, sendo provida de recursos para que ela possa continuar a apoiar seu filho nas situações emergidas no cotidiano da vida laboral.

Desta forma, o produto final deste estudo é uma proposta de intervenção junto à equipe do Programa Ser Eficiente com o objetivo de acolher as famílias atendidas e suas dificuldades em lidar com as questões complexas que a empregabilidade e a formação para o trabalho ocasionam aos jovens no processo de inserção no mercado de trabalho.

O trabalho com a família não deve ser um mero trabalho educativo de orientação, e sim fazer com que ela possa participar desde o início do processo de profissionalização para pensar sobre a empregabilidade e tudo que envolve as questões do trabalho. A instituição não é um lugar de tutela, que resolverá os problemas, mas o lugar de passagem onde a família, o jovem e o empregador possam ser ajudados com as questões que surgem.

A ideia é criar um grupo de discussão e reflexão junto à equipe do Ser Eficiente para montar um programa de empregabilidade em que a participação

da família e do jovem seja mais efetiva. Sugerem-se dois encontros: o primeiro para apresentar o estudo à equipe de profissionais e os resultados encontrados e o segundo encontro para construir junto com a equipe uma proposta de trabalho com as famílias.

Nesses encontros com as famílias, o jovem deve ser pensado na sua singularidade, porém, há temas que são comuns e podem ser discutidos em grupo: mercado de trabalho, como conseguir um emprego, como fazer o perfil vocacional, quais as dificuldades encontradas para conseguir emprego. Enfim, há inúmeras questões que precisam ser abordadas para que ocorra uma discussão e reflexão sobre o assunto durante este trabalho com famílias e jovens.

O trabalho com as famílias deve iniciar tão logo o jovem entre no Programa e ter continuidade ao longo do processo. A periodicidade desses encontros será definida com a equipe do Ser Eficiente, assim também como os temas que serão abordados e se haverá a participação ou não dos jovens em todos os encontros.

9. REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. *Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social* por Maria Salete Fábio Aranha. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003. 36p.:il.; 26,8cm. (Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; v. 9)

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. p. 155-196.

BARTALOTTI, C. C. Deficiência Mental. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

_____. Deficiência mental. In: Cavalcanti, A. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2007.

_____. “Nenhum de nós é tão esperto como todos nós” construindo histórias de sucesso na inclusão de crianças com deficiência mental na creche. 2004. Dissertação de mestrado – Educação: Psicologia da educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 174.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Adolescer com deficiência mental: a ótica dos pais. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, vol.14, n.1, p. 79-87, 2009.

BETTI, A. P. *Emprego Apoiado*. São Paulo: Agbook, 2011. 138 p

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. Brasília: MTE, SIT, DEFIT, 2007.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. *Interdição Parcial é mais legal*. Brasília: CNMP, 2014. 12p. il.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SUAS: Configurando os Eixos de Mudança. 1 ed. *CapacitaSuas*. vol 1. Brasília:

MDS, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

_____; Ministério da Educação (BR); Secretaria de Educação Especial. *A família: Programa educação inclusiva direito à diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Norma operacional básica* – NOB/SUAS. Brasília: MDS, nov. 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de saúde da pessoa com deficiência*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). *VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2015.

BRUNELLO, M.I.B. Transtorno Emocional Infantil. In: Cavalcanti, A. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2007.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*. Florianópolis, out./dez 2006. 15(4):679-84.

CARVALHO, E. N. S.; MACIEL, D. M. M. A. Nova concepção de deficiência

mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002. *Temas em psicologia*. SBP, v. 11, n. 2, p. 147-156, 2003.

CARVALHO, R.E. A política da educação especial no Brasil. *Em aberto*, Brasília, ano 13, n. 60, out./dez.1993.

CASTEL, R. Da Indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: *Saúde Loucura 4: Grupos e Coletivos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CAVALCANTE, F. G. *Pessoas Muitos Especiais: A construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003.

CECCIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-77. set. 2004/fev. 2005.

DESSEN, M. A. e POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. vol. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. ISSN 0103-863X.

FERNANDEZ, A.B. Deficiência e trabalho: uma experiência de estágio em psicologia organizacional e do trabalho. *Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento*, São Paulo, v.12, n.1, p. 16-26, 2012.

FIAMENGLI, Jr. G. A, MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, 2007. 27(2):236-45.

FIRME, T. P. Mitos na avaliação: diz-se que... *Revista Ensaio*, n.1, v. 2, p. 57-62, out./dez. 1994.

GALHEIGO, S.M. Narrativas contemporâneas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 20, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2009.

GHIRARDI, M. I. G. Trabalho e deficiência: as cooperativas como estratégias de inclusão social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v.15, n. 2, p. 49-54, maio/ago. 2004.

_____. Cooperativas de trabalho. In: Cavalcanti, A. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

GOMES, L.B. e MERHY, E.E. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan. 2011. 27(1):7-18.

JAIME, L. R; CARMO, J. C do. *A inserção da pessoa com deficiência no mundo de trabalho: o resgate de um direito de cidadania*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 204.

JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1992.

JURDI, A.P.S. *O processo de inclusão do aluno com deficiência mental: a atuação do terapeuta ocupacional*. 2004. 146 f. Dissertação de mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 146.

KENNER, C. Planejamento de alta e assistência domiciliar. In: _____. *Enfermagem neonatal*. [S/l]: Reichmann & Affonso Editores, 2001. p. 329-44.

LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: Cavalcanti, A. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

LOPES, S. R. S. et al. Potencialidades da educação permanente para a

transformação das práticas de saúde. *Comunicação em Ciências da Saúde*, vol. 18, n. 2, p. 147-155. 2007.

MENDES, E.G. *Deficiência Mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional*. Tese Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1995.

MERHY E.E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-77. set. 2004/fev. 2005.

MINAYO, M. C. S et al. *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 108 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. *Conceito de família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>>. Acesso em: 24 out. 2013.

NEVES, T.R.L; ROSSIT, R.A.S. Aspectos sociais e legais relativos á deficiência mental. In: GOYOS, C.; ARAÚJO, E (org). *Inclusão Social: formação do deficiente mental para o trabalho*. São Carlos: RiMa, 2006. p.180.

NUNES, C. M. P. Saúde do trabalhador e ergonomia. In: Cavalcanti, A. *Terapia Ocupacional: fundamentos & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

OLIVEIRA, R. P. D. *Transição para a vida adulta: inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Educação Almeida Garretti, Lisboa, 2012.

RAIS. *Pessoas com deficiência são mais de 300 mil no mercado formal de trabalho*. 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/pessoas-com-deficiencia-sao-mais-de-300-mil-no-mercado-formal-de-trabalho.htm>>. Acesso

em: 01 out. 2012.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA. *World report on disability 2011*; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. p. 334.

ROCHA, D; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise de discurso. *Alea*. v. 7. n. 2. jul./dez. 2005, p. 305-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.

ROSA, F. D; DENARI, F. E. Trabalho, educação e família: perspectivas para a pessoa com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*. v. 26. n. 45. jan./abr. 2013, p. 73-90.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

_____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

_____. O acesso ao trabalho: análise à luz da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano X, n. 59, nov./dez. 2007, p. 20-23.

TANAKA, E.D.O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

TOLDRÁ, R. C.; De MARQUE, C. B.; BRUNELLO, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 21, n. 2, p. 158-165, maio/ago. 2010.

10. ANEXOS

ENTREVISTA 1 – mãe de M.

Data: 27/08/2013

Horário: das 15 às 16:30h

Transcrição

Mediadora: Como você soube ou descobriu o Programa Ser Eficiente?

Mãe de M.: Bom, o Ser Eficiente eu descobri assim, desde pequeno a gente notava que ele tinha uma dificuldade na escrita mas muito tempo lá trás não tem o recurso que hoje tem. Então eu fiquei um pouco chateada, porque como ele não acompanhava eu cheguei a vir numa escola e ela pegou e falou pra mim assim, que eu teria que voltar ele pro pré, sendo que ele já estava na segunda serie, aí eu fiquei muito chateada. Aí fui procurar o pré porque foi direção da escola que mandou ele voltar para o pré porque ele não tinha condições de acompanhar. Aí eu peguei, fui numa escolhinha, e ela me falou que esta pessoa está errada, ele não pode regredir. Ela tem que mandar ele procurar uma orientação, aí o que foi, ele foi para a escola do Canadá e a professora tinha uma classe problemática, então alguns alunos não acompanhavam, o que ela fez, ela dividiu a classe, partiu dela. Ela passava a lição normal e depois ela só dava atenção pra ele, foi o ano que ele passou de ano.

Entendeu? Daí eu também não tinha entendimento. Vim conhecer através da Márcia.

Mediadora: que trabalha aqui (30 de Julho).

Mãe de M.: Que trabalha aqui. Eu trabalho com ela, tomo conta do filho dela, e eu falo pra ela que ele sempre teve dificuldade nas entrevistas de emprego, não consegue. Você olha pra ele, ele é normal. Mais assim...o raciocínio dele é lento, lento, parece que ele não acompanha. Às vezes ele não entende o que você está falando, ou talvez ele não consiga expressar o que ele quer falar. Minha filha brinca com ele, como ele come muito queijo, ela disse que o queijo é que acumula no cérebro.

Mediadora: (Ri)

Mãe de M: Ai, ela falou (Márcia), então vamo fazer uma avaliação, acho que ele entrou aqui em 2010. Aí passou para uma avaliação técnica daqui (30 de Julho), e passei ele num psiquiatra, em consulta lá fora, paguei pra ele, era particular.

Mediadora: Porque até então não tinha nenhum diagnóstico?

Mãe de M: Não, não tinha nenhum diagnóstico fechado. Aí eu passei ele no Dr. Bruno, expliquei a situação, conversei com ele, e ele deu o diagnóstico que deu pra poder ele entrar e ser acompanhado aqui (30 de Julho). Primeiro ele foi avaliado, aí eu trouxe, ele veio, participou dos cursos. Eu participo das reuniões e aí foi que ele conseguiu ter um atendimento. Eu acho que foi tardio, né? Se tivesse sido lá trás, hoje ele tá com 27 anos, né?

Mediadora: Se tivesse sido diagnosticado antes...

Mãe de M: Se tivesse sido estimulado. Tanto é que quando ele era menorzinho, na policlínica, a médica encaminhou ele. Teve uma época que ele tinha onde é o NAPS 4, não sei, eles chamavam de casinha amarela, porque a casa era amarela. Mas não é, ele passou na fono, passei ele no psicólogo, porque ele não acompanhava. Quando ele ia pra classe, invés de ele fazer a lição, ele queria brincar.

Mediadora: Hummm

Mãe de M: Entendeu? Aí ele queria brincar, aí o que acontecia às vezes as professoras diziam que M. nunca foi de responder e sorria quando você fala com ele. Então às vezes a professora me chamava pra falar que ele não fazia lição e tudo só que agora falava assim: — Ah mãe, como que a gente pode brigar com uma criança que sorri pra você? Ela não te responde, ela sorri. Não tem como se tá brigando. Entendeu?

Quer dizer foi passando, passando, e aí só agora que eu fui pra poder tá ajudando. Pra ele, ele é normal, né? Ele não tem essa concepção.

Mediadora: Ele não se vê com esse atraso?

Mãe de M: Não se vê. Aí eu sempre tento, né! Falar pra ele, não, você tem uma dificuldade. Não é normal, você tem uma dificuldade. Se a gente não tá aí pra tá apoiando, pra te dar um empurrãozinho você não vai. Entendeu?

Mediadora: Você lembra quando que ele entrou na TV Tribuna?

Mãe de M: Ah, uns 2 anos atrás. Ele fez 2 anos, desde de 2010, ficou lá. Gostou, e eu achei bacana porque não foi uma entrevista, né? Foi um... como é que fala?

Mediadora: Um estágio.

Mãe de M: Um estágio, e o que se saísse melhor é que seria contratado, né?

Mediadora: Isso.

Mãe de M: E acho que eram 4 pessoas, cada um ficaria 1 semana em teste, e logo que ele entrou, ele... na Tribuna já tinha que ter sido escolhido, ele tinha sido o escolhido, só que assim, como tem um contrato, não todos tem que passar pelo estágio. Mas ele ficou contente acho que ele viu assim... nossa num precisei nada que tenha que escrever, nada que tenha... né, for... Acho que ele pensou... acho que entrei pelo meu esforço, né? Consegui.

Mais ele gosta de lá, ele gostou,

Mediadora: E ele ainda está lá?

Mãe de M: É... lá é bom tudo, mas o salário, ele começou a ver que o salário era insuficiente porque ele me ajuda, né? Eu sou separada, então ganho meu salário, a pensão da minha filha e a participação dele. Porque assim, mesmo que seja pouquinho, não você vai ter que pagar a conta de luz, porque você demora 1 hora no banho. Não entende que 1 hora de banho gasta muito na luz. Você gosta de internet, então pelo menos ou a Net, ou a conta de luz, tem que sair do seu salário. Aí o que aconteceu? Ele estava na Tribuna, tava contente. Aí quando chegou num certo... ele tem uns amigos, né? Aí não dava pra sair, ficava dependendo dos amigos pra um lanche, alguma coisa, porque o salário era pequeno, são 4 horas de trabalho também, né?

Mediadora: Ele ganhava menos de um salário?

Mãe de M: Menos de um salário. E ele, quando ele entrou na Tribuna tinha o convênio médico, o convênio odontológico. Então o que aconteceu? Ele falou — Mãe, eu vou passar num convênio odontológico, e ele precisou por aparelho. Então além dele me ajudar, ele sabia que ele ia ter que ter a responsabilidade de pagar a manutenção do aparelho todo mês. Então em casa seria a luz mais o aparelho, que são 90 reais. Quer dizer, eu não posso, porque hoje eu tô aqui, ele só tem a irmã dele, quer dizer... se aconteceu alguma coisa comigo, quem vai cuidar dele? Que a irmã dele se fosse mais

velha ela poderia dizer... não, eu posso cuidar. Então ele tem que, eu sempre, sempre, a minha preocupação é eles. Minha filha fala, ah, ele é o preferido. Não. Porque ela tem família, bem ou mal, ela tem família, tem pai, tem avó, tem tio, ele não, só tem a mim e ela que é menor.

Mediadora: E o pai dele?

Mãe de M: O pai dele não, nós se separamos antes dele completar 1 ano, ele não conhece.

Mediadora: Ah! Ele não conhece?

Mãe de M: Ele conhece mas eu não escondi, uma idade eu conversei com ele falei que o pai dele e... não trabalhava, não queria trabalhar que era verdade e eu também era adolescente, já que eu tinha ele, então eu só poderia sustentar uma pessoa que eu não iria sustentar homem. O único homem que eu tinha que sustentar era ele que era meu filho. Aí minha mãe, fiquei com a minha mãe. O pai dele não queria trabalhar. Aí uma vez ele sumiu com ele. Ele vinha visitar, aí numa dessas eu morava em São Vicente, e ele tinha um amigo. Ele pediu pra levar ele que 5 horas da tarde ele trazia. Esse homem não apareceu... (nesse momento ela fica muda) E como que eu ia procurar ele num lugar que eu não conhecia, não me telefonou, nada. Minha mãe surtou, porque era o único neto, aí eu achei a mãe dele, e a mãe dele disse que ele tinha ido passear na casa de um amigo que também, ela não me deu o endereço. Procurei o juizado nessa hora, aí você também em não tem ajuda nenhuma, porque ele falou pra mim que como ele era registrado, ele podia dar como sequestro porque ele era o pai. Foi isso que me falaram no dia. Fiquei chateada, e falei por que que não posso contar com vocês? Aí eu fiquei a noite inteira, aí eu falei pra mãe dele que ele tinha até meio dia para entregar o menino. Aí quando foi, aí ele me entregou ele no dia seguinte. Aí eu peguei e falei assim, eu não. Você não vai pegar mais, a partir de hoje, você não quer trabalhar, eu vou te fazer uma proposta. Ou você abre mão dele, e nunca mais né. Ou você abre mão dele, ou você procura seus direitos. Mas eu vou logo te avisando, procurando os seus direitos, você é... vai ter que bancar com a pensão, e você não gosta de trabalhar. E você não gosta de trabalhar, como que você vai... você vai viver preso? Aí ele abriu mão nesse dia, nunca mais ele foi.

Mediadora: Ele sumiu da vida de vocês?

Mãe de M: Sumiu. Porque às vezes as pessoas, acham assim... ah, mas você tem o seu direito, mas eu sou uma pessoa assim, às vezes a gente tem que abrir mão dos direitos que é melhor você ter a sua paz. O que me adiantaria ter ele, pagando uma pensão e fazendo o que ele me fez, se ele já tinha sumido com o menino um dia.

Mediadora: Depois ele apareceu?

Mãe de M: Nunca mais! Nunca mais! Aí eu falei, pro M., seu pai não deu certo, ele não gostava de trabalhar.

Mediadora: Ele nunca teve vontade de conhecer o pai?

Mãe de M: O M.? Nunca. Nunca mais soube notícias dele. Nunca mais.

Mediadora: Você não sabe se ele está vivo?

Mãe de M: Não sei se ele está vivo. Já joguei no Google, pra ver. É... de vez enquanto ainda via a mãe dele, agora nunca mais vi. Até eu ia perguntar. Só que assim... é... não falei mal do pai dele, só falei que ele não gostava de trabalhar e eu não poderia ficar com uma pessoa que não ia me ajudar e tirá ele. E ele não tinha nem um ano.

Mediadora: Ah! Ele era bebê?

Mãe de M: Ele tinha uns 6 meses.

Mediadora: Quantos anos você tinha na época?

Mãe de M: Quando eu tive ele? 16 anos.

Mediadora: E ele era muito mais velho? O pai do M.

Mãe de M: Ele, dois anos mais velho. Hoje eu to com 43, ele é 45, né?! E eu não soube mais dele. E o M., também nunca quis conhecer.

Mediadora: Não?

Mãe de M: Nunca, nunca. Eu sempre falei pra ele assim — Oh M., o fato de eu não ter dado certo com seu pai, não quer dizer que você não possa se aproximar dele. Porque eu já sou filha de pais separados, eu sei como... por mais que você sempre acha ingratidão. Porque por mais que você não conviva com o pai, mas você sente. Seus amigos tem, né?! Mas ele falou assim — Mas mãe, quem é meu pai e minha mãe, é a senhora e minha vó. Pra que que hoje... a senhora e minha vó foram meu pai e minha mãe, pra que que eu vou procurar ele? Às vezes a gente vai procurar numa intenção e a gente só acaba

arranjando problemas. Foi a palavra dele, então, ele não quer entendeu? E ele não se liga nesse negócio. Porque ele só descobriu que o pai dele se chama Jorge, eu achava que ele já tinha visto na certidão. Ele só descobriu que o pai dele chamava Jorge porque quando ele tentou entrar no CAMPS a moça perguntou e ele não sabia. Aí ela disse mas tá aqui seu pai, aí ela me chamou, aí ela disse: Mas ele não sabe? Ele não conhece, tal? Aí expliquei pra ela, entendeu? Até então ele nem... se você perguntar pra ele, ele não sabe te dizer, ele vai ter que pegar os documentos para dizer.

Mediadora: Ah, entendi. Confuso, né?!

Mãe de M: Esse é o M.!

Mediadora: Como é que ficou então amarrado a história a tribuna que ele estava trabalhando?

Mãe de M: Então na Tribuna, ele começou a perceber que o salário não tava sendo o suficiente. Se ele tinha que me ajudar, pagar o aparelho, sobrava uns 20 ou 30 reais para ele poder ir no cinema com os amigos. Mas só cinema? Eles comem, né? Aí, ele começou a falar que ia procurar uma coisa por fora. Aí eu peguei e falei assim: Olha, como você está sendo acompanhado, você tem que comunicar as meninas, porque elas que fazem esse trabalho, e tal? Você tem que ser uma pessoa grata, né? Pelas oportunidades, tá! Aí ele foi, fez uma entrevista, e não passou. Não consegue passar.

Mediadora: Tudo que depende de leitura e escrita fica difícil?

Mãe de M: É... pega, ele não consegue passar. Aí ele conseguiu, agora ele tá na Coca. Eu falei pra ele não sair sem estar certo a contratação. Aí ele veio, comunicou que ele entrou pela Lei de Cotas, né?!

Mediadora: E aí, mas se ele não se vê como deficiente, como que foi esse processo? Ele entregou currículo falando que entraria pela Lei de Cotas, ou não?

Mãe de M: Não, porque o meu patrão, ele trabalha também na Coca. Aí ele soube que iam abrir vagas para deficientes. Então ele pegou, falou com a Márcia (esposa) e acho que ele foi lá fazer uma... como vocês chamam?

Mediadora: Processo seletivo?

Mãe de M: Não, ela foi lá fazer uma conscientização e aí através disso ele falou que tinha um menino, rapaz conhecido da funcionária dele, também era

acompanhado pelo 30 de Julho, que ele era pela Lei de Cotas. E aí, ele participou de todo o processo da empresa.

Mediadora: E esse processo envolvia o que?

Mãe de M: Tinha que fazer os testes, como uma pessoa... todo mundo foi.

Mediadora: Como qualquer pessoa?

Mãe de M: Fazer os testes, os exames médicos, tudo que a empresa precisa. E aí... assim... na verdade, na verdade, ele passou não passando assim. É mais difícil pra ele, se você não tiver aquele, quem indique.

Mediadora: Ele precisou de um intermédio?

Mãe de M: Precisou de um intermédio. Aí ele precisou. Apesar que quando ele foi falar com aquele que é o responsável dele, que não é meu patrão, ele indicou ele normalmente como né?!

Mediadora: Como indicaria qualquer pessoa?

Mãe de M: Como indicaria qualquer pessoa. Mas a secretária que lá fica, ela achou que deveria, aí pegou, entrou, fez todos os processos. Só naquela provinha ali que não passou. Ele fez todos os exames, passou. Teve a entrevista, aí o rapaz responsável pegou e falou assim... ele ainda não sabia que ele era Lei de Cotas, ele veio saber depois quando ele já estava trabalhando. Falou assim: — Uma coisa ele tinha de bom, ele tem vontade de trabalhar. E nesse setor o que precisa é que você ter a vontade de trabalhar, muitos são normais e não querem nada com nada. Entendeu? Aí quando foi, ele começou no Extra, que ele é promotor da Coca. Ele começou no Extra, e numa conversa com meu patrão disse que uma pessoa do mercado disse: — Ah, eu gostei dos meninos, vão lá ver, eu queria saber quem é o que indicou porque dentro da empresa grande sempre tem aqueles que indicam. Aí ele falou assim: — Não, ele é meu. O outro disse: — Ah, ele é teu?, sempre manda gente boa. E só que ele falou: — Só que ele é Lei de Cotas. O outro disse: — Nossa ele é lei de cotas? Porque não parece.

Deficiente intelectual ninguém acha que eles são deficientes. Porque as pessoas estão acostumadas com a deficiência física.

Mediadora: No máximo a Síndrome de Down.

Mãe de M: No máximo uma Síndrome de Down, mas que aparenta. Intelectual não, então pra eles é como... Eu acho que a sociedade vê como preguiçoso,

vagabundo, que não quer trabalhar, mas é que não conhece, não sabe. Porque o intelectual é assim, eu acho que eles são capazes de fazer as funções, só que assim, algumas coisas eles não entendem. Porque o M. é assim, se você dá o recado pra ele e ele não anotar, ele vai falar assim: — A menina do 30 ligou. Quem M.?, Ah... como que é o nome dele, como que é o nome dela... ah não sei, mais ele ligou. Ele sempre foi assim. Sempre teve dificuldade, e ele tem muito erro de português, muito erro. No CAMPS ele não ficou por causa dos erros de português. A moça, presidente, me chamou na sala dela e falou: — Mãe, eu tô com meu coração partido, porque o M. é um excelente menino, ele é super educado não dá trabalho, mas ele... me desculpe na palavra que vou falar, mais ele é analfabeto de português. Como que eu vou por ele pra trabalhar numa empresa, num banco, em alguma coisa?

Aí eu tive que tirar ele, não teve como, ele não participou.

Mediadora: O próprio CAMPS não selecionou ele?

Mãe de M: Não, ele só tinha feito aquelas primeiras triagens, tudo, foi, mas aí ele pegou e falou que ele não passou porque ele tinha muito erro. Aí ela, disse: — Não estou chamando seu filho de analfabeto, eu tô falando que hoje em dia que as escolas deveriam ensinar melhor, se eu fosse indicar ele, eu falaria que ele é analfabeto da língua portuguesa, não que ele não saiba ler. De escrita, porque ele tem muito erro.

Mas hoje em dia, eu vejo tanta coisa no “Face”, gente que tem faculdade e tem os mesmos erros de português dele. Sempre tentei estimular ele, que ele tem que trabalhar que ele tem que ter a independência dele, porque eu não sou eterna.

Mediadora: E como é que foi que ele tomou essa decisão? Você aceitou?

Mãe de M: No começou eu fiquei com medo, eu fiquei. Eu fiquei com medo, porque assim, mãe que tem seus filhos com problema, sempre quer proteger. Aí eu fiquei, meu Deus, ele vai sair, mas como ele vai se ajeitar? Porque ele não vai passar. Porque eu me preocupo, uma hora você vai tomar consciência de que você não é capaz de passar na entrevista. E como que vai ser?

Graças a Deus, Ele põe sempre alguém bom no caminho. Então me preocupo disso. Dele chegar na hora, e falar assim: — Pô, se eu não tiver uma ajuda eu não consigo. E aí? Falei assim: Oh! M., pode sair da Tribuna sim, conversa

com as meninas lá que atende você, quem sabe elas não tem alguma outra vaga que você ganhe um pouco melhor, né?! E aí ela faz um remanejamento, lá. É... não sai assim, nem eu saio do meu serviço se eu não tiver nada, então a gente tem que ter um pouco de pé no chão, porque você não sabe quanto tempo você vai ficar desempregado, né? Então vamos fazer assim, você procura nas horas que você tem, faz os testes e quando estiver certo você comunica a empresa, comunica as meninas, já deixa elas sobre alerta, comunica a empresa e vê como que faz. Aí ele: — Ah! Então tá bom.

Mas eu fiquei com o coração na mão.

Mediadora: Mas nessa questão de, se não der certo?

Mãe de M: Não der certo porque eu sei que ele não vai conseguir, esse é o problema. Eu sei... as pessoas são muito cruéis. Se pra gente que já, vamos dizer perfeita, normal, é difícil, imagine pra eles. Aí eu peguei e fiquei orientando ele.

Aí, ele disse: — Amanhã eu tenho teste lá na Coca. Mãe: — Que horas que é?. Aí teve um dia que ele foi e não deu tempo dele chegar no trabalho, aí a menina chamou ele, ele comentou que estava fazendo um teste numa empresa. Aí, ela pegou e falou assim: — Então vamos fazer assim, quando eles te chamarem você comunica, que aí a gente já sabe que talvez você... não dê tempo de você vir. E ficou combinado.

Mas ele sentiu quando saiu, porque foram 2 anos, né?! Amizade tudo. Quando ele foi falar com a supervisora dele, ela falou: — Ah, já sei, você passou, mas tá bom, que seja o melhor pra você. Mas ele sentiu um pouco.

Mediadora: E quanto tempo ele está na Coca-Cola?

Mãe de M: Na Coca, ele entrou acho que foi em fevereiro ou março deste ano. Mas ele tá bom, eu quero que ele tenha mais estímulo. Não só, ah eu fiz meu trabalho de hoje, deu o meu horário, já vou. Eu quero trabalhar isso, pra que ele tenha aquela noção que ele ainda não tem. Eu acho que ele faz assim, eu vou naquele meu horário é 16h20, deu 16h20 eu vou embora, entendeu? Eu quero que ele tenha um estímulo, eu vou ficar um pouco mais, eu tenho que mostrar o meu serviço...

Mediadora: Ter uma flexibilidade?

Mãe de M: Né, dele não só cumprir o horário mas ter que cumprir o que tem

que fazer, pra mostrar pra empresa. Porque a empresa quer é isso, né!
Mas lá eles tem sempre reunião, tem uma cota pra atingir, pra melhorar o mercado.

Mediadora: Até de venda, né?

Mãe de M: É. Que apesar que eles nem tem culpa, eles tem que por o produto na prateleira. E assim, eles foram bons porque colocaram ele em mercado pequeno, ele tá no Roldão. No Roldão a parte de refrigerantes é pouco, não é muito, tão grande como o Atacadão, como o Assai. Aí o que ele fez, o menino pediu socorro, o menino do Atacadão. Aí o que ele fez, mandaram ele ficar de manhã no roldão e depois do almoço ele vai pra Atacadão pra ajudar o menino. E ele é... lerdinho mesmo. Ele tem aquele ritmozinho dele. O rapaz do Atacadão entrou de férias e ele teve que ficar sozinho, lá.

Mediadora: E aí?

Mãe de M: E aí, que pessoas de mercado eles são também chatos, se eles cismarem com você, aí, ficaram lá é uma mulher que é responsável, ligou falando pro responsável dele que ele não conseguiu suprir o trabalho. O cara falou que ele estava lá só pra cobrir as férias do outro funcionário, ele não vai ficar aí. Ou pra ele dar uma força para o rapaz que é funcionário de lá.

Mediadora: E o que o M. falou disso?

Mãe de M: Ele não me falou nada, eu sei por outras pessoas. Ele não comenta.

Mediadora: Você sabe pelo seu patrão?

Mãe de M: Não, eu não misturo. Mas eu falo pra ele, se você fizer alguma coisa errada eu vou saber. Se o seu Amadeu que é o meu patrão reclamar de você eu vou ficar muito chateada porque eu vou ouvir e ele também vai ouvir. Porque pra ele chegar em mim e falar é porque alguém chegou nele. É muito chato! A gente tá tentando te ajudar, você tem que fazer a sua parte. Se você almeja uma coisa você tem que fazer por onde. Porque envolve muitas outras pessoas.

Mais aí, tá tudo bem, desde que ele conseguiu atingir a cota, porque ele pegou um pouco bagunçado. Ele pegou, ajudou, disse que atingiu, supriu a venda. Por enquanto meu patrão não falou nada. (risos).

Mediadora: Aumentou o salário, e aumentou a carga horária de trabalho?

Mãe de M: Aumentou o salário, e aumentou, ele entra 8h e sai 16h20, no

sábado também.

Mediadora: Ah, ele trabalha de sábado também?

Mãe de M: De segunda à sábado. 8 horas por dia, fora horário de almoço.

Mediadora: Ele ganha mais de um salário?

Mãe de M: Ganha, porque também tem os variáveis. Quer dizer, pra quem ganha... nossa ele ficou tão feliz quando pegou o primeiro salário da Coca. Porque assim, com todos os descontos você pegar R\$219,00 e quando você mudou de emprego você pegar 700,00 reais. Olha que diferença! Nossa, ele sorria toda hora. Ele queria um relógio, ele comprou o relógio, assaltaram ele agora, quando ele tinha tirado o relógio, ele só tinha pago a primeira, aí agora ele terminou de pagar esse mês, aí fica a responsabilidade dele ter que pagar. Mas tá tudo bem, o relógio compra outro mais pra frente. Ele ficou satisfeito, porque ele pode sair, ele vê que ele tem uns 400 ou 500, depende do desconto, ele tem o vale refeição dele, o vale transporte, né? O vale alimentação, bom também. A Tribuna é bom também, mas como tem pouca carga horária, eles recebem pouco porque tem muito desconto, aí o que ele ganha no mês ele vai ganhar no final do ano Na Tribuna ele ganhava uma cesta básica. Então quer dizer, ele só via aquele valor no final do ano, praticamente ele tira... né... que ele pega de 500 a 600 reais por mês no pagamento, fora que ele recebe mais 300 reais de vale que fica pra ele, pagar o aparelho dele, as coisas dele, às vezes ele ainda tira uma parte pra ele e o restou fica pra ajudar na casa.

Mediadora: E tem plano de saúde? Odontológico?

Mãe de M: Tem plano de saúde. Odontológico, não.

Mediadora: Você ajuda ele a administrar esse dinheiro, ou ele administra sozinho?

Mãe de M: Ele sabe mexer, mas geralmente, como ele tá no horário de trabalho, ele deixa o cartão em casa e fala: — Oh mãe, já caiu o pagamento, vai lá e paga a minha fatura, e saca o dinheiro. Ou, esse mês que passou ele mesmo fez, ele mesmo que pagou a fatura e sacou o dinheiro e trouxe pra mim.

Mediadora: Ele tem essa independência?

Mãe de M: Tem. Eu ensinei pra ele e ele faz direitinho.

Mediadora: Vocês tem planos daqui pra frente?

Mãe de M: Ah! Eu... ele fez aqui aquele curso de gastronomia, e o sonho dele é fazer uma faculdade de gastronomia, mas não dá né?!

Mediadora: Vocês chegaram a ver algum curso?

Mãe de M: Então, uma amiga dele da igreja faz, só que sai setecentos e pouco por mês a faculdade.

Mediadora: Onde é a faculdade?

Mãe de M: Eu não sei.

Mediadora: Ele já tentou se informar sobre bolsa?

Mãe de M: Aí esse vai ser o problema, esse vai ser o grande problema, porque para entrar na faculdade você tem que fazer o vestibulinho pra entrar, não é? E aí?

Mediadora: Mas não foi ele que passou numa prova na prefeitura?

Mãe de M: Ah! Então, eu fiquei muito feliz. Eu falo pra ele sempre, pra mim você pode ter a idade que for, você vai ser sempre meu filho, eu nunca vou desistir de você.

A primeira vez eu inscrevi ele num concurso na Praia Grande, de 50 perguntas ele acertou 2. Expliquei pra ele como era o processo, porque tem aquelas coisas pra preencher na hora. No ano passado nós fizemos, como ele gosta de gastronomia nos dois fizemos para merendeiro, mas eu fiquei feliz porque ele acertou 18 questões, olha o avanço.

Mediadora: De quantas questões?

Mãe de M: Não sei se foram 30 ou 50. Mas pra quem tinha feito 2 na outra, 18 já foi um grande número pra mim. Entendeu? Quando fiz a inscrição não fiz aquele com deficiência, talvez ele podia ter entrado na prefeitura.

Mediadora: Mas a prova é diferente?

Mãe de M: Não, mas assim... eu não sei, inscrevi ele no normal. Fiquei feliz porque ele acertou muito mais do que antes. Como ele estava fazendo o curso, acho que deu uma luz, abriu um pouco. Ele estava fazendo o monetário, ele sabe mexer com o dinheiro, ele sabe pegar ônibus. A dificuldade dele é que o raciocínio é lento, mas de resto ele entende tudo. Uma coisa que ele é bom, outro dia minha filha estava fazendo uma prova de geografia e eu vi ele respondendo pra ela, e tava certo. Ele sempre gostou muito de “Cavaleiros do

Zodíacos”, ele sempre gostou muito de todo que era de signo, de história ele gosta entendeu? Matemática ele sempre foi bom na escola, não “uuuu”... porque assim, o boletim dele sempre foi uma azul e o resto sempre vermelho. Depois que ele começou a passar de ano, que ele repetiu só um ano, todo ano ele passava, não sei se ele fazia trabalho. Teve um ano todinho quando estava no Ensino Médio que eu perguntava pra ele quando era a reunião e passou um ano todinho e não teve uma reunião de pais, ele dizia. Então, hoje ele dá risada. Às vezes acho que ele tem uma mentalidade infantil pra algumas coisas isso ele tem, pra algumas coisas.

Mediadora: Porque você achou importante a participação dele aqui no Programa?

Mãe de M: Achei que ele começou a pensar melhor no que ele quer, ver com outros olhos as outras coisas. Antigamente ele só ia pra escola e ficava em casa. Apesar que ele trabalhou também no Guardião Cidadão, trabalhou 2 anos, logo que surgiu ele foi, mas eu que empurrei, eu falava vai lá fazer a matrícula, ele foi no último dia.

Mediadora: Ele ganhava?

Mãe de M: Ganhava, só que o Guardião Cidadão, assim, eles pagavam só um salário mínimo, e não tem ajuda de vale transporte, nada, entendeu? Ele trabalhava de madrugada, 6 horas, mas ia mudando, era 6 da manhã, do 12h as 18h, trabalhou de madrugada na praia. Ele ficou os 2 anos que era compatível com a idade dele. E o que eu gostei que depois que ele veio pra cá, não foi ficar só acomodado, começou a ver o que ele queria. Eu nunca soube que ele gostaria de cozinhar, ele não cozinha pra mim. E outra coisa, ele identificou com o curso de gastronomia, ele quer fazer uma faculdade de gastronomia, só que o que a gente ganha não dá pra pagar, e tem o vestibulinhos que será um grande problema pra ele entrar, né?

Mediadora: Ou não né?!

Mãe de M: Quem sabe mais pra frente... ele falou pra mim: — Não, mãe, eu quero mudar de emprego, e além de poder ajudar melhor e ter minhas coisas, quem sabe mais pra frente eu não possa fazer a faculdade. Esse é o projeto dele, fazer uma faculdade ou algum curso mais específico na área de gastronomia. Foi bom, porque ele tá pensando o que ele quer pra ele mais pra

frente. Ele tá nesse serviço, mas ele sabe que mais pra frente se ele se desempenhar bem ele pode sair de promotor pra outro cargo, lá tem como ele crescer, só vai depender dele. Mas eu gostei de ele ter tido a iniciativa de sair e perceber que aquele trabalho, por melhor que fosse, não tava acompanhando as necessidades dele. Ele precisaria melhorar, e pra melhorar ele teria que ir em busca, e partiu dele ir em busca. Ele até falou: — Mas a senhora não deixa. Aí eu falei não é que eu não deixo, eu expliquei pra ele como deve ser, a gente não deve cometer, ah eu não quero ir hoje e não fazer, tudo tem sua hora certinho. Eu gostei disso! Ele falou: — Agora vou ganhar melhor, vou poder ajudar a senhora e a gente vai poder sair dessas continhas e quem sabe eu faço a faculdade, mais pra frente meu salário aumente e dá pra mim fazer uma faculdade. Ele especula algumas formas com os amigos se tem alguma forma de pagar a metade, entendeu?

Mediadora: E pra você como foi participar do Programa?

Mãe de M: O 30 de Julho é importante. A única preocupação era como ele ia aceitar que ele tem o problema, mas ele não comenta.

Mediadora: Mas você já conversou com ele sobre?

Mãe de M: Ah, eu falo que tem um problema porque ele tem certa dificuldade, cada pessoa tem uma dificuldade né? Ai eu procuro conversar com ele pra ele entender.

Mediadora: Mas ele já viu o laudo?

Mãe de M: Sim, ele foi comigo, ele passou no Dr. Bruno, ele tem cópia. Eu expliquei pra ele, todo mundo precisa, quando eu levei ele no psiquiatra, ele disse: — Mãe, médico de louco. Eu expliquei: — Filho, todo mundo precisa de coisa, não é, ele vai escutar, vai avaliar.

Tanto é que o médico falou que no caso dele não precisaria de medicação.

Não sei se é importante falar, quando ele era pequeno ele se queixava de dor de cabeça, tinha uns 2 anos. O que eu fiz, passei ele na medica, ela passou raio-X, neurologista. Só que quando eu voltei pra levar os resultados ela tava de férias e passou uma outra médica. Mas a outra médica perguntou como eu sabia que ele sente dor. Aí eu falei: — Ah! Então ele chora de alegria? Criança não sabe o que é dor? Aí ela pegou e disse que não era nada, passou um remedinho, dei metade, passou e só. Na realidade eu não sei o diagnóstico,

porque ele só tinha 2 anos.

Mediadora: Ele teve convulsão?

Mãe de M: Não. Aí eu sei que ele falava da dor de cabeça, mas depois do remédio passou. Porque você dava a medicação normal de criança e ele falava que continuava doendo. Então ele passou esse remédio, a gente não sabe se tinha lá outra coisa. Eu acho que o 30 tem um papel muito importante, porque as mães de hoje num tem ajuda se não procurar. Eu já não tive a mesma sorte, tô tendo agora, nunca é tarde demais, mas assim, se fosse um comprometimento pior. O 30 tem um papel importante porque ele tem bons funcionários, a equipe é muito boa. Não só porque minha patroa trabalha aqui, é normal, ela aqui, o trabalho dela. Cada um, ela nem atende ele. A equipe é competente. As pessoas tem que procurar, hoje tem mais informação do que lá trás, não tinha, talvez hoje ele poderia ser mais ativo do que ele é, mas depende um pouco da família aceitar, tem tudo isso, muitos não aceitam. A primeira coisa é aceitar que aquela pessoinha ali é diferente, então se ela é diferente, vou procurar ajuda, antes que seja tarde demais. Como conviver, como ingressar eles, que é o trabalho de vocês né?! Então acho importante. É uma benção quem pode conhecer o 30.

ENTREVISTA 2: mãe e irmã de H.

Data: 17/09/2013

Horário: 14h às 14:30h

Mediadora achou que estava gravando a entrevista, porém não estava. Desta forma foi redigida a partir de fatos lembrados que ocorreram naquele momento.

Relato partes da conversa que tive com a mãe de H. Neste dia chegou a genitora de H. acompanhada de sua filha (irmã do mesmo por parte de mãe). Ambas participaram da entrevista.

Mediadora inicia: Como vocês chegaram ao Programa Ser Eficiente?

Mãe de H: Foi pela escola mesmo, logo depois que ele entrou.

Mediadora: Você lembra que ano foi isso?

Mãe e irmã de H: Deve fazer uns 6 anos, acho que foi em 2007. Não me recordo bem...

Mediadora: Tudo bem, não tem problema. Mas vocês conheceram o Programa como?

Mãe de H: O H. chegou nos contando que estava participando de um curso que treinava para o trabalho.

Mediadora: E qual foi a reação de vocês?

Mãe de H: Nós apoiamos.

Irmã de H: É, nós apoiamos.

Mediadora: E quando ele começou a trabalhar?

Mãe de H: Ele começou aqui, em um estágio na empresa Indaiá.

Mediadora: E o que ele fazia lá?

Mãe de H: Ele mexia com arquivo, ia ao banco com outro funcionário. Sempre de um emprego para outro ele aprendia coisas que o ajudavam no trabalho seguinte. Por exemplo: Organizar um arquivo (Indaiá) e tem que organizar os jornais (Jornal A Tribuna).

A família relata que o jovem sempre consegue os trabalhos por conta própria. A mãe acredita que ele tem um carisma. Eles sempre apoiaram mas nunca o ajudaram na busca pelo emprego. Entendem que ele tem uma limitação que o impede de ter autonomia em certas coisas. Há pouco tempo a mãe o interditou totalmente. Dizem que ele sabe da interdição, porém não sabem se ele entende o que é isso.

Quando pergunto se já conversaram com ele sobre isso, elas dizem que sim.

O H. está namorando com uma menina da escola que tem 16 anos, e ele tem 26. É o primeiro relacionamento que está durando, segundo a irmã, já faz mais de um ano. Já trocou aliança e tem apresentado o desejo de casar. A família acredita que ele não tem condições de viver sozinho com outra menina deficiente. “Como vai ser isso?, ou eu vou ter que adotar mais uma filha ou a mãe da moça terá que assumir o H.”

Quando pergunto em relação ao casamento e a interdição, elas dizem

que não conversaram ainda sobre isso com o jovem, mas acham que ele só poderá casar mediante autorização de juiz.

A mãe só o interditou totalmente porque ele atingiu a maior idade e perderia a pensão do pai. Desta forma, ela teve receio de quando ele não estiver trabalhando, como ela o sustentaria. Apenas a mãe responde por ele, na sua ausência não tem outra pessoa. Mas disse que a S. (irmã) é a referência dele. Quando a mãe viaja, ela fica responsável pelos irmãos. E o H. a obedece como se fosse a mãe. Ao mesmo tempo que ele a acha chata, ele também a tem como referência na ausência da mãe.

S. já é casada e tem uma filha. Quando ela começa a intervir na casa da mãe em relação as atitudes do H., ele logo diz pra ela ir cuidar da casa e da filha dela e não atrapalhar a vida dele.

Relataram que o jovem não consegue administrar seu próprio dinheiro, ele tem muita dificuldade. Todo mês ele deposita um dinheiro na poupança, gosta de ver que ela está crescendo.

A mãe coloca que ele tem um cartão de crédito para comprar aquilo que ele precisa, mais ela tem que ficar de olho porque ele gasta com besteira. Por exemplo: Ele não pode ter dinheiro na mão que voa. Se ele entrar no ônibus, não quer mais apresentar a carteira de deficiente ou o cartão de transporte (empresa), faz questão de pagar. Quando ela pergunta "Por que pagou?", ele diz: é mais fácil.

“Ensinei ele ser cavalheiro e agora ele é cavalheiro demais”, tudo ele quer pagar.

Se tem um show, ou uma festa ele diz que vai e é difícil alguém o impedir. Todo final de semana, sai com a namorada. A mãe permite porque ele tem o dinheiro dele. Ela diz achar que ele está entrando agora na fase da adolescência, pois a tem enfrentado, coisa que não fazia. A irmã acredita que essa fase vai passar, que é apenas uma fase.

Ele não quer mais usar a carteirinha de deficiente para pegar ônibus. A mãe não entende o motivo.

A relação com as irmãs e a mãe é boa, ele as respeitam. Mas com o padrasto não é muito boa, eles discutem sempre. Segundo S., ao mesmo tempo que ele não gosta do padrasto ele o admira, e o imita em algumas

coisas, como o modo de comer e de falar. Ele é muito responsável em relação ao trabalho, assim como o pai. Gosta de sair 2h antes do horário de entrada do serviço, não entende que se ele sair 1h antes já chegaria com folga.

A configuração familiar do H. é: Mãe, padrasto, duas irmãs (uma por parte de mãe e pai e uma só de mãe).

H. já trabalha desde 2008 (aproximadamente). Fez estágio na Indaiá como Office-boy (pelo Ser Eficiente), na loja do 30 de Julho, no Flat Hotel Gonzaga na recepção (fez curso de hotelaria), e depois entrou no Jornal A Tribuna. Ficou 2 anos desempregado e arrumou emprego no SENAC, no almojarifado.

O jovem está fazendo um curso de massoterapia pelo Senac de segunda a sexta de manhã. Como ele é funcionário, tem bolsa integral para cursar. A mãe tem percebido que ele chega cansado e tem dormido tarde porque gosta de ficar no Facebook. Quando ela o chama a atenção, ele diz que está fazendo trabalho do curso, mas ela sabe que nem sempre é verdade.

Quando pergunto como ele escolheu o curso de massoterapia, a mãe relata que ele precisava fazer alguma coisa e sugeriu que fizesse algum curso. Disse que ele a fazia uma massagem gostosa e poderia investir nisso. Desta forma, ele se inscreveu no curso e iniciou este ano. Aparentemente, ele tem gostado e chega em casa empolgado contando de tudo que aprendeu na aula. E todos da casa acabam sendo cobaias dele, porque ele precisa treinar o que aprendeu, diz a mãe.

Mediadora: O H. tem algum sonho? Por que ele está guardando o dinheiro? É para casar?

A mãe diz que ele vem falando muito de tirar a carteira de motorista e ter um carro. Ela está um pouco preocupada com isso, pois acha que ele não tem condições de dirigir. E outro sonho é fazer uma faculdade. Segundo a irmã, ele falava de fazer Educação Física, mas no momento não comenta mais sobre o assunto.

ENTREVISTA 3 – Mãe de Y.

Data: 16/09/2013

Horário: 10h às 11h

Transcrição

Mediadora: E., como foi descobrir o Programa Ser Eficiente? Como você ficou sabendo?

Mãe de Y: Fiquei sabendo por intermédio da escola. Mais de 3 anos que ele estava estudando aqui, elas chamaram as mães, fizeram uma reunião e foi falado que ia ter umas... umas seletiva...

Mediadora: Entrevistas? Cursos?

Mãe de Y: Cursos que iam estudar dentro do 30 de Julho e depois de certo tempo, ela não falou o tempo. Podia ser um ano, podia ser dois anos. Era por etapa. O meu podia ser chamado imediatamente e também podia esperar. Eu achei muito bom.

Mediadora: Entendi. E você lembra que ano que foi que ele começou os cursos?

Mãe de Y: Eu acho que foi em 2010, não, 2008 ou 2009.

Mediadora: Antes de eu entrar aqui?

Mãe de Y: Bem antes.

Mediadora: Eu entrei em 2010.

Mãe de Y: Foi antes com as monitoras, as professoras.

Mediadora: Entendi.

Mãe de Y: Eles acharam muito bom, não só meu filho e eu, como as outras mães também. Foi chamado todas as mães, principalmente as crianças de 16 anos pra cima que estava fazendo o supletivo, ou fazendo o ginásio ou o colegial, né?! Aí foi chamado e avisado se podia fazer esse tipo de estágio dentro da escola mesmo. Eu achei bom.

Mediadora: Ah! Aqui na escola teve um estágio?!

Mãe de Y: É.

Mediadora: E você lembra de quais estágios que o Y. passou?

Mãe de Y: Ele teve na cozinha né?! Aprendendo a mexer em louça, em servir para outra pessoa, em uma visita, e ele aprendeu como servir, como tinha que levar o copo, várias atividades. Pra mim eu achei que o Y. se envolveu

bastante. Depois ele foi pra lojinha, depois ele foi pra uma atividade que tem ai dentro, não sei se é marcenaria, eu não me lembro bem. Tem marcenaria, aprender...

Mediadora: Oficinas?

Mãe de Y: Isso, oficinas. Oficina de artes, ele adorou. Todos que ele foi ele não saía, ficava até o final da atividade e sempre tava falando “Oh, mãe, eu fiz isso... Oh! Mãe, hoje nós fomos não sei pra onde”. E tinha também internet. Tinha as aulas de internet também nesse curso. Só que era dias diferentes. Um dia era internet, outro dia era pra ir pra cozinha aprender os alimentos, ver como fazia salada, lavagem. Lavar as frutas, lavar as verduras, várias coisas dentro da cozinha. A louça, os copos, como servia.

Mediadora: Entendi. E isso também auxiliou vocês em casa ou não?

Mãe de Y: Ah! Sim, nós aprendemos mais e ele também porque eles tinham mania de tudo na mão. O Y. mesmo era um. Ele não abria a minha geladeira.

— Mãe, onde tá isso assim?

Dizia: vai lá na geladeira.

— Eu não achei.

E depois que ele começou a aprender aqui os cursos, eu não precisava mandar. Quando ele perguntava cadê a fruta, eu dizia “Tá lá na fruteira”. “Ah eu não achei (Y.)”. “Vai lá Y.”, a gente sabe o que tem e o que não tem na gaveta da geladeira. Ele não achava, mais sabe o que foi... no início ele não conhecia verdura, frutas, todas as frutas. Então o desenvolvimento foi mais aqui na escola 30 de Julho. Depois que eles começaram a fazer esse cursinho. Pra mim foi ótimo, pra ele foi mais ainda. Porque ele desenvolveu mais, o Y. era mais caladão, ele não falava muito com as pessoas, nem com os alunos mesmo da salinha dele. Ele sempre foi muito quieto, separado. Esse desenvolvimento dos cursos foi quem ativou mais ele a falar.

Mediadora: Ele a desenvolver essa comunicação.

Mãe de Y: Isso desenvolver. A sair mais, porque ele não saia. Entendeu?

Mediadora: Entendi.

Mãe de Y: Eu pra mim foi ótimo.

Mediadora: Antes dele ir para o Jornal A Tribuna, ele já tinha trabalhado em outro lugar?

Mãe de Y: Não.

Mediadora: Não.

Mãe de Y: Não, nada, nada, nada. Nem saído sozinho. Hoje em dia eu falo, Y., quer o endereço. Não mãe, eu já sei onde é. Sabe mesmo filho? Me dá só o número do ônibus, que passa lá. Eu dou e ele vai e volta direitinho.

Mediadora: Como foi pra ele entrar no trabalho? Vocês apoiaram?

Mãe de Y: Sim. Era só eu e a irmã dele, né. O pai já não tava mais, era falecido.

Mediadora: O pai era falecido?

Mãe de Y: O pai era falecido. Então, eu adorei e a irmã também. A irmã já trabalha desde os 15 anos, ela tá com 25.

Mediadora: Ela é mais velha?

Mãe de Y: É mais velha, o Y. é mais novo. Ele só tem 22. Aí ela falava é assim, assim, você não se junta com muito rapazinho ou menina da sua idade pra ficar batendo papo, faz todo serviço, sempre procura saber, olha to sem fazer nada, eu posso fazer... né? o que manda, sempre andando pra ver se tem algum serviço. A irmã falando pra ele, que ela trabalha desde os 15 anos, e ele começou em 2011.

Mediadora: Ele começou recente.

Mãe de Y: É... em 2011. Mais ele tá desde 06 de abril de 2011. Nossa, mas ele tá amando. Dá meia volta ele traz convite, sabe quando tem esses filmes de, como posso falar... passar um filme aí tem a estreia. Dá meia volta, eles dá um convite pra ele e pra mim. Cada um é 2 pessoas. Aí vai eu, ele e o namorado da minha filha e minha filha. Semana passada mesmo, nós fomos ver um de futebol, foi muito bom. Estreia.

Mediadora: E o que o trabalho do Y. trouxe pra família de vocês?

Mãe de Y: Mais harmonia. Nós já tinha, nós três nunca foi de falar alto um pro outro, nem discutir, entendeu? Nem, vai... entendeu?

Os três, irmão e irmã. Tanto eu como eles, quando um não tem, o outro cede. Se precisa, tipo assim... Mãe, isso aqui tá sujo, dá pra você fazer um favor de lavar? E eu também, eu lavo...

Entrevista interrompida: S. entrou na sala para perguntar sobre o atendimento.

Mãe de Y: Ele foi da sala do Y. Ele trabalhou, depois saiu.

Mediadora: É, ele trabalha aqui.

Mãe de Y: Mas ele S. foi primeiro numa firma, não foi?

Mediadora: É ele foi registrado aqui, já faz um tempo. Desde que eu entrei ele já estava aqui.

Mãe de Y: Antes dele começar aqui ele tava em outra. Não sei, acho que ele foi.

Mediadora: Então, vamos tentar retomar... o que o trabalho do Y. trouxe pra vocês? Aí você disse, mais harmonia...

Mãe de Y: Mais assim... se eu no momento eu não tenho um dinheiro e ele recebe. Ele fala: Mãe, hoje eu recebi tanto, entendeu? Sempre ele põe R\$200 na poupança, sempre, foi eu que ensinei.

“Filho sua irmã também faz, eu tenho, vamos fazer assim, mesmo que você precise a mãe tem, mas vamos por um no teu nome, na poupança”, desde o primeiro mês que ele recebeu. E ele tá pondo, todo mês ele põe. No início, nos primeiro mês eu ia junto comigo. Mãe, tô saindo, você vai comigo?

Mediadora: Porque ele tinha essa dificuldade de ir ao banco?

Mãe de Y: Não ele não tem dificuldade. Ele tem dificuldade em falar com outra pessoa, assim... ele faz tudo.

Mediadora: Pedir informações, assim?

Mãe de Y: Ele faz tudo direitinho mas pra falar ele fica... dá meia volta ou fica afastado só olhando. Entendeu? Eu falei pra ele, isso aí, às vezes até perturba a pessoa que tá na sua frente, a pessoa não te conhece e você fica o tempo todo pra lá e pra cá, pode perturbar a pessoa. Pessoa estranha não sabe o que tá acontecendo. Aí nos primeiros meses (4 meses) eu fui junto pra ele ver como deposita, porque ele leva o dinheiro, e deposita ali na frente, então eu fui, falei com a moça ali, outro dia com um rapaz ali na frente dele e ele todo mês tá depositando no Bradesco.

Mediadora: E ele que faz a administração de quanto tem na conta? Se precisar sacar?

Mãe de Y: Ele vai sozinho, mais ele não sabia nada disso.

Mediadora: Quem que ensinou?

Mãe de Y: Eles lá dentro, uma pessoa. Dentro da Tribuna tem um banco.

Mediadora: Ah! Então um funcionário da empresa acabou ajudando?

Mãe de Y: Ele tanto lá dentro como fora também. Aí eu falei, quem te ensinou? Uma pessoa que trabalha comigo. Mas ele é de confiança? Mãe, ele tem filhos.

Mediadora: É o C.?

Mãe de Y: É o C., desde de o início. E a amizade é mais com o C. mesmo, ele fala muito do C., tudo é o C..

Mediadora: Então ele que administra o salário dele?

Mãe de Y: Ele fala: — Mãe, hoje é dia de eu receber, e eu vou tirar tanto. Eu sempre falo pra ele não tirar tudo, não é por nada. Porque no início ele tinha um cartão especial, depois que ele começou a ir direto pra Tribuna, ele não quis mais usar o cartão, adivinha?

Mediadora: Qual, o de transporte?

Mãe de Y: Ele disse, “Mãe, eu não sou especial”. Mas como vai fazer Y.? Porque esse cartão você vai e volta.

Mediadora: Ele renovou esse cartão?

Mãe de Y: Ele não quis renovar. Entendeu? Um ano e meio ele foi com ele, mas depois eu não sei se ele viu a turma lá da Tribuna vendo entrar de ônibus, aí ele não quis renovar.

Mediadora: Então, tivemos uma época que orientamos, porque quando eles estão indo para o trabalho de uniforme, o motorista pode breicar que ele não tem o uso gratuito da passagem porque ele está a trabalho. A empresa obrigatoriamente tem que dar o vale transporte pra ele.

Mãe de Y: Justamente. Mas eu pedi esse ano.

Mediadora: Mas isso não impede dele usar a carteirinha aos finais de semana.

Mãe de Y: Eu sei, mais ele não queria mais usar. Ele diz “eu não sou especial, eu não vou usar mais.” Ta lá...

Mediadora: E você nunca perguntou pra ele, por que ele não quer mais usar?

Mãe de Y: Eu perguntei por que ele não quer usar se ele sempre usou. Aí ele falou “eu não sou especial.” Eu falei pra ele assim, “Y., é porque outras pessoa que trabalham lá dentro veem você tomar o ônibus e dá essa carteira?”, “Não é por nada disso”, ele responde. “Então por que é? Você sempre usou”, diz a mãe. Aí já tem 1 ano e meio que não usa.

Eu ia com ele, toda vez que passava no médico eu ia, ia leva ele junto que é na

ESTC (CET) que renova. Aí ele pediu o cartão desse ano.

Mediadora: Ele está namorando?

Mãe de Y: Tá.

Mediadora: Será que não é por isso?

Mãe de Y: Não sei. Por sinal a menina que ele tá namorando falou pra ele que a mãe não quer o namoro com ela. Ele namora só por telefone. Mas a menina faz cada pergunta pra ele, mora lá perto da Vila São Jorge. Menina é demais.

Tem dias que eu escuto, porque tipo assim... aqui se tem uma pessoa no telefone, por mais que você não queira, você escuta o que a pessoa tá falando.

A gente escuta, do outro lado não, mas quem tá aqui a gente escuta, né?!

Aí eu vi ela falando bem assim... Você tá de que jeito? – menina; Como assim?

– Y.; Você tá vestido? Esta de cueca? – menina. Aí eu disse, “Y., depois vou te chamar a atenção.”, “O que foi, mãe?” Essa menina que tá do outro lado, você sabe se ela tá sozinha? Você tá no telefone, você não sabe se outro cara, se é a mãe dela, você não sabe se é outra menina da idade dela junto. Ela tá te fazendo muita pergunta que eu não tô achando bom. Aí falei pra ele, e tem outra... você quer namorar com ela? Então tu me leva lá que eu quero saber quem ela é, e se a mãe dela deixa namorar, você pode namorar na porta dela. O homem é que tem que procurar a mulher, na porta dela.

“Ah! Mãe, mas a menina me falou que a mãe não quer.”, “Por isso mesmo que você tem que ir lá.” Ele não tá namorando assim... na porta, mas por telefone ele tá.

Tá porque da meia volta eu vejo uns telefone. Ele não faz mais na minha presença, vai para o banheiro, vai pra outro local, ou vai lá pra fora da sala. Porque eu comecei a verificar o que ela tava falando pra ele, e ele respondendo.

Mediadora: Mas você não vê eles saindo juntos?

Mãe de Y: Não. Não sai. Ele só sai pro serviço, e quando ele não sai pro serviço, ele sai com eu, a irmã e o menino que ele sai de final de semana pra ir pra bailinho.

E desses bailinhos eu já avisei pra ele que vou começar a ficar no pé. Não é porque ele falte no serviço, nem nada. É que eles estão indo pra balada e só vem de manhã. Entendeu?

Sai normalmente 22h e só volta de manhã 5h e já falei que ele vai ter que mudar. Não precisa ir pra balada, vai em show por ai, mais não precisa ficar até de manhã, antes de terminar você pode ser um dos primeiros a sair, não precisa ficar até o final. Entendeu?

Mediadora: Isso pode acarretar no desempenho dele no trabalho. Fica com sono, cansado.

Mãe de Y: Ele sai mais de sexta pra sábado, mas às vezes ele sai de domingo pra segunda.

Mediadora: Você acha que no trabalho dele tá interferindo isso ou não?

Mãe de Y: Não. Nem ele acordar e nada. Acorda numa boa, toma banho, tudo. Só que ele fica enrolando. Enquanto ele não vê dar a hora em cima, ele não sai, não é porque ele não termina de fazer tudo, ele tá pronto, fica de um lado pra outro. Eu já percebi que ele fica mais assim quando ele sai. Entendeu?

Não é questão de atrasar. Ele fica perdido... não sabe se vai no banheiro primeiro, se vai escovar os dentes, se vai primeiro ver a roupa que vai usar, já tá pronta, mais ele fica meio perdido. Sabe quando você acorda atordoado?

Mediadora: Então ele se organiza, no uniforme?

Mãe de Y: Sapato, tudo ele que escolhe.

Mediadora: Tem algum sonho? O que fazer com esse dinheiro que ele guarda?

Mãe de Y: Primeiro ele tem um sonho de que a gente tenha uma casinha melhor, porque a nossa não é muito boa, é só sala, cozinha, banheiro, e uma área. Aí nós tamo fazendo essa junta de dinheiro, pra ver se um dia a gente levanta a parte de cima, entendeu? Nunca foi assim, eu sempre morei em casa de aluguel, e ai COHAB cedeu um terreno pra nós, pra mim, nós fomos sorteados pela COHAB, só que quem fez, foi nós morador, entendeu?

Mediadora: Foi vocês quem construíram?

Mãe de Y: Sozinha, então o que fez. Esse dinheiro que estava juntando do aluguel que não estava mais, eu fui gastando com material pra fazer a primeira parte pra nós sair do aluguel. Mas esse tempo todo eu fiquei devendo também a pessoa onde eu tava morando, tu entendeu?

Pra construir o meu. Ou eu construía, ou pagava aluguel. Aí esse teto que construí, que é a parte de baixo, que é a sala, cozinha, banheiro e a área, aí

fiquei devendo no aluguel. Aí agora nos tamos juntando pra ver se dá pra levantar os quartos que a gente não tem. Em cima é dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Como é enorme, da pra fazer três quartos, junto os dois menor. Um pra menina, apesar que ela tá namorando, um dia eu sei que ela vai embora, mas a gente tem que ter o espaço vai que um dia, a gente não sabe se ela vai viver a vida inteira com esse rapaz... se precisar ela já tem o cantinho dela. Eles tão pedindo muito caro pra levantar as paredes, é fora as coisas de luz, água. Só pra levantar as paredes e o material. A gente pode comprar a prestação pra não ter dívida depois, entendeu? Eu, ele e a irmã juntando.

Mediadora: Aí juntos vocês vão conseguir...

Mãe de Y: Nem que seja pra dar a metade da entrada pra uma pessoa pra fazer. E comprar o material a prestação, como eu comprei o primeiro, né?!

Mediadora: Mas vocês querem continuar lá? É de vocês o espaço?

Mãe de Y: É meu. Eu não quero sair de lá não. E mesmo eles dois, se criaram lá. A menina tem 25, no bairro que é a Caneleira. Não sei, você conhece a Zona Noroeste?

Mediadora: Eu conheço muito pouco, mas já passei pela TV Tribuna, Makro, mas já é São Vicente.

Mãe de Y: Sabe onde é o Sesi?

Mediadora: Sei.

Mãe de Y: Então, passando o Sesi, não tem um Extra que tem um canal Jovino de Melo que vai dar no Jabaquara. Tem o Jabaquara que sobe pro morro Nova Cintra e desce no Marapé? Então eu moro do lado do Jabaquara. Atrás do Jabaquara aí foi sorteado um monte de prédio.

Mediadora: Aí não é Sabóó?

Mãe de Y: Não, é mais perto do cemitério. Bem pra frente. Aí o nome é Caneleira, Zona Noroeste. Sabóó é Chico de Paula, é não sei o que, mais pra frente. É ali, tem Roldão, Atacadão, ali mais pra baixo, não do lado da cidade, pro lado do Sesi. Eu moro aí perto. Bem perto do canal da Divino de Melo. Ali tem a Divino de Melo, que vem pra cidade, Nossa Senhora de Fátima e tem um que sobe pro morro. Eu moro pro lado do Jabaquara, fundo mesmo, o muro do Jabaquara é fundo da nossa residência. Cem casas foi doado, foi doado o terreno. E o terreno os morador fez, cada um dos morador fizeram. Eu não

pretendo sair dali não e eles também não. O Y. nasceu ali perto, não na mesma residência, mais duas ruas depois. Bem pertinho da Nossa Senhora de Fátima. Tem a Nossa Senhora de Fátima, tem uma atrás, a terceira é a minha. Pertinho de ônibus, pertinho de tudo. E passa todos os ônibus ali. Passa o que vem de São Vicente, passa o que vem de Praia Grande, passa o de S.V. todos passam ali. Passa os que vem de Santos, todos também passam ali. E passa esses que vai pro morro, a gente anda um pouquinho, mas também serve. É como tem mais opção na Nossa Senhora de Fátima, então, é mais fácil porque tem tudo.

Mediadora: É avenida principal.

Mãe de Y: Passa o 193, 194, 191, 13, 154, 139, todos que vem pra cidade passa ali, todos. E de São Vicente todos: 02, 24, 06, 05, Cosipa, todos passam ali, então pra nós fica fácil.

Mediadora: Vai pra qualquer lado, né?!

Mãe de Y: Serve pra todos.

Mediadora: Seu marido é falecido há quanto tempo?

Mãe de Y: Foi desde 2007. Mas nós não morávamos mais juntos, ele morava com outra pessoa. Quando ele saiu da minha residência, o Y. tinha de seis pra sete anos.

Mediadora: E você já sabia o diagnóstico do Y.?

Mãe de Y: Já porque o Y. sempre estudou no Sesi. Por sinal, essa menina que trabalhou no Sesi aí, eu esqueci o nome dela...

Mediadora: Aluna?

Mãe de Y: S.

Mediadora: S.?

Mãe de Y: S. Então ela conhece o Y. e a irmã também. Quando o Y. entrou no prezinho a S. tomava conta de uma parte. E o marido dela era diretor geral do Sesi todo. Tanto do esporte, como tudo. Mais ele já tavam lá dentro e meus dois filhos foi de lá. A minha filha se formou lá. De primeiro só tinha até oitava série no Sesi, do jardim até a oitava série. E ela foi de lá, porque como a gente mora na redondeza do bairro, então tinha direito a entrar lá no Sesi. Hoje em dia não tem, é o maior sacrifício, mudou tudo né, e é tudo pago. Tá 400 reais só pra entrar lá no Sesi e não era, era tudo de graça. Era ir lá e só fazer a

inscrição. Hoje em dia tem sorteio, tem não sei o que, um monte de...

Mediadora: Entendi. Então vocês já eram separados desde essa época? Mas ele separou da senhora por conta de descobriu que o Y. era deficiente?

Mãe de Y: Não, ele adorava o Y. O Y. ia todo final de semana pra lá mesmo separado, ia pra outra mulher pra ficar lá com ele. Na semana, ele ficava comigo por causa das escolas, ele era do CVC. O Y. desde de pequeno teve problema não sei se é porque no parto ele engoliu água do parto dele no dia dele nascer. E depois disso ele sempre teve um probleminha assim de atraso, não andar cedo, entendeu? A irmã já andava desde os 9 meses. Eu achava ele muito molinho. Ele só não se quebrava, porque eu não deixava, né?! Mas com um ano e meio levantando da cama, não da minha casa, tinha uma mulher no final de semana trabalhava de merendeira tinha um dissídio. Nós merendeiras servia um lanche no dissídio, aí eu arrumava uma pessoa pra deixar ele, aí ele se enrolou na cama, não sei como foi, caiu e a pessoa não viu. Quando eu cheguei ele estava deste tamanho, aí eu levei para o hospital assim mesmo. Ele teve que ficar internado durante 3 dias, não sofreu nada no dia. Mas ele ficou com um calombo deste tamanho. Olha só, eu não vi o horário do tombo, tava trabalhando quando foi de noite que eu cheguei, mesmo assim achei melhor levar pro médico, tirar chapa e o médico deixou internado 3 dias. Entendeu? E ele na hora a mulher passou álcool nos pulsos dele, porque ele ficou meio desacordado. Como ela sabia que eu tinha ido trabalhar, ela não me telefonou e não me falou nada. Ele era novinho, tinha um ano e meio. Então acho que foi... ele faz eletro tudo e não dá nada. Mas acho que foi depois desse tombo, como ele era novinho, um ano e meio, não dava pra saber dessas coisas. Depois eu fui se informando.

Mediadora: Mas mesmo assim o pai apoiava ele? Gostava dele?

Mãe de Y: Apoiava, não só ele mas os dois. A menina também. Ele sempre foi pai, pai unido com ele. Telefonava pra saber como eles tavam. Mas eu recebi uma pessoa, e a pessoa me falou que ele tava com outra pessoa no setor de serviço. Aí eu falei um dia vou ver. Deixei pra lá. Aí quando foi um dia tocou o telefone, era essa mulher.

Ela falou assim pra mim: — Tu tá sabendo que o A. tá ficando comigo?

— Não, por que?

Aí ela falou assim: — Olha, eu trabalho no setor dele.

Quando ela falou isso eu me arrepiei, ele não era de sair, ele ficava com essa mulher mesmo no horário de serviço. Sabe a praia aqui de Santos?

Mediadora: Tem.

Mãe de Y: Não tem o banheiro dos homens e das mulheres?

Mediadora: Tem.

Mãe de Y: Ela trabalhava no banheiro da mulher e ele dos homens, tudo junto. Só que um limpava dos homens e outro das mulheres. Aí, umas pessoas já que viam, já tinham falado pra mim dele, do setor de serviço dele. Até nesse telefonema eu pensei, não é a mulher, não é possível. Eu pensei, foi gente do serviço que falou pra abrir meus olhos. Mesmo assim, não acreditei. Aí conversei com ele. Só tem um problema eu sempre tô lá na praia, se eu perceber, você não vai ficar mais dentro da minha casa não. Você vai direto pra casa dela.

Aí ele deu uma risadinha pra mim, hahaha, de deboche e falou assim pra mim: — Será que você tem coragem?

Aí eu disse “vamo ver.”

Nisso o tempo foi passando e eu vigiando. Eu saia do serviço, como o menino tinha a creche e era do município, então eu sabia o horário de saída do menino. E eu saia 3 horas. De 3 horas pra 5h30 / 6h dava tempo de eu ir até o serviço dele, entendeu?

Mediadora: Entendi.

Mãe de Y: Aí eu fazia a pesquisa de longe. Tudo que me falavam. Primeiro eu pesquisei com gente que trabalhava na praia, ao redor da praia, no mesmo setor dele da Prodesan. Aí eu fui pesquisar, isso levou tempo. Deixa ele, não por nada, por causa dos dois meninos, porque ele me ajudava em tudo até lavar as roupas dos meninos lavava. Se eu falasse, não posso ir buscar, tenho médico, vou pra num sei pra onde, vou fazer compra, tu sai do serviço e vai direto buscar eles, ele ia. Entendeu?

Mas aí eu fui tomando raiva dele por causa disso. E eu fui achando que era verdade. Porque eu vi. Aí teve um dia que eu me arrumei com meus filhos pra ir para praia, chegando lá, tava os dois em um banco sentado um em cima do outro. Ah! Não tem aquelas vassoronas? Não deu outra, a primeira coisa que

eu fiz foi dá nos dois.

Aí um entrou pra um banheiro, outro entrou para outro. Aí eu chamei o guarda municipal que tinha um guarda municipal trabalhando.

Falei, olha me falaram e eu não acreditei. Meu marido tá com uma mulher e trabalha no setor dela, namora, e ele tem dois filhos pra criar, como é que vai ficar?

Ele falou: — Aqui dentro do serviço tu não pode, nem bater nele e nem bater nela, mais você pode dar uma queixa.

Aí primeiro eu fui na Prodesan, que eu tinha muita amizade com muita gente da Prodesan do setor do serviço dele. Aqui na Ana Costa, no prédio que tem lá. Fui lá e fiz reclamação dos dois.

Eles foram chamados na minha presença, eu e eles pra saber a verdade. Ela desmentiu. Eu falei: — Tu tá desmentindo aqui mas lá na praia você não me desmente, porque se eu achei você nessa vez eu vou encontrar você nas outras vez. Aí eu falei o nome das pessoas que já tinham me falado do setor da praia mesmo. Ela ficou com raiva de todo mundo.

Porque não era ele só que trabalhava, era várias pessoas. Limpando a praia, limpando jardim, tu entendeu?

Todo mundo que me falava, eu falava, um dia eu vou ver. Um dia eu cisme e simplesmente eu juntei a roupa dele e pus numa sacolona mesmo dessas de viagem, tudo dele, mas só roupa. E ele disse, “você vai me dar televisão, você vai me dar vídeo, você vai me dar”... eu vou te dar, você quer que eu vou te dar queixa de você na pequenas causas?

— Quem sabe é você, eu não vou?

— Você não vai? Pois eu vou.

Aí isso foi passando o tempo, foi passando o tempo e eu vigiando os dois. Fui até na casa dela sem saber, no Rio Branco.

Menina de lá do setor falou: — Olha, vou ver o ponto dela e o ponto tem onde ela mora. Eu falei: — Não fala nada, só nós duas.

A menina viu, aí eu peguei, levei uma carta anônima pra ela, levei, pus de baixo da porta, ela tava trabalhando eu tinha mais tempo do que ele, porque eu saia mais cedo e o menino fica na creche, aí eu fui.

Depois dessa carta, eu fui na pequenas causas. Ele falou: — Não, se você tá

sabendo, vamo chamar ele, vamo conversar e ver o que ele vai pretender fazer.

Aí ele falou, que como eu tava fazendo coisa que ele não tinha feito, ele também ia continuar. Eu falei: — Ah! Você vai continuar? Então vai ser hoje mesmo. Aí arrumei a roupa dele. Desse dia em diante troquei a fechadura da minha porta. Deixei ele entrar dentro da minha casa e mandei ele levar. Ele não quis levar. No dia que nós nos separamos de papel, eu falei “se você não levar, eu vou queimar.”

Depois de dois anos que ele tava me rodiando, eu e a outro, eu e a outra, eu falei: — Não dá mais. Aí eu dei divórcio. Dois anos depois, se separei de papel passado. Mais o Y. e a filha sempre foi lá, sempre foi lá. Sempre. E ele também se precisava... eu falava numa boa com ele, se fosse assunto dos filhos. Entendeu?

Ah! Eles não tão? Dá pra você falar isso pra mim... assim, assim. Eu falaria. Só que a mulher dele até hoje ela faz 10 voltas. Se ela me ver aqui e tiver por lá ela sai por lá ou por lá porque eu já dei nela antes dele morrer, eu dei nela, dei e prometi de dar de novo.

Mediadora: Ela ficou com medo? (riso)

Mãe de Y: Ela tem medo que se péla. E ela tem uma filha mais nova que o Y.

Mediadora: É dele?

Mãe de Y: Não, não é dele não. Era de outra pessoa. Ela foi mãe solteira. Ele deve até conhecer o pai da menina, não sei.

Mediadora: Bom, mas do Y. em si... por que vocês incentivaram ele a trabalhar? Por que é importante trabalhar?

Mãe de Y: Não ele já tava falando, de ver a irmã trabalhar, né. O incentivo foi mais aqui (30 de Julho), na verdade. Porque teve os cursos, ele participou de tudo e ele ficou entusiasmado pra ir trabalhar, seja onde que for, o que aparecesse. Antes dele foi várias crianças daqui. Ele não foi o primeiro.

Mediadora: Não foi.

Mãe de Y: Não, não foi. Foi outras crianças, tanto menino como menina, entendeu? O incentivo foi da escola.

Mediadora: E vocês só apoiaram, né?

Mãe de Y: Eu apoiei até demais. Eu pra mim ta ótimo. E eu garanto que ele

continue, mesmo não dando certo nesse, que é o primeiro, não deixe de ir atrás de outro. Eu dou uns conselhos pra ele. “Y. cuidado as amizades lá dentro do serviço, você não atende telefone dos outros da rua, nem da tua irmã. Eu, só se for emergência.” Mas eu nunca telefonei. Entendeu?

Mediadora: Entendi.

Mãe de Y: Y., não. De vez em quando no início ele me telefonava. “Mãe, eu vou almoçar.” Porque ele é acanhado, ele não almoçava sozinho. Então eu ia almoçar com ele na cidade. Também pra ensinar ele a se desenvolver a andada dele na cidade que ele também não sabia. Ele nunca andou. Quem ensinou ele a andar na cidade foi aqui (30 de Julho) e eu.

Mediadora: Me fala outra coisa. Teve no início que a senhora ia na empresa pedir férias. Não era férias... um feriado pra uma viagem, e aí como foi depois que aconteceu isso? O Y. começou a se soltar mais?

Mãe de Y: Desenvolveu bem mais. Porque foi assim, tinha um feriado assim, tipo 7 de setembro, aí o coisa era dia 8. Esse mês foi tudo final de semana. O Y. não estava trabalhando. Mais o ano passado, era sexta e sábado ou quinta e sexta, então ele não sabia se ele ia ter feriado ou não.

Mediadora: Emenda?

Mãe de Y: É. Se ele ia emendar ou se ia trabalhar. Aí eu ia lá. “Mãe, vai lá você” (ele disse). Aí eu comecei a ir, saber se ele podia. Aí nós podia, viajava. Viajava não viajo. É tanto que nós tem uma viagem pra fazer, eu falei pra ele se quiser ele mesmo pedir. É assim, ele tinha que tirar férias em julho até o mês de setembro. Quando foi pra marcar nas papeladas ele marcou pra novembro. E em outubro eu tenho uma viagem pra fazer pra Goiás. E eu falei pra ele “se você tivesse tirado férias nesse mês, eu ia levar você junto. Porque não é um dia só. Vou passar 8 dias. Ele disse: — Ai mãe, mais eu já assinei as papeladas. “Ta bom Y., então não pede, só que você vai ficar sozinho aqui com tua irmã.” Porque essa viagem é muito barata, é R\$400 seis dias. Tu entendeu?

Mediadora: Hummm.

Mãe de Y: Então eu falei, “como você vai sair de férias e ainda não tirou, porque ele sempre tira em julho, entendeu? E marcou para novembro, deixa Y.” “Mãe, eu marquei porque eu já assinei”. E já mudou de tantos meses, tu

entendeu?

“Em julho, toda vez que eu tiro tá chovendo.” (Y). Aí ele mesmo, marcou pra novembro. Ele falou pra ficar só em casa...

O ano passado ele tirou e choveu muito, então ele ficou mais em casa do que passeando. Tu entendeu? Mesmo em Santos, São Vicente. A gente de férias que sair né?!

Mediadora: É verdade.

Mãe de Y: Ver as coisas lá fora. Aí ele tirou pra novembro. Eu falei “Ai filho, eu queria tanto que você fosse... e ainda em passagem.” Mas aí eu falei deixa quieto.

Ele falou: — Não vou pedir, não.

Mediadora: Ele pediu os 30 dias corridos?

Mãe de Y: Ele pede desde a primeira vez, sempre 30 dias. Só que ele avançou muito, eu falei pra ele. Se é mês de julho.

Mediadora: Ele tem que se organizar com a senhora pra saber uma data.

Mãe de Y: Tipo assim, se ele tira mês de julho ou agosto ele não tinha que ir até novembro, tu entendeu?

Mediadora: É mais é uma escolha do funcionário.

Mãe de Y: Não eles que procuram saber pra ele, antes dele assinar. E assim mesmo ele queria.

Mediadora: Isso, mas é uma escolha nossa, do empregado.

Mãe de Y: Isso, isso. Então. Mas eu falei pra ele, tu foi tão longe, tu entendeu do meses?

Mediadora: Sim. Acho que como ele também não está mais estudando, tinha escola a noite.

Mãe de Y: É, mas eu to doida pra ele entrar em num curso. Tu não sabe assim, nenhum curso pra ele que já está lá dentro, fazer?

Mediadora: Eu falei pra ele vir me procurar, pra gente tentar ver se achava algum curso junto.

Mãe de Y: Ah! Eu posso mandar ele ai um dia pra ele... tá muito parado. De noite ele ia pra escola, mesmo que o curso seja, tipo assim, ele sai de lá 3h, que seja às 5h. Que seja das 5 às 6 ou 7h ta muito bom pra ele. Tu entendeu?

Mediadora: Sim. Nem que seja pouco.

Mãe de Y: Mesmo que não seja essa hora, mais tem a noite. Ou tenha das 4 às 7h. Das 4 às 5h. Que ele saia de lá e já vai. Tu entendeu? O pior é ficar parado, porque não pode. Eu falei pra ele “Y., esse ano tá terminando, mas o próximo ano, filho, a mãe não tá falando pra mãe. A mãe já aprendeu, a mãe já saiu, a mãe já se aposentou. A mãe não quer mais nada, o que a mãe tá vivendo, tô vivendo. Vocês não. Vocês tão iniciando, entendeu?” E a irmã dele não para, a irmã dele faz curso, faz outro, entendeu? E é isso que eu falo pra ele.

Como ele tá trabalhando ele acha que não precisa, e eu falei “não, Y., não é assim.” Ainda mais o setor que você tá do serviço, você precisa, porque conforme você teje fazendo pelo menos o estágio, eles tão vendo que tu tá caminhando pra frente. Tu não tá parado ali.

Mediadora: E ali, ele nem está em estágio. Ta como efetivo mesmo.

Mãe de Y: Ele tava falando pra nós o outro prédio que tão fazendo aí na João Pessoa, tão fazendo “Nossa, mãe, eles tem conversado pra mim desse outro prédio. Vai ter televisão.”

Mediadora: É a TV (Tribuna) que vai vir.

Mãe de Y: Então. Mais ele falou que quando passa (com colega de trabalho em frente) e trabalhando ali dentro e fala pra ele. Tão bonito ali o prédio, mãe (Y.). Eu ainda não vi.

Mediadora: Não passei também.

Mãe de Y: Mas ele já passou, porque ele falou e disse que comentaram. Aí eu fui e abri os olhos dele. Tá vendo, Y., isso aí, eles tão incentivando as pessoas que tão trabalhando lá dentro. Você tá por esses dias. Mas muita gente que tá lá dentro, dali já vai pra outro. Pra outro setor lá dentro desse prédio novo. E você fazendo um curso, quem sabe um dia você também não vai.

Incentivando ele, porque... por mim ele tava fazendo seja lá onde fosse, no Senai, ou no Senac. Sei lá, um curso.

Mediadora: Eu queria indicar ele para o Senac, mas esse turma só ocorre de manhã ou à tarde. Aí pega...

Mãe de Y: Ah, não tem à noite.

Mediadora: Não. Fala pra ele me procurar pra gente pesquisar junto.

Mãe de Y: Mesmo que não seja de manhã ou à tarde, sendo depois das 4h pra

ele... até 10:30 ou 11h. Não tá fazendo nada, tem que fazer alguma coisa, né. Tá novo, né?!

Mediadora: Ele entra que horas no serviço?

Mãe de Y: 9h, todo dia e sai às 3h. Ele falou pra mim que às vezes eles pedem pra sair para fazer num sei o que que eles mandara. Aí, ele volta três e pouco. Aí o que ele faz, leva mais meia hora pra sair. Não é eles que mandam, é o Y. mesmo que fica, tu entendeu?

Então falei, se você tá fazendo isso, você tá fazendo bom. Porque pelo menos, do que dizer vou embora. Você não saiu mesmo mandado por eles. Você tem que ficar, ver se não precisa mais, pra depois você sair.

Mediadora: É, tem que terminar o serviço e sair.

Mãe de Y: Mas às vezes ele fala que não tem nada pra fazer. Aí manda eles fica vendo a internet, num sei o que. Ele que falou pra mim, não sei se é verdade.

Mediadora: É, às vezes pode ser.

Mãe de Y: Jornal... manda ele, veja esse jornal ai. Veja essa notícia não sei o que. Ele falou. Mas eu quero que ele arrume um curso, pra ele não ficar parado. É mesmo pra ele, nem que seja de internet, mexer em computador por dentro, né? Não é uma profissão?

Mediadora: É. Quem sabe né?

Mãe de Y: É.

Mediadora: Bom, mas é isso dona E. Tudo que eu tinha pra perguntar eu perguntei, tem alguma coisa que eu não perguntei que você queira me falar?

Mãe de Y: Não, era mais sobre esse vale transporte mesmo, que ele deixou de ir, porque ele não queria mais. Eu achei que ele sentiu como se ele fosse, pra nós duas, um burro. Sabe por que?

Mediadora: Vamos investigar? Você já chegou a conversar com ele sobre a deficiência? Do porque ele estudou aqui?

Mãe de Y: Já conversei, já conversei. Que desde do prezinho que ele entrou no Sesi, ele repetiu no Sesi, o pré duas vezes. Segunda série também no Sesi duas vezes. Terceira série no Sesi duas vezes. Ele tem 21 anos, ele deixou o colegial o ano passado. Pergunta a idade da irmã dele que não repetiu nada. Eu nem falo isso pra ele, nem falo entre um e outro...

Mediadora: De comparar, né?!

Mãe de Y: É. Não falo porque eu vejo que ele é lento mesmo, entendeu? E a irmã não. Pra ir no banheiro, ele fica lá. Aí a irmã fala “Y. quanto tempo vai demorar?”; “Y., tu já viu que hora cê tá passando de baixo do chuveiro?”;

Eu já não falo porque, se a irmã tá falando ele tem que se apressar, né. E se eu falo, eu já falo diferente, já vou lá, fecho o chuveiro, entendeu?

Mediadora: Você já toma atitude. (risos)

Mãe de Y: Ela não, ela fica lá esperando. E ela tem paciência. Eu já não tenho tanta. Ela tem mais com ele. Os dois conversa, sabe, parece que tá marido e mulher ali conversando, ela tem maior paciência com ele.

Mediadora: E ela sabe da dificuldade dele? E tenta ajudar ele?

Mãe de Y: Sabe. Sempre sabe. Porque desde que pequenininho ele ia no CVC da Zona Noroeste. Aliás, nós já fomos da ponta da praia. No início foi daqui do mercado, eu vinha de lá, porque não tinha pra idade dele no tempo que ele iniciou. Eu vinha pro mercado. Era aqui dentro do Mercado Municipal, sabe, da 7 de setembro?

Mediadora: Sei.

Mãe de Y: Então eu vinha com ele. Depois com muito tempo, aí eu procurei particular, da dona Ana a professora daqui.

Mediadora: A psicóloga?

Mãe de Y: Então foi nela várias vezes, mas toda vez que ia era um dinheiro que tinha que ter se fosse levar que tinha que ter. Aí foi quando ela me indicou aqui (30 de julho), ele já tava com 12 anos. Entendeu? Foi onde ela me arrumou aqui, fez inscrição e quando me chamaram eu vim, e to aqui desde...

Mediadora: Então, ele está aqui desde os 12 anos?!

Mãe de Y: Desde os 12 anos. E eu achei que ele desenvolveu depois... o CVC, não to falando mal do CVC, eu trabalhei na prefeitura a muitos anos, mais era muito parado, eles iam lá mais pra brincar, entendeu? O Y. levava um caderno pra ela ver o que o Y. tava fazendo, voltava do mesmo jeito. Eu ia junto, porque ele não sabia andar até onde era, então eu ia junto, ficava numa sala lá fora esperando, numa sala de espera e ele ficava com 2 ou 3 pessoas lá dentro. “Cadê, filho, tu não fez nada no caderno?” voltava do mesmo jeito. Então o desenvolvimento do Y. foi aqui dentro, foi no 30 de Julho, porque no CVC não

teve nada, nada.

Mediadora: Não teve evolução?

Mãe de Y: Eu não achei. Foi mais perda de tempo pra mim e pra ele. Se ele tivesse procurado aqui ou outra melhor, acho que esse tempo perdido ele já tava bem desenvolvido, entendeu?

Porque até os 12 anos de mais ou menos 5 pra 6 anos, que o CVC não atende criança menor, é só quando tá na escola, entendeu? E os professores encaminham. Aí eu descobri... mas foi tempo perdido que eu passei no CVC, o melhor mesmo foi esse e particular que ele ia. Fora a Ana, teve uma Beatriz também na Ana Costa, Entendeu? De uma pra outra, de uma pra outra, mas eu mudei porque comia dinheiro, né?! Toda semana que eu ia, se fosse 3 vezes a semana era 3 vezes na semana que eu tinha que deixar dinheiro.

Aí eu deixei, aí a dona Ana me arrumou aqui, eu falei, ah, vai melhorar e melhorou. Além de ao gastar o desenvolvimento da escola foi muito bom. E depois do Y. eu já indiquei várias pessoas pra vim aqui.

Mediadora: Que bom! Acho que e isso que eu tinha pra te perguntar.

ENTREVISTA 4 – madrasta de L.A.

Data: 23/10/2013

Horário: 14:00 às 14:28h

Mediadora: A., quanto tempo o L.A está aqui dentro do Programa Se Eficiente, você sabe?

Madrasta L.A: Aqui no colégio, ou no serviço?

Mediadora: Aqui no colégio e depois no serviço.

Madrasta L.A: Olha, aqui eu não tenho bem pra te informar. Quando eu conheci o pai dele, ele já tava aqui, então eu não sei. E no serviço, acho que vai fazer cinco anos.

Mediadora: Cinco anos?

Madrasta L.A: Cinco anos.

Mediadora: Ah! Que legal. Bastante, né?.

Madrasta L.A: Bastante tempo. Ele já tentou sair, aí eu pego ele, converso com ele. Digo: — Não, L., esse emprego é bom, cê não vai arrumar outro

desse jeito aí, todo mundo gosta de você, né rapaz.

Outra hora a gente foi no teatro e conheci a turma da Tribuna, e a turma ficou falando: — Olha, gosta do L. Mó legal.

Mediadora: Ah! Entendi. E deixa eu te perguntar, você entrou pra família do L. casando com o pai dele, ele tinha quantos anos mais ou menos?

Madrasta L.A: 9 anos.

Mediadora: Ah, ele era pequeno.

Madrasta L.A: Ele era pequeno.

Mediadora: Então você participou desse processo quando ele conquistou o trabalho?

Madrasta L.A: Tava junto.

Mediadora: Então como foi pra vocês? Vocês queriam que ele trabalhasse? Ele surgiu com a proposta? Como que foi isso?

Madrasta L.A: Acho que foi aqui no colégio que ligou pra gente perguntando se deixava. Aí conversei com o pai dele e ele disse: — Meu, deixa, porque pelo menos ele vai se desenvolver mais. E realmente, depois que ele começou a trabalhar, ele desenvolveu bastante.

Mediadora: E o que que melhorou?

Madrasta L.A: Acho que nos estudos. Ele já tá conseguindo ler alguma coisa.

Mediadora: O trabalho mudou isso?

Madrasta L.A: Mudou. Assim... ele toma muito cuidado com as roupas dele, de serviço, né?! Ele disse: — Tem roupa pra mim? Eu digo tem. Ele mudou bastante pra falar a verdade. Ele mudou bastante.

Mediadora: É, e... como vocês fazem esse acompanhamento dele do trabalho? Vocês dão um suporte na questão financeira? Quando ele recebe o salário, o que fazer? Ou administra sozinho?

Madrasta L.A: Não. O cartão fica comigo. Quando ele recebia, ia lá, comprava as coisas pra ele. Dizia: L. o que que tu precisa? (pergunta pra ele). Ele dizia o que precisava. Depois deixei o cartão na mão dele, e dizia: — Cuidado, L., não vai gastar tudo. Depois comecei a passar tudo pro pai dele. Aí o pai dele que fica, o pai dele que recebe, ele que é responsável, compra as coisas pra ele, dá o dinheiro na mão dele. Se a gente der o cartão na mão dele, talvez ele não vai saber administrar.

Realmente tudo que é do L. no momento quem tá resolvendo tudo sou eu.

Mediadora: O pai dele como que está nessa situação?

Madrasta L.A: O pai dele tá com uns problema ai... acho que é depressão. Tá ficando tipo assim... não presta pra nada. Eu falo pra ele... ele passou no médico. O médico passou pra ele um monte de calmante. Enquanto o pai dele não puder agir com ele, eu to agindo, né?! Eu faço assim... o que eu puder fazer, eu faço, o que eu não puder fazer, eu não faço.

Mediadora: Você assumiu esse papel de mãe dele?

Madrasta L.A: É. Pior que é. (risos)

Mediadora: Quando você veio pra família só tinha o L., ou ele tinha irmãos?

Madrasta L.A: Não, só o L. Só o L.

Mediadora: E a mãe do L? É viva?

Madrasta L.A: Eu não sei. Olha, mas ela é viva, mas ela não procura ele, deixa eu ver... meu, se ela faz tempo que ela não liga. E quando ela liga, ela não procura saber como ele tá. Ela procura saber da minha relação com o pai dele.

Mediadora: Ah, tá! Então ele não tem contato com ela?

Madrasta L.A: Não. Muito pouco, muito pouco, muito pouco mesmo.

Mediadora: E quando eles se encontram, mesmo sendo esse pouco?

Madrasta L.A: Olha, a última vez que ele encontrou...

Mediadora: O que eles fazem?

Madrasta L.A: Eu não sei, porque foi no Nordeste. Ela mal queria ver ele. Ela só foi ver ele, por causa de uma irmã dela. Que disse: — Caramba, seu filho ta ai, você não vai ver ele? Ela dizia: - Não, eu não quero. Ai depois que ela descobriu que ele tava trabalhando, recebendo a aposentadoria dele. Ai foi que ela foi lá visita ele.

Mediadora: E por que você acha que ela o abandonou?

Madrasta L.A: Por causa do cara.

Mediadora: Ah, ela tinha um outro relacionamento?

Madrasta L.A: O cara falou pra ela: - Você escolhe um doa dois, ou sou eu, ou seu filho.

Mediadora: Porque ela já era separada do seu esposo?

Madrasta L.A: Não, ela tava com ele. Tava traindo ele com esse cara. Tudo

que o L. é, tudo, hoje, agora, é graças a mim. Como eu peguei ele, e não sabia andar, não sabia tomar banho, não sabia fazer quase nada.

Mediadora: Com 9 anos?

Madrasta L.A: Com 9 anos. Nada, nada, nada na vida ele sabia. Ele andava ...eu que ensinei ele a comer. Ta todo mundo aqui de testemunha.

Mediadora: E como que vocês descobriram que ele tinha uma deficiência?

Madrasta L.A: Não, ai já não foi comigo. Ai já foi da parte do pai e da mãe dele. Então, ela tratava ele muito bem, assim....foi o que ele (pai) me contou. Mais depois que ela soube que ele era deficiente ela abandonou ele. Ela não quis mais saber. Cuidava porque é....mais fora isso.

Mediadora: E você acha que isso pode ser um fator que ela não procure ele hoje?

Madrasta L.A: Acho que sim. E pra mim eu prefiro, viu?! Eu acho, mais é mãe dele se ele quiser ficar com ela eu não vou impedir, né?! Eu não vou impedir. É tua mãe? É.

Mediadora: Mais ele demonstra esse interesse?

Madrasta L.A: Ele nem fala nela, viu?! Só que do jeito que ele é, ele vai abraçar, vai beijar. Entendeu? Porque ele é do jeito que ele é. Se fosse uma pessoa normal, talvez ele hoje nem queria saber dela. Mais no caso, se eu vou pra lá, pro Nordeste, ele encontra ela, ele vai e fala: - Eu quero ficar com minha mãe. Eu não vou impedir, mais vou dizer: - Você que ficar com sua mãe? Então fica, só que depois não se arrepende. Pronto, falei isso pra ele.

Mediadora: Entendi. E isso, mudou alguma coisa quando ela soube que ele estava trabalhando?

Madrasta L.A: Mudou. Mudou. Ela falou que vinha buscar ele. Esse cara que mora com ela falou que não queria ele, porque não ia morar com nenhum doido, que não ia conviver com um louco que nem doido. Ai, depois que os dois soube que ele estava aposentado, que estava trabalhando, tu não quer ficar comigo agora? Comigo não, né?! Que nem, pra família.

Ela ligava todo dia pra ele, dizia: - Mamãe te ama, mamãe vai te buscar, num sei o que. Ele ficava, ficava esperando, até hoje. Até hoje.

Mediadora: Ai depois passou?

Madrasta L.A: Depois passou. Só teve uma vez que ela ligou pra ele: - A como

é que você tá?(mãe); - To bem mãe (L.); - E seu pai como é que tá?.

Só sei que eu briguei com meu marido, falei: - É tua ex-mulher, tua mulher agora sou eu não ela mais, também, até hoje. Só se ligar daqui pra amanhã. Porque agora no momento....(silencio).

Mediadora: E me conta, como pra vocês o trabalho? Durante o dia, quando ele chega em casa ele se abre como foi o dia dele?

Madrasta L.A: não a gente pergunta. Como é que foi lá. – Foi bom, trabalhei pra caramba hoje (L.) - risos. Não sei o que...

Mediadora: Mais não entra em detalhes?

Madrasta L.A: Não. Ele fala só se viu algum ator. Ele diz: - Olha vi lá aquele ator, assim, assim, peguei na mão dele. Porque tudo ele me conta. Tudo. Falou que tava namorando aqui no colégio. Eu disse, cuidado hen?! Num sei o que...mais fora isso...

Mediadora: Ele tem algum sonho?

Madrasta L.A: Não, não.

Mediadora: Nunca teve?

Madrasta L.A: Ele nunca falou.

Mediadora: Ele te diálogo com o pai? De conversar?

Madrasta L.A: Vou ser sincera, viu! Não tem não. Nem eu com o pai.

Mediadora: Nem você com o pai?

Madrasta L.A: Sim. Ele ta difícil...agente pergunta uma coisa já vem com quatro pedra na mão. Eu digo: - Meu, não é assim. Toda vez que ele (L.) vai conversar com ele (pai) eu digo: - Tonhão, não é assim. Ele ta te contando, ele ta te pedindo, vai lá e conversa com ele.

Meu filho nem pede nada. Ele diz: - Pede R\$2,00 pro pai?, eu digo: - Vai lá pede. Eles não tem aquelas conversas.

Mediadora: E eles tem muita diferença de idade?

Madrasta L.A: Tem. Meu filho tem 14 anos. Esse sábado a gente viajou, fomo lá pra Aparecida. Eu falei: - Vitor, fica de olho no L.. Ai o Vitor falou: - Mais mãe, um homão desses?, eu digo assim: - Filho põe uma coisa na sua cabeça, ele não é igual a você. Se você se perder você se acha, mais se ele se perder, eu vou ficar quem uma doida procurando.

Só sei que passaram os dois, ficaram o dia inteiro juntos. Assim, como a gente

viaja assim, só nós 4, fica muito com ele. Lá em casa eles dizem: - E ae V.?. -
E ae L.?

Mediadora: Entendi. Não existe uma relação.

Madrasta L.A: É

Mediadora: Só quando vocês saem, que ficam sozinhos, que conversam.

Madrasta L.A: Conversa eles conversam. Mais o que, eu não sei. Vem aqui L.,
ficam lá conversando. Meu filho também não tem diferença nenhuma. Não é
porque ele é do jeito que ele é que tem diferença. Eu trato ele bem. Agora ta
normal, antes eles brigavam que era uma beleza. Eu dizia: - V. tenha vergonha
na cara, ficar brigando por tudo também.

Mediadora: Então só voltando um pouquinho....quando o L. entra no trabalho
apoiam ele?

Madrasta L.A: Ah, apoia com certeza.

Mediadora: Vocês estão satisfeitos hoje com ele trabalhando nessa empresa?

Madrasta L.A: Eu to. Eu to. Pra mim, sai do serviço, vai pra escola, chega em
casa toma banho, janta, vai pra igreja, volta, vai pra igreja. Só falo pra ele: - L.
segura esse emprego que tu não vai achar outro.

Mediadora: E já aconteceu de alguma reclamação no trabalho e vocês terem
que intervir?

Madrasta L.A: Já, uma vez. Não lembro o que foi, mais já. Ai eu e o pai dele
sentamos pra conversar com ele dizendo que não era assim. Pronto, depois foi
a última vez também.

Mediadora: Foi a única vez. Mais a relação de vocês é boa?

Madrasta L.A: É. Na minha família todo mundo gosta dele.

Mediadora: Você acha que porque ele está trabalhando mudou alguma coisa
na relação da família?

Madrasta L.A: Não porque sempre foi normal, sempre. Minha mãe, minhas
irmãs dizem pra ele que bom que você ta trabalhando, né! Num sei o que...a
gente da conselho, minha mãe, todo mundo. Digo: - É L. segura esse emprego,
hen! Se você perder, não vai encontrar mais não. (risos).

Mediadora: E o salário dele, o que ele faz? Ele ajuda vocês? Fica com todo
dinheiro pra ele?

Madrasta L.A: O salário dele quem recebe pra ele é o pai dele. Como eu te

falei, ele ajuda um pouco em casa, compra as coisas pra ele. Ele (L.) diz: - Quero isso aqui. O pai vai e compra pra ele. E depois da um dinheiro pra ele (L.) e diz: - Ó, toma esse dinheiro, mas não gasta tudo. Mais é como não falar, né! Porque no outro dia ele já ta pedindo dinheiro de novo (risos). Por isso que a gente tem medo de entregar o cartão na mão dele. O pai dele queria entregar, e eu falei: - Não faça isso. Porque se os moleques vê que ele ta com dinheiro, vão mandar ele ir tirar dinheiro. Entendeu? Mais fora isso, não tenho nada.

Mediadora: Ele não tem nenhum plano, de comprar alguma coisa? Ir pra algum lugar?

Madrasta L.A: Não, não. O último lugar que ele pede pra ir assim, é pro Norte, né! Ele fala que ta com saudades das tias. Ele ta até fazendo uns planos pra ir agora ai em Janeiro, que ta todo mundo de férias. A gente ta fazendo uns plano, se der tudo certo a gente vai em Janeiro. Ai também vai a família toda. (risos).

Mais já tive muita dor de cabeça com ele, antes dele arrumar esse emprego, muita, muita, muita...

Mediadora: Como o que por exemplo?

Madrasta L.A: Assim, eu ficava assim...acho que era porque ele ficava muito dentro de casa, e ficava brigando muito com meu filho, mais depois que arrumou esse emprego, vai pra escola. Eu fico sozinha o dia inteiro, ai ele chega. Eu digo: — Se vira aí, tem comida e se vira por aí. Tem dia que não tenho tempo e não dá pra deixar... eu trabalho.

Mediadora: Ah, você trabalha?

Madrasta L.A: Trabalho. E digo: — Vocês se viram aí pá, porque hoje... eles dizem: — Tá bom.

Mediadora: Eles se viram? Sabem cozinhar?

Madrasta L.A: O máximo que conseguem fazer é fritar um ovo, um hambúrguer. Acho que outras coisas não.

Mediadora: Ele faz compra sozinho?

Madrasta L.A: Não, não. As vezes se peço pra ele comprar 1kg de batatinha ele sabe. Mais pra pegar o dinheiro e fazer uma compra assim... não.

Mediadora: E compra de uso pessoal? Roupa?

Madrasta L.A: Ele compra. Ele mesmo escolhe.

Mediadora: E vocês não interferem?

Madrasta L.A: Não, o gosto é dele.

Mediadora: Entendi. Você me falou que ele recebe um benefício, né? Esse benefício é o BPC, ou não?

Madrasta L.A: É.

Mediadora: E vocês tiveram que dar entrada quando ele começou a trabalhar?

Madrasta L.A: Não.

Mediadora: Não?

Madrasta L.A: Ele ficou com medo, assim, de perder. Porque é uma segurança. Trabalhar, pá. E isso aí é outra segurança dele. Entendeu?

Mediadora: Entendi.

Madrasta L.A: Aí a mulher falou que não, que não ia coisa em nada. Podia ficar sossegado. E também já vai fazer 5 anos que ele tá lá já. Não sei se é nesse mês ou mês que vem que faz 5 anos.

Mediadora: Ele é interditado?

Madrasta L.A: O que é isso?

Mediadora: Uma pessoa que precisa de outra para responder por ele, legalmente.

Madrasta L.A: Tem coisa que sim.

Mediadora: Mais nenhum documento que afirme isso?

Madrasta L.A: Não, não. Assim, ontem mesmo, levei ele no oculista. Eu disse meu, já tava ficando com dor de cabeça. Acho que o médico tava perdendo a paciência já com ele. — L., olha aqui pra mim (médico). Aí depois ele (médico) dizia: — L. se você não ajudar, vai sair daqui só amanhã. Falei tá bom, sempre, né!

Acorda de manhã, ninguém chama ele. Ele acorda sozinho. Falei pra ele, às vezes sai, chega 2h da manhã, mas de manhã ele já tá de pé. A última coisa assim, que eu acho legal nele é isso. Ele não tem preguiça, quando tem que acordar ele acorda. Eu falo pro pai dele, 6h30 vou ver se o L. já ta de pé. Quando eu vou ver o L., ó, já foi embora.

Mediadora: Então ele é responsável com os horários dele?

Madrasta L.A: Isso aí, ele é muito responsável. Fora isso não tem nada. Anda

sozinho, sai sozinho. Tem vezes que ele demora. Tudo bem, ele não é meu filho, mas a gente se preocupa, né! Eu falo: — T., liga pro teu filho pra saber onde ele tá uma hora dessa. Aí ele liga: — Onde tu tá, L.? Não sei o que... não sei o que... É assim, eu digo: — Pergunta onde ele tá, pô. Ai ele (L.) diz: — Tô aqui na igreja, pai. — Ah, tá! Menos mal (pai).

Mediadora: É a igreja que vocês frequentam?

Madrasta L.A: Não, é pertinho, é só ele. Eu também vou assim, de vez em quando, eu também vou. Normal.

Mediadora: Você notou alguma coisa estranha em alguma fase do L.? de amigos?

Madrasta L.A: Isso que eu tava te falando. Esse tempo que eu fiquei assim... antes dele ir pra igreja. Ele tava se juntando com uns colegas e tava ficando muito rebelde, muito rebelde. Aí eu e o pai dele resolvemos juntar um dinheiro pra mandar ele pra mãe dele. A gente falou que não tinha mais como ficar com ele, T. Pode mandar pra mãe dele. Eu não vou ter um infarto, eu ainda tenho meu filho aí, tenho que criar. Mais graças a Deus, que Deus põe umas luz, que aos poucos e aí pronto. Já mudou totalmente. Pra tu ver, ele tem 24 anos, e tem uma mente de uma criança. O que mandarem ele fazer, ele faz.

Mediadora: Mas ele tem amigos hoje?

Madrasta L.A: Só crente. E graças a Deus que ele se afastou dessas amizades aí, fazer o que.

Mediadora: Quantas pessoas moram na sua casa?

Madrasta L.A: Quatro.

Mediadora: Você, L., seu filho e o pai dele?

Madrasta L.A: Isso. E o cachorro. (risos).

Mediadora: Tem alguma coisa que não te perguntei que você queira me falar?

Madrasta L.A: Não.

Mediadora: Tem uma coisa que quero te perguntar e estava me esquecendo... como vocês conheceram o Programa Ser Eficiente?

Madrasta L.A: Eu não sei, porque não foi do meu tempo. Acho que quem correu atrás disso aqui (30 de Julho) foi o pai dele. Acho que ninguém conhece a mãe dele aqui (30 de Julho), ninguém conhece. Porque a gente entrou com o processo pra ficar com a guarda, a gente só ganhou por causa daqui do

colégio, que mandou uma carta, entendeu? Aí foi que ele ganhou daqui do colégio. Senão ela tinha conseguido. Aí ele tava sofrendo até hoje lá com ela.

Mediadora: E você gosta daqui do serviço? Você gosta do acompanhamento do L.?

Madrasta L.A: É bom, porque sempre tem reunião que é chamado pra perguntar. Aquela vez que teve uma festinha aqui do dia das mães, ele foi chamado. Falei pro pai dele, depois também parou, não teve mais né! Foi um bom exemplo.

Mediadora: Vocês interferem no trabalho dele? Se tem que tirar férias? Vocês discutem alguma coisa na empresa?

Madrasta L.A: Não, porque qualquer coisa elas (empresa) manda uma carta pra gente. As férias dele, a carta já chegou. Ela falou que ele vai ficar agora em janeiro.

Mediadora: Então a empresa sempre fica em contato com vocês por forma de bilhete, ou carta?

Madrasta L.A: Eles ligam também. Como o L. se machucou, um cara bateu nele, ficou afastado. Aí eles (empresa) ligavam pra saber dele, todo dia.

Mediadora: Ele tem uma boa relação no trabalho?

Madrasta L.A: Tem, tem. Quando ele ficou malcriado um tempo, eles (empresa) ligaram dizendo que iam mandar o L. embora. Aí a gente conversou com ele e melhorou. Quando meu pai morreu, o L. foi trabalhar. Quando chegou lá, ele disse que tinha uma notícia pra dar, que o vô tinha falecido. E a pessoa disse que ele nem precisava trabalhar, mandaram ele embora. Depois ligaram perguntando como é que tava, não sei o que... tudo bem.

O que tá me dando dor de cabeça é meu filho agora, adolescente. Mas fora isso, Deus me ajuda e eu vou pra frente. O pai também só vive estressado. Eu também tomo calmante. Também tenho depressão, mais não sou assim, tão estressada como ele. Há mais de 3 anos. Eu sempre sou assim do jeito que eu sou.

11. APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Como você chegou / conheceu o Programa Ser Eficiente?
- Como seu filho (nome do jovem) arrumou esse trabalho (nome da empresa)?
- Vocês apoiaram o jovem (nome do jovem) nessa escolha?
- Vocês ajudam o jovem a administrar o seu salário?
- Ele tem algum sonho?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTAS)

Você está convidado para participar da pesquisa **INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: análise da participação familiar**.

O objetivo geral deste estudo é analisar a participação da família no processo de inclusão do jovem adulto com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

Os objetivos específicos são: fazer o levantamento dos jovens inseridos no Programa Ser Eficiente; fazer o levantamento das famílias que acompanharam o processo de inclusão no mercado de trabalho e compreender o processo de conquista do trabalho.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em 2 (duas) entrevistas com duração de 1 hora cada encontro. Os dados serão coletados através de um gravador e registros de prontuário.

Não há riscos relacionados à sua participação na pesquisa. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O investigador responsável é a MARÍLIA DI VITO MANAIA, que pode ser encontrada no endereço: Avenida Senador Feijó, 513 – Vila Mathias, Santos/SP – CEP: 11015-505 ou através dos telefones: (13) 3797-2500 ou 9609-1910.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1.º andar – Cj. 14, pelos telefone (11) 5571-1062, FAX.: (11) 5539-7162 ou por e-mail, através do cepunifesp@epm.br.

É garantida a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento. Você pode deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as e outros voluntários, não sendo divulgada a identificação de nenhum sujeito de pesquisa. O pesquisador estará disponível para esclarecimento da pesquisa.

Não haverá despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. O pesquisador afirma seu compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Eu, _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, abaixo assinado, acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou foram lidas para mim, descrevendo o estudo **INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: análise da participação familiar**.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e risco, as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Assinatura do Participante da pesquisa

_____/_____/_____
Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Responsável pela pesquisa:

MARÍLIA DI VITO MANAIA

_____/_____/_____
Data

APÊNDICE C

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

		<h2>CEB “30 de Julho”</h2>
<p>Av. Senador Feijó nº 513 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP 11015 505 e-Mail: jornalismo@30dejulho.com.br / Site: www.30dejulho.com.br CNPJ 58.198.128/0001-91 - Tel/Fax: 13 3797-2500</p>		

Santos, 29 de janeiro de 2013.

Declaramos para os devidos fins, que a instituição CEB “30 de Julho”, CNPJ 58.198.128/0001-91 situada na Av. Senador Feijó, 513, no bairro Vila Mathias, na cidade de Santos, aceita participar da pesquisa **“INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIENCIA NO MUNDO DO TRABALHO: análise da participação familiar”**, sob orientação da Profa. Dra. Andrea Perosa Saigh Jurdi e Profa. Dra. Ana Rojas Acosta, do Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde – modalidade Mestrado Profissional, da Universidade Federal de São Paulo.

Atenciosamente,


Sérgio Furtado Lumelino
Presidente

APÊNDICE D

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão de jovens com deficiência no mundo do trabalho: análise da participação familiar
Pesquisador: Marília Di Vito Manaia
Versão: 1
CAAE: 17892613.0.0000.5505
Instituição Proponente: Universidade Federal de São Paulo

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 045006/2013
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio